



Universidade Federal do Pará

Instituto de Educação Matemática e Científica

Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas

Jônatas Barros e Barros

**A Introdução das Ciências Naturais no Pará por meio das
Instituições de Ensino**

Belém – PA

2016

JÔNATAS BARROS E BARROS

A Introdução das Ciências Naturais no Pará por meio das Instituições de Ensino

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas, do Instituto de Educação Matemática e Científica, da Universidade Federal do Pará.

Orientador: Prof. Dr. José Jerônimo de Alencar Alves.

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) –
Biblioteca do IEMCI, UFPA**

Barros, Jônatas Barros e.

A introdução das Ciências Naturais no Pará por meio das Instituições de Ensino / Jônatas Barros e Barros, orientador Prof. Dr. José Jerônimo de Alencar Alves – 2016.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Educação Matemática e Científica, Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas, Belém, 2016.

CDD - 22. ed. 509

JÔNATAS BARROS E BARROS

A Introdução das Ciências Naturais por Meio das Instituições de Ensino

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas, do Instituto de Educação Matemática e Científica, da Universidade Federal do Pará.

Orientador: Prof. Dr. José Jerônimo de Alencar Alves.

Comissão Avaliadora

Prof. Dr. José Jerônimo de Alencar Alves
Instituto de Educação Matemática e Científica/UFPA (Presidente)

Prof. Dr. Eduardo Paiva de Pontes Vieira
Instituto de Educação Matemática e Científica/UFPA (Membro Interno Titular)

Prof^a. Dr^a. Ana Cristina Pimentel Carneiro de Almeida
Instituto de Educação Matemática e Científica/UFPA (Membro Interno Titular)

Prof. Dr. Ruy Guilherme Castro de Almeida
Centro de Ciências Sociais e Educação/UEPA (Membro Externo Titular)

Prof. Dr. James Roberto Silva
Programa de Pós-Graduação em História /UFAM (Membro Externo Titular)

Como gostaria que tivesses visto este fruto

Da educação que me proporcionaste

Do tempo, que a mim dedicaste

Do amor, que imensuravelmente, me deste

À minha Mãe “Dona Caçula” (In Memoriam)

À meu avô Raimundo Barros (in Memoriam)

AGRADECIMENTOS

A Deus, ofertante da vida e que se faz presente nas coisas mais simples.

A minha esposa, Sulenir Silva, que me apoiou incondicionalmente ao longo da construção deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Jerônimo Alves, que permitiu o desenvolvimento, desde o mestrado, de uma afetividade que transpassa as cercas da amizade acadêmica, tornando-se um amigo mais chegado que irmão. Reconheço que dificilmente concluiria sem a orientação dele, que o tempo todo me motivou; que nos momentos necessários, me exortou; que não mediu esforços para que chegássemos bem ao final da tese.

Ao amigo e Professor Dr. Eduardo Vieira, pelo qual nutro profunda admiração, tanto no âmbito pessoal quanto profissional.

A Prof^ª. Dr^ª. Ana Cristina Pimentel e Aos Prof. Dr. James Roberto Silva e Ruy Guilherme Almeida, por aceitarem o convite de avaliar esse trabalho.

Aos amigos do GFHCE, especialmente ao Marcelino Lima e a Sulenir Silva, que sempre próximos, estiveram solícitos para um debate, uma leitura, uma pesquisa. Ao Jorge Machado, ao José Arimatéa, ao Luiz Conceição, a Patrícia Corrêa, Rossio Rubi e Raimundo Nascimento, que nos momentos oportunos contribuíram para o aprimoramento dessa pesquisa.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar o processo de introdução das Ciências no Pará, por meio das escolas, e as condições que possibilitaram esse processo. Retomamos as Reformas Pombalinas da segunda metade do século XVIII, que marcaram a introdução da Racionalidade Científica Moderna no Reino Português, onde o Pará era Colônia. Expulsaram os Jesuítas, inserindo uma lacuna na educação, que começou a ser preenchida com a criação do Colégio dos Nobres, da Reforma na Universidade de Coimbra e implantação de Aulas Régias. Nessa fase as Ciências Naturais foram introduzidas somente na Metrópole, enquanto que no Pará criaram Aulas que mantiveram o predomínio das Letras e Humanidades. As Reformas do Marquês de Pombal tornaram o ambiente educacional paraense mais favorável a receptividade das Ciências da Natureza, principalmente por causa da estatização da educação. Esta se tornou incisiva a partir da segunda metade da década de 1830. Governantes do Pará sugeriram a introdução de disciplinas científicas e modelos educacionais que vigoravam em países como a França, que era um centro difusor da modernidade. Isso começou a se concretizar com a criação do Liceu Paraense em 1841, que tinha o propósito de proporcionar o ensino secundário. Dez anos depois, em 1851, ele implantou pela primeira vez a Física e a Química, o que se repetiu por mais duas vezes, em 1868 e 1873. Na primeira inserção a Botânica também esteve presente, enquanto que na última, a História Natural. Em 1871, fase inicial da Belle-Époque, momento em que a entrada da Modernidade no Pará estava acelerando, Física e Química tiveram continuidade na Escola Normal do Pará, criada nesse ano, com o fim de formar professores para atuarem na instrução primária, mas somente até 1872, quando foram retiradas desta instituição. Em 1890 retornaram com mais expressividade, sendo representada por seis Ciências. Na instrução primária, as Ciências da Natureza também constaram, a partir de 1870, motivando professores desse ramo a cursarem Física e Química na Escola Normal e no Liceu Paraense. Com isso, as instituições de ensino foram fundamentais na introdução das ciências no Pará, condicionadas pelo contexto social, inicialmente das Reformas Pombalinas, que culminou na estatização da educação, e da Belle-Époque, com a aceleração da entrada da Modernidade no Pará. A presença científica nos currículos foi marcada por descontinuidades, na fase inicial, visto que a recepção do processo modernizador, pela cultura local, ainda não tinha tornado a aprendizagem das ciências uma necessidade imperativa. Isso começou a acontecer a partir de 1890, quando as Ciências passaram a se ampliar nos currículos escolares.

ABSTRACT

The objective of this research is to analyze the process of introduction of science in Pará, through the schools, and the conditions that allowed this process. We resumed the Pombal reforms of the second half of the eighteenth century, which marked the introduction of the Modern Scientific Rationality in Portuguese Kingdom, where the Para was Cologne. They expelled the Jesuits by inserting a gap in education, which began to be filled with the creation of the College of Nobles, Reform at the University of Coimbra and implementation of Régias classes. At that stage the natural sciences were introduced only in the metropolis, while in Pará created classes that kept the dominance of Letters and Humanities. The Marquis of Pombal's reforms have made the most favorable educational environment paraense receptivity of Natural Sciences, mainly because of the nationalization of education. This became incisive from the second half of the 1830s Rulers of Pará suggested the introduction of scientific disciplines and educational models in effect in countries like France, which was a diffuser center of modernity. This began to be realized with the creation of *Liceu Paraense* in 1841, which was intended to provide secondary education. Ten years later, in 1851, he implanted the first time physics and chemistry, which was repeated twice more, in 1868 and 1873. In the first insertion Botany was also present, while in the latter, the Natural History. In 1871, the initial phase of the Belle Époque, a time when the entry of Modernity in Para was accelerating, Physics and Chemistry were continued in *Escola Normal do Pará*, created this year in order to train teachers to work in primary education, but only until 1872, when they were taken out of this institution. In 1890 they returned with more expressiveness, being represented by six Sciences. In primary education, the natural sciences also consisted, from 1870, motivating teachers in that sector the coursing Physics and Chemistry in the *Escola Normal* and *Liceu Paraense*. Thus, educational institutions were instrumental in the introduction of science in Pará, conditioned by the social context, first of Pombal reforms, culminating in the nationalization of education, and Belle-Époque, with the acceleration of Modernity entry in Pará. scientific presence in the curricula was marked by discontinuities in the initial phase, since the reception of the modernizing process, the local culture, had not yet made the learning of science is an imperative need. This began to happen from 1890 when the Science began to widen in school curricula.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| Resumo..... | 7 |
| Abstract..... | 8 |
| Lista de Figuras..... | 10 |
| Lista de Anexos..... | 11 |
| Introdução..... | 12 |
| Capítulo 1 – As Reformas Pombalinas e a Introdução das Ciências na Educação Portuguesa..... | 23 |
| 1.1 – Os estrangeirados e a circulação de discursos da racionalidade científica moderna em Portugal..... | 26 |
| 1.1.1 – Antônio Verney..... | 26 |
| 1.1.2 - António Ribeiro Sanches..... | 32 |
| 1.2 - A criação do Colégio dos Nobres | 36 |
| 1.3 – As Ciências na Universidade de Coimbra..... | 37 |
| Capítulo 2 – A Estatização da Instrução Pública no Pará: das Reformas Pombalinas na Educação à criação do Liceu Paraense..... | 38 |
| Capítulo 3 – O Liceu Paraense e a Introdução das Ciências Naturais do Pará..... | 54 |
| 3.1 - As Ciências nos Liceus Franceses..... | 55 |
| 3.2 - A influência francesa do Ensino Secundário Francês no Brasil e o Colégio Pedro II | 56 |
| 3.3 - O Liceu Paraense e a introdução das Ciências Naturais no Pará..... | 58 |
| Capítulo 4 – A Escola Normal Do Pará E As Ciências Naturais..... | 72 |
| Considerações..... | 81 |

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** – Folha de rosto da obra O Verdadeiro Método de estudar, de Antônio Verney..... 28
- Figura 2** – Folha de Rosto do Diretório para povoações dos índios do Pará e Maranhão... ..39
- Figura 3** – O Liberal do Pará, de 13 de Janeiro, de 1869.....95
- Figura 4:** Largo do Carmo em 1867.....97
- Figura 5:** Largo do Quartel em 1867.....97
- Figura 6** – Fotografia de 1875, do prédio do Liceu Paraense.....98
- Figura 7** – Fotografia do Liceu Paraense no final do século XX.....98
- Figura 8** – Fotografia do Liceu Paraense no início do século XX.....99
- Figura 9** – Prédio onde funcionava o Colégio Nossa Senhora do Amparo em 1893.....100
- Figura 10** - Prédio onde foi instalada a Escola Normal do Pará em 1893.....101
- Figura 11** – Fachada Esquerda do Prédio onde funcionou a Escola Normal do Pará 1893 até 1833.....102
- Figura 12** – Imagem da divisão entre os prédios do Colégio Nossa Senhora do Amparo e da Escola Normal do Pará.....103
- Figura 13** – Edificação do Jornal A Província do Pará, em 1908, onde, posteriormente, em 1833, foi instalada a Escola Normal do Pará e que atualmente é o Instituto de Educação do Estado do Pará.....104
- Figura 14** - Instituto de Educação do Estado do Pará, que de 1833 a 1946 era denominado Escola Normal do Pará.....104
- Figura 15** – Teatro da Paz.....105
- Figura 17-** Largo de Nazaré.....116
- Figura 16-** Largo do Palácio.....116
- Figura 18-** Largo das Mercês.....107
- Figura 19-** Largo da Trindade.....107
- Figura 20-** Hospital Dom Luiz I.....108
- Figura 21-** Estrada de São José.....108
- Figura 22-** Entrada do Arsenal de Marinha.....109
- Figura 23-** Catedral de Belém.....109
- Figura 24-** Banco Comercial.....110
- Figura 25-** Capa.....110
- Figura 26-** Foto do Prédio onde funcionou o Grupo Escolar Santa Luzia.....111
- Figura 27-** Prédio da Escola de Medicina em 1839, anteriormente ocupado pelo Grupo Escolar Santa Luzia.....111
- Figura 28** – Regulamento do Curso Normal do Liceu Paraense em 1873.....112
- Figura 29** – Notícias sobre Marcello Lobato, prof. De Física e Química.....113

LISTA DE ANEXOS

| | | |
|---------|--|-----|
| ANEXO 1 | Distribuição de Carga Horária do Colégio Dom Pedro II em 1838..... | 93 |
| ANEXO 2 | Quadro dos Docentes do Colégio Paraense em 1868..... | 94 |
| ANEXO 3 | O Liberal do Pará, de 13 de Janeiro, de 1869 – Os Concursos no Colégio Paraense..... | 95 |
| ANEXO 4 | Recorte de Jornal e Quadros que Apresentam Cursistas..... | 96 |
| ANEXO 5 | Fotografias do Liceu Paraense, atualmente Colégio Estadual Paes de Carvalho..... | 97 |
| ANEXO 6 | Fotografias onde funcionou a Escola Normal do Pará..... | 100 |
| ANEXO 7 | Imagens de Belém Registradas em 1867..... | 105 |
| ANEXO 8 | Edifício do Grupo Escolar Santa Luzia..... | 111 |
| ANEXO 9 | Notícias sobre Posse de Marcello Lobato da Cadeira Física e Química..... | 112 |

Introdução

As Ciências Naturais nos dias atuais ocupam espaço privilegiado no processo educacional. Consideremos as três etapas da Educação Básica brasileira, denominadas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio¹. De modo geral, a presença científica nessas etapas se dá por meio de disciplinas que seguem um percurso paulatino de especialização, tanto com relação à nomenclatura disciplinar, quanto com relação à formação docente exigida para ministra-las. Tomemos como exemplo a rede estadual do Pará, em que as disciplinas científicas são representadas com o nome de Ciências Naturais, no Ensino Fundamental I, que abrange do primeiro ao quinto ano; com a denominação de Ciências Físicas e Biológicas (CFB), no Ensino Fundamental II, que abrange do sexto ao nono ano; enquanto que nos três anos do Ensino Médio passam a ser representadas por três disciplinas específicas: Física, Química e Biologia. Quanto a formação docente, no Ensino Fundamental I não se exige titulação no campo das Ciências Naturais; no Ensino Fundamental II a exigência é portar o título de formação em uma das licenciaturas científicas; no Ensino Médio se exige que o docente tenha titulação especializada na disciplina que for ministrar, ou seja, em Física, em Química ou em Biologia. Esses espaços que as Ciências ocupam na Educação Básica brasileira têm elos indissociáveis com a gênese e expansão da racionalidade científica moderna, a qual insere a humanidade na visão do mundo científico. BOAVENTURA SANTOS (2002, p 10) aponta que esse “modelo de racionalidade que preside a ciência moderna constituiu-se a partir da revolução científica do século XVI e foi desenvolvido nos séculos seguintes basicamente no domínio das ciências naturais”.

O nascimento da racionalidade moderna também é apontado por MADEL LUZ (1988, p 15)² ao afirmar que “a racionalidade científica moderna é contemporânea, em sua constituição, do Renascimento na sua fase avançada, isto é, do século XVI. Além disso, essa autora aponta que essa racionalidade continua em construção, num “processo histórico de decifração, explicação e transformação da realidade, principalmente daquilo

¹A Lei nº 9394, de 20 de Dezembro, de 1996, mais conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), determina em seu artigo 21^o essa composição da educação básica do Brasil.

² A obra de Madel T. Luz (1988) tem o título de *Natural, Racional, Social: Razão Médica e Racionalidade Científica Moderna*. Nesse estudo a autora apresenta um sólido apanhado histórico do processo de desenvolvimento da Racionalidade Científica Moderna

que se chama comumente de natureza, desdobrando-se em numerosas especificidades científicas novas”, bem como em novas tecnologias.

Ela afirma, ainda, que o nascimento dessa racionalidade foi semente e fruto para emergência de uma nova visão de mundo, que constituiu as ciências naturais como instâncias decisivas da produção, da busca e da validação da “verdade” dos conhecimentos. Para isso essa racionalidade constituiu o método científico que se propõe a alcançar a “verdade”, que seria ditada pela natureza e deveria ser inquirida por esse método. Além disso, a racionalidade científica moderna é um modo de modelar e ordenar a natureza, utilizando para isso, sobretudo, o conhecimento científico, que age de modo regulador, interventor e classificatório, como aponta LUZ (1988, p.4):

O movimento típico do conhecimento científico moderno é prático, transformador de realidades. Conhecimento interventor e classificatório, é verdade, mas com um sentido *construtivista*, de construção de realidades. A razão moderna não apenas explica a realidade; *modela-a*. Para isto intervém nela, ordena-a. Põe na realidade, uma ordem específica, com características próprias, identificáveis.

Essa racionalidade científica moderna se organizou por meio de disciplinas científicas. Estas, conforme MADEL LUZ (1988, p 3), são “um campo particular de afirmações do saber científico, um domínio de enunciados científicos num campo específico de ‘objetividades’, isto é, de construção de objetos de discurso. Essas disciplinas foram surgindo e continuam a surgir e a se multiplicar, configurando-se no que essa autora aponta como “uma das características mais importantes da racionalidade moderna”.

A racionalidade científica cultivou pretensões de universalidade. Para isso sempre buscou dar condições para circulação de discursos assentados na suposição filosófica “de que *as leis da razão* são universais, aplicáveis tanto ao mundo natural (à matéria) como ao mundo humano” (LUZ 1988, p 57). Com essa pretensão a racionalidade científica moderna foi difundida para diversas partes do globo, inclusive para a Amazônia, abrindo cada vez mais espaço para expansão das Ciências Naturais.

As Ciências Naturais experimentaram uma expansão sem precedentes a partir da segunda metade do século XIX, o que conforme HOBBSAWM (2010, p 380) era atestado na postura de homens de ciência, os quais “não estavam apenas orgulhosos de suas 'ciências', mas preparados para subordinar todas as outras formas de atividade

intelectual a elas”. A própria filosofia não era exceção, afinal, “as duas tendências filosóficas dominantes subordinavam-se, elas mesmas, à ciência: o positivismo francês, associado à escola do curioso Augusto Comte, e o empirismo inglês, associado a John Stuart Mill”. Em outra obra HOBBSAWM (2009, p 406 – 408) apresenta que a partir de 1875 houve um desenvolvimento maciço da instrução, em que as certezas racionais científicas foram “o que as massas recém-instruídas de leigos absorveram e aceitaram”. O ápice da expansão científica se deu no século XX, em que HOBBSAWM (2010, p 504) afirma que “nenhum período da história foi mais penetrado pelas ciências naturais, nem mais dependente delas, do que o século XX”.

Entretanto, mesmo com o ápice alcançado pelas ciências no século XX, HOBBSAWN (2010, p 504) aponta que em nenhum outro período da história, desde “a retratação de Galileu”, a humanidade se sentiu menos à vontade com as ciências. Como efeito deste cenário, a partir dos meados desse século começou a serem registradas crescentes críticas ao cientificismo, tanto em relação ao papel da ciência na sociedade, como ao próprio caráter epistemológico de seu desenvolvimento. Surgiram análises que romperam com a historiografia das ciências precedentes, difundida pela racionalidade científica moderna, que buscava representar o desenvolvimento das ciências como cumulativo, linear e ascendente no sentido de uma objetividade, que dia após dia se aperfeiçoava com o acréscimo de conhecimento científico.

Entre os pioneiros a romper com esta perspectiva historiográfica anterior está Thomas S. Kuhn, que em 1962 publicou a obra *The Structure of Scientific Revolutions*, cujo título foi traduzido como *A Estrutura das Revoluções Científicas*. Nessa obra, Kuhn defendeu a tese que o desenvolvimento científico ocorre por meio dos Paradigmas, que são “realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modeladas para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (KUHN, 2006, p 13). Entretanto os Paradigmas deixam uma grande quantidade de problemas em aberto, que motiva os cientistas a buscarem soluções para esses problemas. Entretanto ele não compreende a busca dessas soluções como um ajuste à realidade e sim como resolução de quebra cabeças:

A noção de um ajuste entre a ontologia de uma teoria e sua contrapartida “real” na natureza parece-me ilusória por princípio. Não tenho dúvidas, por exemplo, de que a Mecânica de Newton aperfeiçoou a de Aristóteles e de que a Mecânica de Einstein aperfeiçoou a de Newton enquanto instrumento para a resolução de quebra-cabeças (Kuhn, 2006, p.256).

Por essa concepção, Kuhn afirma que as ciências se desenvolvem enquanto resolução de quebra cabeças, no sentido de que uma comunidade científica ao “adquirir um paradigma, adquire igualmente um critério para a escolha de problemas que, enquanto o paradigma for aceito, podem ser considerados como dotados de uma solução possível” (KUHN 2006, p.60).

O trabalho de Kuhn foi desenvolvido e fundamentado com análises de elementos históricos das ciências. No período em que esse autor publicou sua obra, como já mencionado anteriormente, significava um rompimento com a forma, até então dominante, de se narrar a história das ciências. Essa maneira precedente partia do pressuposto que o historiador das ciências deveria cumprir duas funções principais, a primeira era “determinar quando e por quem cada fato, teoria ou lei científica contemporânea foi descoberta ou inventada”; e a segunda era “descrever e explicar os amontoados de erros, mitos e superstições que inibiram a acumulação mais rápida dos elementos constituintes do moderno texto científico” (KUHN, 2006, p. 20).

Romper com essa forma de narrar a história das ciências fazia parte de uma revolução na qual a historiografia científica estava começando a ingressar. Kuhn aponta que os historiadores começavam a analisar uma ciência em sua “integridade histórica”, ou seja, não pela “relação entre as concepções de Galileu e as da ciência moderna, mas antes pela relação entre as concepções de Galileu e aquelas partilhadas por seu grupo, isto é, seus professores, contemporâneos e sucessores imediatos nas ciências”. Com isso, iniciavam a substituição da perspectiva antiga, que ainda procurava por “contribuições permanentes de uma ciência mais antiga para nossa perspectiva privilegiada” (KUHN 2006, p. 22).

Kuhn sinalizou que essa nova postura historiográfica seria capaz de provocar uma transformação na imagem da ciência dominante, ou seja, na visão de mundo tradicional produzida pela racionalidade científica moderna, que, é extraída das realizações científicas acabadas presentes nos clássicos e nos manuais didáticos, que cumprem uma função pedagógica e persuasiva:

Se a história fosse vista como um repositório para algo mais do que anedotas ou cronologias, poderia produzir uma transformação decisiva na imagem de ciência que atualmente nos domina. Mesmo os próprios cientistas têm haurido essa imagem principalmente no estudo das realizações científicas acabadas, tal como estão registradas nos clássicos e, mais recentemente, nos manuais que cada nova geração utiliza para empreender seu ofício. Contudo, o objetivo de tais livros é inevitavelmente persuasivo e pedagógico. (KUHN, 2006, p. 19)

Para Kuhn há uma intrínseca relação entre ciência e educação. O aprendizado das ciências, mesmo de estudantes que ingressarão na comunidade científica, desde o século XIX, ocorre principalmente com base em manuais didáticos, que além de terem um objetivo persuasivo e pedagógico, como citado acima, cumprem o papel de registrar, raramente na sua forma original, as realizações científicas que serão reconhecidas por algum tempo.

Irineu Santos (1979, p 43), baseado na obra de Thomas Kuhn, afirma que a pedagogia das ciências, presente nesses manuais, contém as teorias do campo de estudo, as demonstrações e aplicações bem sucedidas, “isto é, com soluções de problemas concretos que a comunidade considera exemplares ou paradigmas”. Ele aponta, ainda, que esses manuais propiciam treino ao estudante, por meio de “alguns problemas concebidos, tanto na sua substância como no método de sua solução, de modo semelhante aos que estão demonstrados”. Dessa forma o estudante não só aprende as ciências, mas é inserido na visão do paradigma.

Outro teórico que rompeu com a história das ciências precedentes foi Michel Foucault. Na obra *Palavras e as Coisas* isso se evidencia ao afirmar que os conhecimentos analisados em seu estudo não seriam “descritos no seu progresso em direção a uma objetividade na qual nossa ciência de hoje pudesse enfim se reconhecer” (FOUCAULT, p. XVII), pois o que interessava ao autor é determinar o campo epistemológico ou as condições de possibilidades que possibilitam as diversas configurações do conhecimento empírico:

o que se quer trazer à luz é o campo epistemológico, a epistem onde os conhecimentos, encarados fora de qualquer critério referente a seu valor racional ou a suas formas objetivas, enraízam sua positividade e manifestam assim uma história que não é a de sua perfeição crescente, mas, antes, a de suas condições de possibilidade; neste relato, o que deve aparecer são, no espaço do saber, as configurações que deram lugar às formas diversas do conhecimento empírico. (FOUCAULT, p XVII - XVIII).

Embora Kuhn e Foucault não tenham centrado suas análises sobre as ciências nas escolas, abriram essa possibilidade. Ambos romperam com a historiografia que se reduzia a história das descobertas, abrindo espaço para a introdução de novos objetos de análises, inclusive as ciências nas escolas. Kuhn assinala a importância dos manuais didáticos na formação da visão de mundo científica que é aprendida desde os primeiros passos na escola, inclusive, pelos futuros elaboradores do conhecimento científico. Foucault também abre espaço para a análise da educação científica, no campo da

História das Ciências, ao enfatizar a importância de considerar as condições de possibilidade na constituição do conhecimento científico, para as quais a escola exerce um papel decisivo na sociedade moderna.

Neste sentido, a educação científica vem penetrando na História das Ciências. Nicole Hulin é um pesquisador dedicado à história da educação científica da França, possui diversos artigos neste campo, que normalmente analisam a relação entre ciências, instituições de ensino, currículos, reformas educacionais, etc.³ Um exemplo é o artigo intitulado *Science qui se fait, science qui s'enseigne. À propos d'un document sur l'agrégation de sciences physiques, depuis 1869*, em que o autor estuda o processo de incorporação de conhecimentos das ciências físicas produzidos no final do século XIX e início do XX, nos programas de ensino, tomando como material de análise os programas, os tópicos dos exames de concurso, os manuais e tratados de física (HULIN, 1984, p 37).

Esse autor também organizou uma coletânea de artigos, de diversos pesquisadores da educação científica na França, em um livro intitulado: *Études sur l'histoire de l'enseignement des sciences physiques et naturelles*. Nesta obra há o artigo de Bruno Belhoste: *Des sciences instituées aux sciences enseignées, ou commente prendre en compte l'activité didactique em histoire des sciences*, que já foi traduzido para o português e publicado na Revista Brasileira de História da Educação, com o título: *Das Ciências ensinadas as ciências instituídas, ou como levar em conta a atividade didática na história das ciências*”, cujo objetivo desse trabalho é apresentar a importância de se olhar a história da educação científica como um campo de pesquisa da História das Ciências.

Maria Rachel Fonseca (2014, p. 57) também tem se dedicado a “analisar o processo de institucionalização das ciências, principalmente das ciências biológicas e naturais, no México e no Brasil”, “tendo como base a análise do processo de criação e consolidação de instituições de ensino”. Entre as instituições que essa pesquisadora analisa estão o Colégio Dom Pedro II, do Rio de Janeiro, e a Escuela Nacional Preparatoria del México.

³ Nicole Hulin, somente na Revue d'histoire des sciences, tem 14 artigos publicados dentro do campo da história educação científica. Esses artigos estão disponibilizados em http://www.persee.fr/author/persee_220082.

Estudos que analisam a história da educação científica na Amazônia, especialmente os que perscrutam o papel educacional, principalmente das instituições de ensino, no processo de introdução e expansão da racionalidade científica moderna, mais especificamente no que diz respeito às ciências naturais, tem atraído a atenção de pesquisadores. Ruy Guilherme Almeida (1997) realizou um estudo pioneiro nesse campo, ao analisar, em sua dissertação, a Física nas escolas de nível superior do Pará, cujo objetivo era identificar em quais instituições essa ciência estava presente, quem eram os docentes e onde se formaram. Com isso, mostrou que a Física esteve presente na Escola de Farmácia, criada em 1904; na Escola de Agronomia, estabelecida em 1918; na Escola de Medicina, fundada em 1919; na Escola de Química Industrial, criada em 1920; na Escola de Engenharia, instituída em 1932. Apontou, também, que num primeiro momento, a maior parte dos docentes que ensinaram Física nessas instituições foram formados em outros Estados, mas com o passar dos anos isso foi mudando, no sentido de que os docentes passaram a ser ex-alunos das instituições locais. Isto não quer dizer que as ciências tenham sido introduzidas na educação paraense somente nesse momento, pois este estudo se reportou apenas ao ensino superior, não abrangendo outros ramos educacionais, como a instrução primária, secundária.

A quantidade de estudos que investigam a história da educação científica na Amazônia se ampliou com a contribuição de pesquisadores que do Grupo de Filosofia e História das Ciências e Educação, do Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Matemáticas, da Universidade Federal do Pará, sob a coordenação do professor Jerônimo Alves. No âmbito desse grupo foram desenvolvidas pesquisas sobre as ciências na educação promovida pelo Museu Paraense Emílio Goeldi; Escola Agrícola Dom Pedro II; Curso Regente Agrícola, do Colégio Lauro Sodré; Escola de Engenharia; Escola de Química Industrial; Escola Normal do Pará e pelo Liceu Paraense. Estão em desenvolvimento estudos sobre a Escola de Farmácia do Pará; a Escola Livre de Odontologia.

A história da educação científica no Museu Paraense foi estudada por Diego Machado (2010), em sua dissertação de mestrado intitulada: *A “Lição de Coisas”: o Museu Paraense e o Ensino da História Natural (1889-1900)*, em que se analisou a relação entre o Museu Paraense Emílio Goeldi, o ensino de história natural e o método de ensino “lições de coisas”, narrando, com isso, o processo de difusão da História Natural por meio da instrução, realizada no Museu. Um dos desfechos desse trabalho foi

o artigo escrito em conjunto por Machado e Alves (2011), denominado A “Atraente Escola de Intuição”: o Jardim Zoológico e o Horto Botânico do Museu Paraense de História Natural e Etnografia (1897-1900), cujo objetivo foi analisar a difusão da História Natural pelo Museu Paraense, por meio de propostas de ensino, a partir da criação do Parque Zoológico e do Jardim Botânico em 1897.

José Arimatéa Gouveia dos Santos (2013), em sua dissertação, analisou as propostas e efetivações de educação científica presentes na Escola Rural Dom Pedro II, no Curso Regente Agrícola do Instituto Lauro Sodré, e na Estação Experimental Prática de Agricultura, buscando entender o papel de cada instituição na introdução da racionalidade moderna na Amazônia, especialmente no que diz respeito às técnicas agrícolas. A partir desse estudo foi publicado conjuntamente por Santos e Alves (2014) o artigo intitulado O Curso Regente Agrícola como Introdutor das Ciências e Técnicas Modernas na Amazônia, cujo objetivo foi “analisar a introdução das ciências naturais e das técnicas modernas na Amazônia por meio do Curso Regente Agrícola, criado no Instituto Lauro Sodré em 1899” (Santos e Alves, 2014, p 19).

Erick Helisson Ribeiro (2013), em sua dissertação de mestrado, analisou as condições que possibilitaram a criação da primeira Escola de Engenharia do Pará, entre 1870 e 1931. Com isso, analisou como a sociedade paraense ampliou a demanda por serviços de engenheiros, principalmente na Bellè-Epoque. Indagou, também, sobre o espaço de atuação dos engenheiros paraenses. Por fim, discorreu sobre o percurso de formação desses engenheiros, especialmente daqueles que se tornaram docentes na Escola de Engenharia do Pará, mostrando que se deslocavam para outros centros, sobretudo o Rio de Janeiro, onde adquiriam tanto a formação técnica, quanto ideológica.

Em nossa dissertação, intitulada *O Papel da Escola Normal do Pará na Introdução das Ciências Naturais na Amazônia* (Barros, 2010), analisamos o panorama de movimentação das Ciências Naturais no currículo dessa escola. Com isso, mostramos que a Física e a Química estiveram presentes no primeiro currículo, mas que permaneceram somente por dois anos, retornando apenas durante o início da Primeira República, momento em que foi introduzido outros saberes científicos como a História Natural. Nessa pesquisa focamos a fase inicial de funcionamento da Escola, entre 1871 e 1930, buscando tecer relações com a expansão científica no mundo moderno.

Analizamos, ainda, duas outras instituições no trabalho intitulado, *A Introdução das Ciências Modernas nas Escolas da Amazônia: o Liceu Paraense e a Escola de Química Industrial*, escrito conjuntamente com os professores Jorge Machado e Jerônimo Alves (2012), o qual objetivou contribuir para a compreensão do processo de disseminação do conhecimento científico moderno na Amazônia, por essas duas instituições. Esse trabalho mostra que as Ciências foram introduzidas no currículo do Liceu a partir de 1851 e na Escola de Química Industrial, desde sua criação em 1910, era integralmente voltada para a formação de profissionais voltados para aplicação da química na indústria.

Dando continuidade a essas pesquisas, pretendemos analisar o processo de introdução das Ciências no Pará por meio das escolas e as condições que possibilitaram esse processo. Como vimos acima, as Ciências se fizeram presentes em instituições de ensino desde meados do Século XIX.

Cada uma dessas referências, acima apresentadas, analisa as Ciências em uma escola na Amazônia, com exceção do texto que tem por objeto de estudo duas escolas, o Liceu Paraense e a Escola de Química. Elas, de modo geral, visam apresentar a movimentação da presença científica no currículo escolar. A nossa pesquisa é uma continuidade destas, se assemelhando, no sentido de que buscaremos retomar e ampliar o olhar sobre a movimentação das Ciências na Educação Paraense. Contudo, ela se diferencia porque não nos ateremos a investigar uma instituição específica. Além disso, buscaremos indagar sobre as condições que proporcionaram a movimentação das Ciências Naturais nas escolas paraenses, desde as Reformas Pombalinas até o advento da Bellé-Èpoque Amazônica..

Retroagimos às Reformas Pombalinas porque é um fato bem conhecido que elas introduziram a modernidade em todo o reino de Portugal, que incluía o Pará, e, como registramos anteriormente, foi o contexto de ascensão da modernidade da Europa que possibilitou a emergência das Ciências que estamos analisando. Finalizamos com o advento da Bellé Èpoque porque nesse momento que a modernidade se acentuou.

Para compreender a introdução das Ciências Naturais no Pará, por meio das instituições de ensino, pretendemos observar as estratégias que favoreceram essa introdução, tais como os discursos governamentais, as Leis, a ida de residentes locais

para se formar nos centros difusores do conhecimento científico, ou seja, as estratégias e negociações favoráveis à recepção dos novos conhecimentos na cultura local, como assinala ARBOLEDA (1887, p.8):

La transferencia del conocimiento no se da normalmente a un espacio social y cultural vacío, por otra, que “los materiales culturales” pre-existentes, alteran y vuelven complejo el fenómeno de la incorporación de conocimientos y saberes técnicos. Finalmente se sugiere considerar la síntesis resultante como producto de un proceso dinámico de “negociaciones” permanentes entre las estrategias y valores dominantes en el mercado internacional de disciplinas científicas, y los intereses fraccionales y nacionales de los “gate keepers” intelectuales locales.

O processo de inserção das ciências em outras localidades foi denominado por Polanco (1889; 1992) de *mundialização*, evitando, assim, usar o conceito de universalização, que tradicionalmente se refere à ciência como um saber universal. Pois para esse autor a ciência não se difundiu da Europa para outras localidades por ser universal, mas ao contrário, por se difundir para outras localidades ela passou a ser considerada universal. No processo de mundialização, ele aponta que as ciências se difundem por meio de disciplinas científicas, reprodução de instituições, livros, revistas, etc.:

(...) a disseminação das formas de organização da prática científica, valores intelectuais ou morais e regras técnicas que se impuseram para todos como a única maneira de fazer a “boa” ciência à partir da Europa. Esta disseminação e esta reprodução se observam na propagação de disciplinas científicas, na reprodução de instituições, como as academias, os observatórios, os jardins botânicos, os laboratórios, as escolas de engenharia e as faculdades de ciências. A “mundialização” da ciência se realiza também através de importações e espionagem, das viagens e expedições, da circulação de sábios, da difusão não somente de livros e revistas, mais também de instrumentos e técnicas de observação e de medida (POLANKO, 1989, p. 20).

A inserção do conhecimento científico no âmbito escolar é realizada, também, por meio dos currículos. Neste sentido, SILVA, (2008, p. 7) afirma que o currículo “não foi estabelecido, de uma vez por todas, em algum ponto privilegiado do passado, mas que está em constante fluxo e transformação”. O currículo não é neutro, ele é um artefato social construído por meio de relações de poder, é um campo em que os saberes se movimentam numa dinâmica de inserção e retirada de disciplinas, de aumento e diminuição de carga-horária, que institui identidades:

O Currículo é considerado um artefato social e histórico e cultural. Isso significa que ele é colocado na moldura mais ampla de suas determinações sociais, de sua história, de sua produção contextual. O currículo não é um

elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O Currículo está implicado em relações de poder, o Currículo produz identidades individuais e sociais particulares. O Currículo não é um elemento transcendente e atemporal – ele tem uma história, vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação (MOREIRA, SILVA, 2008, p. 7)

Analisar o processo histórico de instituição das Ciências Naturais no Pará, por meio das instituições de ensino, significa perscrutar elementos para uma reflexão da educação científica contemporânea. A escola foi e ainda é um espaço de circulação dos enunciados científicos instituído como verdadeiros, de formação dos sujeitos na ordem da racionalidade científica. BELHOSTE (2011, p 60) aponta que os conhecimentos científicos “recompostos no universo escolar com objetivos didáticos são chamados a sair e a circular por toda parte, e que chegam às vezes a ser reintegrados às próprias ciências instituídas pela comunidade científica que os produziu”. Esse autor ainda argumenta que:

Os problemas da educação científica, no nível superior certamente, mas também no nível médio e mesmo no ensino básico, dizem respeito aos historiadores da ciência, e isso não apenas por questão de curiosidade, de importância secundária, mas como uma questão fundamental para nossa compreensão da verdadeira dinâmica da própria ciência. (BELHOSTE 2011, p 60)

Nessa tese articularemos quatro capítulos. O primeiro, intitulado *As Reformas Pombalinas e a Introdução das Ciências na Educação Portuguesa*, cujo propósito é analisar como as Reformas Pombalinas foram condições de introdução das ciências nas escolas de Portugal e do Pará.

No segundo capítulo, intitulado *A Estatização da Instrução Pública no Pará: das Reformas Pombalinas à criação do Liceu Paraense*, nosso objetivo é analisar como a estatização da educação favoreceu ou não a introdução das Ciências no Pará, buscando analisar essas condições.

O terceiro capítulo, denominado *O Papel do Liceu Paraense na Introdução das Ciências Naturais no Pará*, indagaremos sobre as ciências que foram introduzidas no currículo, as influências que as permearam e os discursos que as promoveram ou criaram obstáculos.

O quarto capítulo, intitulado *O Papel da Escola Normal do Pará na Introdução das Ciências Naturais*, visa analisar como essa instituição, que formava os professores,

se insere no processo histórico de institucionalização das ciências, onde indagamos sobre quais ciências instituiu, que relações houve com o meio social.

Capítulo 1

As Reformas Pombalinas e a Introdução das Ciências na Educação Portuguesa

Para alcançarmos o objetivo principal dessa tese, que é analisar a introdução das Ciências Naturais no Pará por meio da Educação, convém retornar às reformas lideradas pelo Marques de Pombal, que ficaram conhecidas como Reformas Pombalinas, no sentido de ver como elas foram condições para inserção das ciências na Amazônia⁴. Entretanto, essas reformas não se originaram na Amazônia, mas do outro lado do oceano atlântico, em Portugal, que era o centro irradiador, de onde se difundiram, inclusive para o Brasil, que ainda era colônia.

Interessa-nos analisar mais especificamente as Ciências nas Reformas Pombalinas dirigidas ao campo da educação, iniciadas a partir de 1759, após a expulsão dos Jesuítas de todo o Reino português que, conseqüentemente, proporcionou o desmantelamento da estrutura educacional implantada por eles, a qual era predominante em todo o reino de Portugal. Essas Reformas também criaram um colégio para a nobreza em 1761 e reestruturou em 1772 o ensino primário, secundário e universitário, proporcionando a circulação de discursos portadores da racionalidade científica moderna no meio educacional.

Na segunda metade do século XVIII, o reino de Portugal, que incluía a Amazônia, mergulhou num período de profundas mudanças, cujas principais marcas foram a consolidação do absolutismo monárquico e a penetração mais incisiva da racionalidade científica moderna em Portugal. As mudanças iniciaram com a troca de monarcas em 1750, quando morreu Dom João V e ascendeu ao trono seu filho Dom José I. As modificações seguiram com a reestruturação governamental organizada pelo novo rei, que constituiu um gabinete ministerial “composto por três Secretários de Estado: Negócios do Reino; Negócios Ultramar e Marinha; e Negócios Estrangeiros e

⁴ SOUZA JUNIOR (2009, p 72) afirma que “Parece haver consenso entre os apologistas e os críticos da política pombalina, ao longo do tempo, de ter essa política introduzido Portugal na “modernidade”, por meio de reformas que levaram à secularização do Estado; à criação de um sistema educacional controlado por este; à reforma da educação em todos os níveis, cujo ponto culminante foi à reforma da Universidade de Coimbra”; à supressão da escravidão em Portugal; ao alijamento da interferência papal nos assuntos internos do reino; à subordinação da Igreja ao Estado, incluindo a secularização da Inquisição; ao estabelecimento de um sistema contábil e fiscal centralizado, o que garantiu ao Estado maior controle sobre o Tesouro Real; ao fomento do comércio, por intermédio de companhias monopolísticas; a uma política industrial que visava reduzir a dependência portuguesa em relação à Inglaterra etc.”

Guerra”, cujos escolhidos aparentavam, ao monarca, aptos a dar “providências severas capazes de erguerem novas estruturas administrativas” (CARVALHO, 2001, p 424). Sem dúvidas essa aptidão foi encontrada no escolhido para assumir a última secretaria: Sebastião José de Carvalho e Melo, o qual em poucos anos se tornou extremamente influente e poderoso, configurando-se ao longo do reinado de Dom José I um personagem central das principais mudanças que aconteceram em Portugal, inclusive as voltadas para a educação.

Sebastião José de Carvalho e Melo ficou mais conhecido na historiografia como Marquês de Pombal, título que recebeu em 1769. Seu governo se estendeu de 1750 a 1777 e ficou conhecido como despotismo esclarecido. Suas ações políticas têm sido apontadas como centrais na inserção de Portugal na ordem da racionalidade científica moderna, por meio de diversas reformas, até mesmo no campo da educação⁵, as quais favoreceram a circulação de ideias iluministas, ao mesmo tempo se buscou remodelar os métodos educacionais pela introdução da filosofia moderna e das ciências da natureza.

As reformas pombalinas da instrução pública constituem expressão altamente significativa do iluminismo português. Nelas se encontra consubstanciado um programa pedagógico que, se por um lado, representa o reflexo das ideias que agitavam a mentalidade europeia, por outro, traduz, nas condições da vida peninsular, motivos, preocupações e problemas tipicamente lusitanos. No complexo quadro das manifestações espirituais do período pombalino, as reformas do ensino são como que o denominador comum de uma aspiração generalizada. Um de seus objetivos, a remodelação dos métodos educacionais vigentes, pela introdução da filosofia moderna e das ciências da natureza em Portugal, era a preocupação constante de algumas das mais expressivas figuras intelectuais da época. (CARVALHO, 1978, p 25-26)

O Futuro Marquês de Pombal nasceu em 1699, em uma família de origem nobre, dedicada a magistratura. Casou-se “com d. Tereza de Noronha e Bourbon Mendonça de Almada, sobrinha do Conde dos Arcos, que pertencia ao primeiro estrato da nobreza”, fato que criou condições para uma ascensão social mais intensa. Carvalho e Melo, na

⁵SCHWARCZ (2002, p 94) aponta o relevo das ações pombalinas ao afirmar que: “Avaliar Pombal como um ministro que sozinho tomou em suas mãos uma tarefa hercúlea não passa de mito. Entendido somente nessa perspectiva tradicional, tal personagem nem ao menos teria existido. Entretanto, “uma coisa e esse mito, outra, bem diversa, é a época”, portanto, não há como dissolver tal contexto ou as alterações que estavam por ocorrer. Assim, se é frágil a perspectiva que centra exclusivamente na atuação – boa ou má – de Pombal o destino de Portugal, igualmente problemática é a interpretação que procura negar as transformações e rupturas que marcaram seu governo. Um período histórico é lembrado não só pelas ações de seu presente, como por aquilo que o precede e, sobretudo, que vem depois. Nada como continuar nossa narrativa depois deste breve parêntese: os homens refletem sua história, mas em alguns casos estão bem no centro delas, prontos a produzi-la.

busca por prestígio, entrou para a Academia Real de História, fato que lhe garantiu a “imagem de homem de boa formação e certa erudição” (SHWARCZ 2002, p 90).

Em 1738, Carvalho e Melo ampliou o contato com as correntes de pensamento do mundo moderno, visto que foi atuar como diplomata na Inglaterra, país que despontava na difusão do iluminismo. Nesse país permaneceu por volta de cinco anos, tempo suficiente para trazer na bagagem a experiência de ter frequentado o círculo da Royal Society, bem como os novos valores políticos e econômicos que impregnavam a dinâmica social inglesa, a crença de que era importante atrair para Portugal estrangeiros especializados que estivessem em consonância com os discursos modernos. Contudo, também desenvolveu sentimentos antagônicos em relação à Inglaterra, por acreditar que esse país representava uma ameaça aos domínios portugueses do Brasil (Schwarcz, 2002, p 91-92; Saviani, 2010, p 80).

O contato do futuro Marquês de Pombal com ideais modernizadores aumentaram em sua segunda missão diplomática, quando em dezembro de 1744 foi enviado à Viena. SAVIANI (2010, p 80) aponta que nesse reino o diplomata teve contato com a imperatriz Maria Tereza, a qual na linha do despotismo esclarecido “iria empreender a reforma da instrução, submetendo-a ao Estado e afastando-a da influência da Igreja”.

As duas experiências diplomáticas influenciaram o pensamento de Carvalho e Melo, que ao retornar para Portugal no ano seguinte, ou seja, em 1745, continuou “em busca de conquistar em sua pátria algum cargo importante no qual pudesse pôr em prática novos modelos econômicos e políticos. Mas teve que esperar até a morte de Dom João V, ocorrida em 31 de julho de 1750”. (SAVIANI 2010, p 80)

No início do reinado de Dom José I, o futuro Marquês de Pombal tornou-se ministro, como referenciamos anteriormente. Isso foi o estopim para sua exponencial ascensão e influência política⁶, que “ultrapassou tudo quanto se pudesse imaginar acerca da sua capacidade de homem de Estado” (CARVALHO 2001, p 201), “legislando,

⁶ CARVALHO(2001, p 424) aponta que Carvalho e Melo ultrapassou tudo quanto se pudesse imaginar acerca da sua capacidade de homem de Estado. Em breve tempo se viu desembaraçado dos dois colegas das pastas do Reino e do Ultramar: o primeiro porque morreu; o segundo porque o envolveu num processo que o fez andar deportado por locais diversos até ao fim da sua penosa vida. Conquistada a confiança total do rei promoveu a colocação, nas pastas vagas, de certos indivíduos a quem dominou completamente.

inclusive, no âmbito de competência de outros ministros” (SAVIANI, 2010, p 81). Foi assim que em 1756 tornou-se Secretário de Estado dos Negócios do Reino, que era o cargo com mais prestígio e grau de liberdade administrativa; verdadeiramente, a pessoa mais importante depois do rei. Em 1759 recebeu o título de Conde de Oeiras e em 1769 tornou-se o Marquês de Pombal.

As reformas implantadas por Sebastião Carvalho e Melo, em Portugal, iniciaram logo que ele integrou o gabinete governamental, ganharam um forte impulso após o terremoto que destruiu Lisboa em 1755, e mantiveram-se dominantes até meados de 1820 (Schwarcz, 2002, p 99). As Reformas marcaram a secularização do Estado, aceleraram o processo de introdução de Portugal na ordem da racionalidade científica moderna e se dirigiram a diversos ramos, como ao comercial, ao eclesial e, dentre outros, ao ramo educacional. Essas reformas foram influenciadas por portugueses que ficaram conhecidos como estrangeirados, pelo fato de terem residido em outros países, onde as correntes de pensamentos iluministas estavam em estágios efervescentes de circulação e, uma vez enredados por elas, buscaram influenciar a vida cultural portuguesa, especialmente por meio de propostas no meio educacional.

1.1 – Os estrangeirados e a circulação de discursos da racionalidade científica moderna em Portugal.

1.1.1 – Antônio Verney

Entre os estrangeirados está Antônio Verney, que morou na Itália; Ribeiro Sanches, que viveu na Inglaterra e por fim fixou residência na França; o próprio Marquês Pombal, que foi diplomata na Inglaterra e na Áustria, entre outros. Esses homens, uma vez enredados pelas correntes iluministas, buscaram difundir-las na vida cultural portuguesa, com grande penetração no campo educacional, sugerindo a introdução do ensino das ciências da natureza.

Antonio Verney esteve entre os mais eminentes difusores e influenciadores do iluminismo em Portugal, especialmente no campo educacional. Conforme CARVALHO (2001, p 406), Veney nasceu em 1713 em Lisboa, localidade onde recebeu educação jesuítica, cursando dos 7 aos 14 anos “Gramática, Latinidade, Retórica e talvez a Aula de Esfera”; aos 17 anos detinha o título de bacharel em Artes pela Universidade de Évora e com 23 anos detinha o título de licenciado em Filosofia. Foi com essa idade que

Antonio Verney foi morar em Roma, com o intuito de “estudar Teologia e possivelmente Direito Canônico”, obtendo os graus de doutor em Filosofia e de mestre em Teologia. Entretanto, os saberes que adquiriu em Roma não se restringiram aos limites das fronteiras eclesiásticas, mas se estenderam aos discursos da filosofia dos modernos, circunstância que mudou sua visão de mundo, incluindo, assim, em suas perspectivas analíticas a óptica do discurso da racionalidade científica moderna.

Na década de 1740, Verney, enredado pelo discurso moderno, escreveu a obra *O Verdadeiro Método de Estudar*, que era constituída por dezesseis cartas compiladas em dois tomos, cujo objetivo era influenciar a vida sociocultural portuguesa, por meio de uma análise minuciosamente crítica do sistema educacional, principalmente com relação aos métodos de ensino vigentes e aos conteúdos das disciplinas, abrangendo todas que eram ensinadas nas escolas portuguesas, desde o ensino elementar até o superior.⁷

Essa obra circulou com informações editoriais falsas, em que se atribuía a autoria ao “Padre Barbadinho”, que teria escrito as dezesseis cartas em correspondência a um “Padre Doutor da universidade de Coimbra”. Além disso, Verney também indicou falsamente o editor, o local e o ano de publicação.⁸ Isso dificultava as possíveis represálias que poderiam advir por causa do conteúdo de sua obra, que era fortemente influenciado pela filosofia moderna e criticava veementemente o sistema de ensino, que ainda estava sob a regência predominante da Companhia de Jesus, a qual possuía forte influência em Portugal.

⁷ Cada carta tratava de um assunto específico, distribuído, de modo geral, da seguinte maneira: 1ª carta - Língua Portuguesa, 2ª carta - Gramática Latina, 3ª carta - Latinidade, 4ª carta - Grego e Hebraico, 5ª e 6ª cartas - Retórica, 7ª carta - Poética, 8ª carta - Filosofia e Lógica, 9ª carta - Metafísica, 10ª carta - Física, 11ª carta - Ética, 12ª carta - Medicina, 13ª carta - Direito Civil, 14ª carta - Teologia, 15ª carta - Direito Canônico, 16ª carta - Panorama Geral do ensino desde a Gramática a Teologia.

⁸ Carvalho (2001, p 408) assinala que a obra *O Verdadeiro Método de Estudar* circulou com indicações catalográficas falsas – autor, ano, editor, local de edição -. Tive acesso à obra em que na capa se atribui a autoria ao “Padre Barbadinho”, o editorial à “Antônio Baille”, a Valença como local de edição e o ano de 1746. Mediante isso, nas citações diretas da obra conservaremos estas circunscrições, entretanto Com isso, ele apresenta na nota de roda pé explicativa nº 26 que houve “três edições da obra no século XVIII: a 1ª de Nápoles, dos editores Genaro e Vicenzo Muzio (1746); a 2ª da mesma origem e data com a falsa indicação, no rosto, de ter sido impressa em Valença, por Antônio Balle, e que foi sempre tomada como 1ª edição; 2 a 3ª, talvez de 1751, impressa clandestinamente em Lisboa e que apresenta, as mesmas indicações falsas de origem e editor da 2ª edição, com data, igualmente falsa, de 1746”.

Na foto abaixo pode se ver a capa do livro de Verney, que indica como autoria o Padre Barbadinho, o editor Antonio Balle e o ano de publicação 1746.

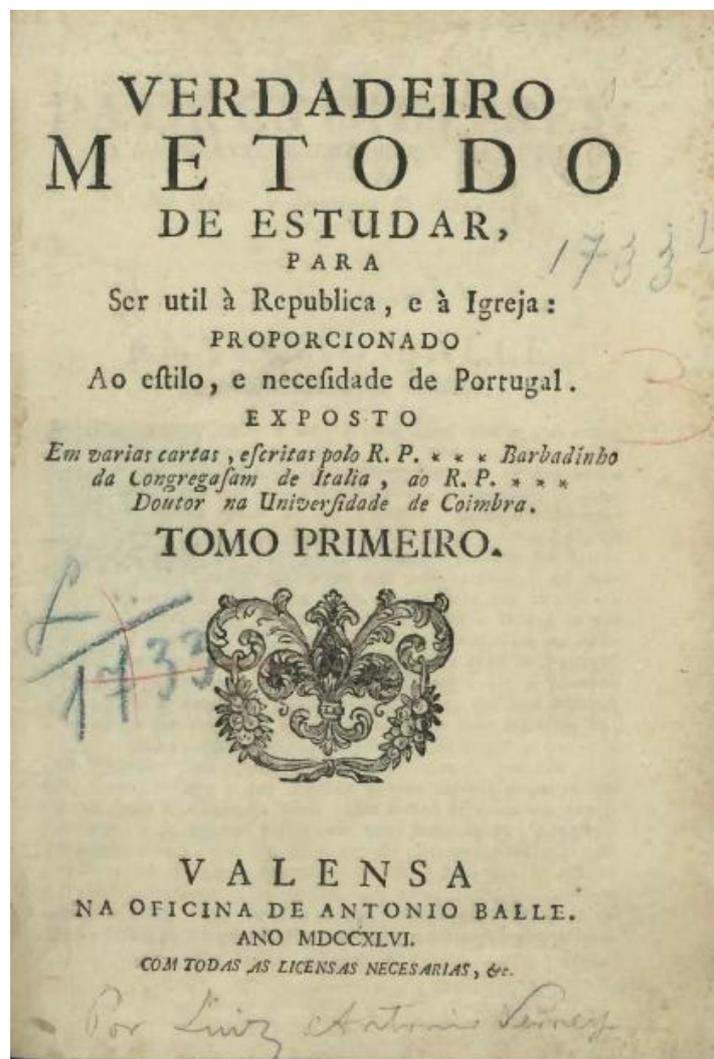


Figura 1: Folha de Rosto da obra O Verdadeiro Método de Estudar atribuído ao Padre Barbadinho, mas escrito por Verney, na qual também se indica a edição de Antônio Balle, Valença como Local de edição, e o ano 1746.

O autor da obra é reconhecido como escrita por um autor moderno logo na página de apresentação, que embora seja assinado por Antonio Balle, há indícios de que foi o próprio Verney, que faz um convite para que os padres se exponham à “Luz”:

Saiam à Luz, Reverendíssimos Padres, as cartas eruditas, de um autor moderno: as quais até agora correram manuscritas, por algumas mãos; mas chegando às minhas, e conhecendo eu, que podiam utilizar a muitos, me resolvi imprimi-las. (ANTONIO BALLE, 1746, p 3).

A influência da filosofia moderna continuou aparecendo intensamente no conteúdo das cartas. A oitava carta, por exemplo, que versou sobre a filosofia e a lógica, atestou isso muito bem, uma vez que Verney apontou que era persuadido pelo pensamento moderno, reconhecendo-se, inclusive, como grande venerador de René Descartes, embora não se admitisse como cartesiano. Além disso, este era apontado como um insigne homem da matemática, alguém que teria aberto as portas para as reformas nos estudos, especialmente porque teria criado um sistema que seria capaz de explicar os fenômenos naturais, o que teria proporcionado uma reforma nas Ciências:

Eu certamente não sou Cartesiano, porque me persuado, que o tal sistema em muitas coisas, é mais engenhoso, que verdadeiro; mas confesso a V.P. que não posso falar no tal filósofo, sem grandíssima veneração. Este grande homem, na matemática foi insigne, e inventou algumas coisas, até ali ignoradas, e promoveu outras com felicidade. Em matéria de filosofia, acho que foi inventor, de um sistema novo. (...). Além disso ele foi o primeiro, que abriu a porta, à reforma dos estudos: pois ainda que Bacon de Verulâmio, e Galileu Galilei, tivessem indicado o método, de fazer progressos na Física; e alguns outros os fossem imitando; é certo, porém, que Descartes foi o primeiro, que fez um sistema, ou inventou hipótese; para explica todos os fenômenos naturais; e por este princípio, abriu a porta aos outros, para a reforma das Ciências. (PADRE BARBADINHO, 1746, p 280)

Nessa oitava carta, Verney ainda fez uma forte crítica aos padres que censuravam a obra cartesiana e dos filósofos modernos de modo geral, afirmando que esses censuradores seriam “ignorantes na matéria” e que não saberiam de “Descarte mais que o nome” e mesmo que o lessem, não teriam “olhos para o entender” (PADRE BARBADINHO, 1746, p. 280).

Verney criticou os Jesuítas instalados em Portugal, porque estes teriam afirmado que o saber moderno estaria introduzido entre hereges. Argumentou que noutros países a filosofia moderna estaria instalada entre católicos doutos, inclusive jesuítas, como na França e na Itália; onde, neste país, jesuítas teriam introduzido estudos novos, conforme a ordem moderna, por que suas instituições de ensino estariam percebendo a falta de estudantes, devido estes estarem preferindo outros estudos públicos:

Verdade é, que algumas Religiões ainda não aprovaram; mas também é certo, que muitos leitores delas são declaradamente, Filósofos modernos. Os doutíssimos Dominicanos, e Jesuítas, que pareciam os mais empenhados, pelo antigo método; começam a admitir, a nova Filosofia; não só em França, mas ainda em Itália. E eu sei de certo, que em algumas partes de Itália os Jesuítas, vendo que nas suas escolas e colégios, faltavam consideravelmente os estudantes, que concorriam a outros estudos públicos; se viram obrigados, a reformar o antigo método, e introduzir os estudos novos. Tão persuadidos estão todos hoje, que o antigo método não serve, para coisa alguma. (...) com pouca razão estes mestres de Portugal, condenam uma coisa; que está bem

introduzida; e não entre hereges, como eles dizem, mas entre católicos muito pios e doutos (PADRE BARBADINHO, 1746, p 288)

Nessa oitava carta Verney também propusera a atualizações dos conteúdos e dos métodos. Nesse sentido, criticou a excessiva atenção que se dava ao “silogismo” no estudo da lógica, sendo a favor de que se aprendesse somente algo geral do assunto para que com essa redução aumentasse o ensino das Ciências:

Daqui fica claro, que servindo-nos do silogismo para persuadir, nem por isso somos obrigados a saber estas coisas. Contudo aprovo que se aprenda, alguma notícia mais geral, o que se pode dizer em duas palavras. Pode além disto o silogismo ter seu uso entre aqueles, que desde rapazes estão acostumados a ele. Quisera porém que a gente reconhecesse, que o silogismo vale dez, e não cem, nem mil; e que não nos quebrassem a cabeça com o silogismo, como uma invenção singular, para conhecer a verdade, e aumentar os conhecimentos, nas Ciências (PADRE BARBADINHO, 1746, p. 304).

Ao escrever a carta seguinte, ou seja, a nona carta, Verney tratou da Física, a qual compreendia como um saber que examinaria a “natureza do Corpo e Espírito”. Foi sobre a Física do Corpo que ele dissertou, apresentando o entendimento de que os corpos possuiriam “propriedades gerais e particulares”. Apresentou, ainda, que o principal conhecimento sobre corpo em sua época seria a “extensão, impenetrabilidade, figura e mobilidade”, mas que essa compreensão poderia ser ampliada se a partir da Extensão, passasse a “Divisibilidade, da Impenetrabilidade, passamos à Dureza, Densidade absoluta, Porosidade, Raridade, e diversidade de corpos, nascida da mesma, ou diversa figura das partículas” (PADRE BARBADINHO, 1746, Tomo 2 p. 39)

Verney apontou uma íntima ligação entre a Física e a Matemática, afirmando que os saberes da Álgebra, Aritmética e Geometria permitiriam ao Físico mostrar “as leis e propriedades do movimento”. Afirmou, ainda, que a Geometria e o Cálculo seria a “chave mestra de toda a Física”, porque assim o Físico mostraria “as leis do movimento dos corpos, a ação mutua dos corpos duros e elásticos”, bem como compreenderia “o movimento de gravidade tanto absoluta, como equilibrada”, a qual denominava de “Mecânica, ou Estática, etc.” Além disso, Antônio Verney apontava ao seu correspondente “V.P.” que “aquilo a que chamam Matemática Mistas, como a Mecânica, Estática, Hidrostática, etc. Astronomia, Óptica, Perspectiva, Geografia, Gnomônica, etc.” seriam “conhecimentos físicos, examinados com os princípios da Matemática Simples, e que devem pertencer a Física” (PADRE BARBADINHO, 1746, Tomo 2 p. 41).

Verney também dissertou sobre a configuração de um curso de Física, afirmando que um estudante desta ciência deveria aprender com ela a natureza da “Matéria ou Corpo” e suas propriedades, “especialmente a divisibilidade”. Em seguida estudaria as coisas que conviria a todos os corpos, como a “natureza do movimento total”, “movimento compostos e curvas que nascem dele”, “movimento de gravidade, onde se examinam os princípios de Monsieur Newton”, além de outros assuntos como os princípios da Estática e da Dinâmica. Após isso se seguiria para o estudo dos “movimentos dos fluidos” e os “princípios da Hidrostática”. A partir de então se estudaria o que se chamava “sensações, a saber, corpos Cálidos, Frios, Duros, Elásticos, Fluidos, Moles, etc. Sabores, Cheiros, Sons e suas espécies, com as consonâncias musicais etc.” Além disto, estaria incluído nestes estudos da Física “Luz e suas propriedades, sua refração nos vidros, reflexão nos espelhos, visão direta, reflexa, refrata e a natureza das cores” (PADRE BARBADINHO, 1746, Tomo 2 p. 51)

Conforme Antônio Verney, o estudo da Física poderia ser ministrado em dois anos, dedicando-se o primeiro ano aos estudos dos saberes matemáticos, como Geometria, Aritmética e Álgebra, enquanto que o segundo ano seria dedicado ao estudo da Física, sem, contudo, deixar de ser praticado o estudo da matemática:

Tenho exposto em breve a V.P. o que é Física, e o modo com que se deve estudar, e ordenar um curso de Física. Digo porém agora, antes que passe adiante, que este estudo, que parece cansado, pode-se fazer com muita facilidade, havendo método. Ponho por máxima fundamental. Que em dois anos pode o estudante, ver toda a Filosofia, do modo que digo. No primeiro ano, pode o estudante, ainda que seja preguiçoso, estudar Geometria, Aritmética, e ter alguma ideia de Álgebra.

No segundo ano, que é de Física, pratica-se o mesmo. Pela manhã a primeira hora, álgebra; de tarde a primeira hora, Seções cônicas, Problemas de Arquimedes etc. No restante do tempo, digo, da lição, explicam a Física. (PADRE BARBADINHO, 1746, p. 57 Tomo II)

Para Verney, essa estrutura de ensino que ligava fundamentalmente Física e Matemática proporcionaria um aprendizado fácil de ambas, pelo fato de que se apresentaria a aplicação da Matemática à Física, o que permitira se entender, também, matemática. Isso, para Verney, teria como consequência o aluno ver como a Física reconheceria as verdadeiras causas das coisas naturais:

Segue-se a Física; a qual, a quem tem estudado o que digo, é facilíssima, e não culta trabalho. Porque quando entra na Física, com o estudo do Cálculo, e Geometria, entende mais Física em um dia, do que outros em um mês, e vendo a aplicação da Matemática Simples aos fenômenos da Física, entende a

Matemática sem trabalho, porque vê o fim para que serve; e a Física com gosto, porque chega a reconhecer, as verdadeiras causas das coisas naturais (PADRE BARBADINHO, 1746, p. 59 Tomo II).

A Obra o Verdadeiro Método de Estudar, de Antônio Verney, demonstra o interesse do autor de que a cultura moderna fosse disseminada entre os portugueses, também por meio do ensino, a partir de métodos e conteúdos influenciados pelos filósofos modernos, inclusive alguns notáveis, como Newton. Entretanto, não foi apenas Verney que se interessou por uma reformulação cultural de Portugal, pois Antônio Sanches também havia interesses semelhantes.

1.1.2 - António Ribeiro Sanches

Outro estrangeirado, também interessado numa reformulação da cultura portuguesa foi António Ribeiro Sanches, que também estudou no exterior, onde teve acentuado contato com a filosofia moderna e buscou influenciar a vida cultural portuguesa por meio de propostas educacionais, que contemplavam a introdução do ensino das ciências naturais no reino português. Sanches formou-se em medicina na universidade de Salamanca, na Espanha em 1724. Retornou a Portugal para atuar como médico em Benavente, lugar onde permaneceu até 1726, ano em que sua vida iniciou um processo de intensas mudanças, provocadas principalmente pela acusação de ser praticante de ritos judaicos, fato que desencadeou um medo de sofrer as represálias da santa inquisição e, conseqüentemente, motivando Ribeiro Sanches a mudar-se de Portugal.

Com isso, em 1727 Sanches residiu na casa de um tio em Londres, onde se afastou da fé católica, assumindo a fé judaica, de origem familiar, submetendo-se, inclusive, ao rito da circuncisão e tornando-se frequentador da sinagoga. As mudanças na vida de Ribeiro Sanches não se restringiram ao campo religioso, mas se estenderam, também, a vida acadêmica. Conforme a biografia de Ribeiro Sanches, publicada pelo Centro de Estudos Judaicos, em Londres ele se dedicou a estudos variados, ressaltando os estudos científicos, tal como a Física, a Química e as Ciências Naturais. Essa biografia também assinala que ele acreditava ser a Inglaterra, país que estava na dianteira da modernidade, o melhor local para aprender essas ciências. Nas palavras do próprio Centro de Estudos Judaicos:

Em Londres frequenta escolas e hospitais e entrega-se de alma e coração ao estudo de várias áreas, entre elas as matemáticas (física, química, ciências

naturais, farmácia). Fica deslumbrado com o ensino ali ministrado e entende que em nenhuma parte se podia aprender Química a não ser na Inglaterra, para onde desejava que fossem mandados alunos portugueses a estudá-la. A mesma opinião tinha em relação à Farmácia Química. Admirava, igualmente, o ensino prático que aqui se fazia da Física. Tal era a consideração que tinha pela ciência inglesa que no Tratado da Conservação da Saúde dos Povos faz menção aos seus grandes higienistas. (http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rs_biografia.html)

Cerca de dois anos mais tarde, em 1729, Ribeiro Sanches, desta vez em Bourdés, na Itália reconvertiu-se ao cristianismo, por influência de seu irmão Manuel Sanches, com quem teve oportunidade de encontrar-se. No ano seguinte, em 1730, viajou para Holanda, onde estudou na Universidade de Leyde, circunstância que deu condições para Sanches ascender na profissão médica, especialmente porque teve oportunidade de ser aluno do renomado médico Herman Boerhaave, que hoje é reconhecido como um introdutor do hospital acadêmico moderno e na época gozava de fama em diversos países europeus⁹. No outro ano, em 1731 esse médico indicou Sanches a ir atuar na Rússia, onde permaneceu por dezesseis anos, cuidando, inclusive, da Imperatriz desse país, a czarina Anna Ivanovna. Em 1747 Sanches foi nomeado membro da Academia de Ciências de São Petersburgo, mesmo ano em que ele se mudou para a França, país que despontava na difusão das correntes iluministas. Anos depois, influenciado por essas correntes de pensamento, objetivando ver Portugal inserido nessa ordem discursiva e motivado pela primeira Reforma Pombalina dirigida à Educação, ocorrida em 1759, escreveu a obra *Cartas a Mocidade*.

Nesta obra Ribeiro Sanches analisou os saberes científicos no reino português e sugeriu que eles constassem na estrutura dos “Estudos Maiores”, que deveriam ser ministrados pelos “Colégios Reais” e pelas Universidades. Os “Colégios” deveriam constituir-se em três “Escolas”, na qual a primeira teria uma ênfase no ensino de conhecimentos da natureza, com a presença de saberes científicos, como História Natural, Botânica, Anatomia, Química, Metalurgia e Medicina:

Parece-me que todas as Ciências de que necessita um Reino cristão nos nossos tempos se podiam ensinar em três Escolas. Na *primeira*. Toda a História da Natureza Universal, da Natureza humana; as produções que

⁹ Para saber um pouco mais da história de Herman Boerhaave, ver: ALEXIS LAMA T, DAGMAR van WIJNGAARDEN, *Boerhaave: una mente brillante, un carácter virtuoso*, Revista Médica do Chile, v.130, n°9, Santiago, 2002. http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-98872002000900016

resultam da combinação de vários Corpos; as suas propriedades e virtudes; e a aplicação delas para uso e utilidade da vida humana, e vida civil.

Nesta Escola se ensinaria a História natural, a Botânica, a Anatomia, a Química, a Metalurgia, e a Medicina com todas as suas partes. Mas como sou obrigado a escrever do método de ensinar e aprender a Medicina, então é que tratarei mais particularmente desta Escola. (SANCHES, 2003, p. 46)

Nas outras duas escolas, pertencentes aos Colégios, as ciências da natureza não se fariam presentes, de modo que a segunda escola objetivaria tratar dos “conhecimentos que necessita o Estado Político e Civil”, primando pelo ensino de “História Universal, Profana e Sagrada; a Filosofia Moral, o Direito das Gentes, o Direito Civil, as Leis Pátrias: a economia civil, que se reduz ao Governo interior de cada Estado”. A terceira “Escola” seguiria as diretrizes “que pertencem à Sagrada Religião e ao seu exercício” (SANCHES, 2003, p. 46).

Quanto ao ensino científico nas Universidades, Antônio Sanches sugeriu que fossem ministrados em universidades laicas, onde “as ciências naturais, e as Civis”, não deveriam depender de “nenhum princípio da autoridade Eclesiástica” (SANCHES, 2003, p. 22). Além disso, Sanches apontou de modo crítico que as Ciências Naturais estavam ausentes em quatro faculdades existentes na Universidade de Coimbra, que eram Teologia, Direito Canônico, Jurisprudência e Medicina. Essa ausência significaria insuficiência para a educação do súdito e o aprendizado do naturalista, do físico, do químico, do médico e do anatomista:

Na Universidade de Coimbra se ensina a Teologia, o Direito Canônico, a Jurisprudência e a Medicina, que compõem as *quatro Faculdades*; e na verdade que este ensino ainda que com *vinte e quatro Lentes*, e muitos Conductários, não é suficiente para se educarem os Súbditos, de que tem necessidade o Reino; porque nestas quatro Faculdades não entra a Ciência Natural, que indicamos acima na primeira Escola. Porque a Faculdade de Medicina que existe em Coimbra é insuficiente para aprender o que necessita o Naturalista, o Físico, o Químico, o Médico e o Anatomista (SANCHES, 2003 p.46).

Para Sanches o ensino de História Natural e de Física Experimental, juntamente com saberes do campo da História, Matemática, Geografia, Astronomia e Filosofia deveriam ser “intermédias ou preparatórios” para habilitação aos “Estudos Maiores”, devendo ser ensinados nas escolas reais de Lisboa, Coimbra e Évora, criadas com a primeira Reforma de Pombal no campo educacional em 1759. Convém ressaltar que, conforme sugestão de Sanches, esse ensino científico não se estenderia as demais “Escolas do Reino estabelecidas nas Cabeças das Comarcas” (SANCHES, 2003, p. 50)

Conforme a perspectiva de Ribeiro Sanches o ensino de Geografia, Astronomia e História Natural seriam balizados pela obra “História Natural de Cayo Plínio Segundo”. A Geografia e a Astronomia seriam estudadas ressaltando-se o gabinete de “Coisas Naturais”, com elementos como globo terrestre e celeste, com sistemas planetários, no sentido de propiciar ao mestre oportunidade de explicar ao aluno a Geografia e Astronomia:

Na história se incluem o conhecimento das coisas naturais que contém naquela obra de Plínio Segundo: entramos num Gabinete de Coisas Naturais: ali notamos o globo terrestre e o celeste: ali notamos os sistemas planetários onde se vê o sítio onde existe o sol, os planetas e a terra, o lugar das estrelas fixas e o zodíaco; ali vemos de que modo se movem e em que lugar os vemos; deste modo com a explicação de um inteligente Mestre terá o Menino uma ideia clara, o que é a *Geografia* e a *Astronomia*. (SANCHES, 2003, p 48)

No campo da História Natural, o ensino englobaria o estudo dos animais e vegetais, concebendo-os como produções da natureza, com o fim de compreender as propriedades desses elementos, no sentido de utilizá-los na Medicina e as artes mecânicas e liberais:

Neste Gabinete vemos as Aves, os Peixes, os Animais, os Insectos, as Árvores, e as Plantas da África, da Ásia e da América; e pela mesma separação vamos notando os Minerais, as Pedras, os mármore, as Pedras preciosas, os Sais, os Bitumes, os Bálsamos, e as diferentes terras e barros; esta é a *História Natural*, e como é tão natural saber para que servem estas produções da *Natureza*, o Mestre lhes dirá as propriedades e seu uso na Medicina e nas artes mecânicas e liberais. (SANCHES, 2003, p 48)

Havia também a proposta de ensino da Física Experimental, que deveria ocorrer num espaço que contivesse os diversos instrumentos desse saber, como a “Pompa pneumática, um Telescópio, um Microscópio, um prisma, um modelo de um moinho de vento, um Relógio”, os quais seriam utilizados pelo mestre com o fim de que os discípulos adquirissem “as primeiras ideias das propriedades dos Elementos, da *Óptica*, das *Mecânicas* e da *Estática*” (SANCHES, 2003, p.48).

Pelo que foi dito anteriormente, pode-se constatar que a proposta de Sanches para a Educação da Mocidade de Portugal foi realizada quando ele passou a residir em países que despontavam na difusão das correntes de pensamento modernas, como Inglaterra e França, bem como ao estudar na Holanda com o Médico que posteriormente ficou reconhecido como “pai” do hospital acadêmico moderno. Essas experiências influenciaram António Ribeiro Sanches ao sugerir na sua obra a introdução do ensino de

ciências modernas como a Física, a Química, a História Natural e a Botânica, embora mantendo os estudos religiosos.

Como vimos, havia interesse dos estrangeirados, tanto Verney quanto Sanches, de que o ensino das Ciências fosse introduzido em Portugal, como parte das ações que colocariam Portugal na ordem da modernização. Resta analisar até que ponto este propósito se materializou nas Reformas Pombalinas, especialmente as dirigidas ao Campo Educacional. Para isso examinaremos as ações desencadeadas a partir da expulsão dos jesuítas em 1759, como a criação do Colégio dos Nobres em 1761, a reforma da Universidade de Coimbra e a configuração das aulas régias de 1772, que se situam entre os principais investimentos dessas reformas no campo da educação.

Nos oito primeiros anos do governo pombalino, de modo geral, a educação não foi alvo de reformas. Os Jesuítas continuaram encarregados de proporcioná-las e conduzi-las conforme seus objetivos, regimentos, programas de ensino, etc. Entretanto, o nono ano, ou seja, 1759 foi um marco de mudanças para a Educação portuguesa, pois Carvalho e Melo decretou a expulsão dos Jesuítas de todo o Reino, fato que desestruturou a Educação que eles tinham implantado, abrindo caminho para estatização da mesma, fato que obrigou Pombal a redigir medidas educacionais, como a criação do Colégio dos Nobres.

1.2 - A criação do Colégio dos Nobres.

O Marquês de Pombal fundou o Colégio dos Nobres, em 1761, portanto, cerca de um ano depois que António Sanches escreveu a obra *Cartas Sobre a Educação da Mocidade*, na qual sugeriu a criação de uma instituição para os filhos da nobreza. O Colégio criado por Pombal era civil e não militar, e contemplava o ensino das ciências Física Experimental e Astronomia, entre outros saberes¹⁰ (Carvalho, 2001, p 446-447).

Como se pode ver, a ciência moderna estava presente nessa instituição, o que é atestado pela Física Experimental. Buscou-se dar condições ao ensino dessa ciência com a construção de um Gabinete de Física Experimental, inspirado nos modelos já em funcionamento nos modernos países europeus.

¹⁰Conforme Carvalho (2001, p. 457) Entre os outros saberes constituintes do currículo do Colégio dos Nobres, havia o Grego e o Italiano.

1.3 – As ciências na Universidade de Coimbra 1772

Em 1772 as ciências modernas passaram a integrar a Universidade de Coimbra, com a Física Experimental, a Química e a História Natural compondo o novo curso de Filosofia. Estas ganharam condições materiais de serem ministradas com a construção de um Gabinete de Física Experimental, o qual recebeu o instrumental que pertencia ao Gabinete de Física do Colégio dos Nobres. Além disso, se montou um laboratório de Química; e foi instalado um Gabinete de História Natural e um Jardim Botânico.

Ainda em 1772 os “Estudos Menores”, proporcionados por meio das Aulas Régias, que eram precedentes aos “Estudos Maiores”, passaram por uma reestruturação e ampliação no reino português, que incluía o “continente”, “ilhas” e “ultramar”, onde neste se encontrava o Brasil e mais especificamente a Amazônia. Em todo o Reino de Portugal, conforme Carvalho (2001, p 454) foram criadas 837 aulas régias, distribuídas entre Primeiras Letras, Latin, Grego, Retórica e Filosofia.

Como se pode perceber, o iluminismo do Reino Português, influenciado pelos estrangeirados, colocado em prática com as Reformas Pombalinas, principalmente a partir da expulsão dos jesuítas de todo o reino em 1759, implantou o ensino das Ciências Naturais como a Física, Química e História Natural na metrópole em 1761, com a criação do Colégio dos Nobres de Lisboa e em 1772 com a reforma da Universidade de Coimbra.

CAPÍTULO 2

A Estatização da Instrução Pública no Pará: das Reformas Pombalinas na Educação à criação do Liceu Paraense.

As Reformas Pombalinas não restringiram à Metrópole, sendo também disseminadas aos outros territórios do Reino. Na Amazônia, do mesmo modo que em Portugal, essas Reformas demoliram o ensino jesuítico, o que ocorreu em 1755. Como vimos anteriormente, nos novos projetos de ensino implantados em Portugal, as humanidades continuaram a ocupar o espaço maior nos currículos escolares. Entretanto, ciências como a Física, a Química e as ciências constituintes da História Natural foram introduzidas no Colégio dos Nobres e na Universidade de Coimbra. Resta saber quais foram as mudanças curriculares na estrutura do ensino paraense.

Em 1757 foi publicado pelo poderoso Sebastião José de Carvalho e Melo o “Diretório dos Índios do Pará e Maranhão”,¹¹ em concordância com as diretrizes de seu irmão Mendonça Furtado, governador da Capitania do Grão Pará Maranhão. Esse Diretório foi um conjunto de medidas que tinham o proposto de acelerar o processo de civilização dos índios e constituí-los como súditos da Coroa Portuguesa. Esse documento concebeu a educação como fator fundamental para se alcançar esses objetivos, prevendo, assim, a criação de escolas em cada povoação, que ensinariam Ler, Escrever, Contar e a Doutrina Cristã. Além disso, certos saberes eram específicos para o sexo feminino e outros para o sexo masculino, tendo como referência as nações civilizadas:

E como esta determinação é a base fundamental da Civilidade, que se pretende, haverá em todas as Povoações duas Escolas públicas, uma para Meninos, na qual se lhes ensine a Doutrina Cristã, a ler, escrever, e contar na forma, que se pratica em todas as Escolas das Nações civilizadas; e outra para as Meninas, na qual, além de serem instruídas na Doutrina Cristã, se lhes ensinará a Ler, escrever, fiar, fazer renda, cultura, e todos os mais ministérios próprios daquele sexo.(PORTUGAL, 1758, p. 4)

¹¹ Em 1755 foi decretada uma Reforma Pombalina que revogou o conjunto jurídico, instituindo “a completa liberdade de todos os índios, mesmo daqueles que se encontrassem escravizados por qualquer pretexto que fosse”, assim como “a extinção do poder temporal das ordens religiosas sobre as aldeias”, constituindo, assim, o índio como colono e possuidor de direitos naturais. (SOUZA JUNIOR 2012, p 126).

As diretrizes de como se deveria lidar com as populações indígenas foram publicadas em 1758, sob o título de “*Directorio que se deve observar nas Povoações do Índios do Pará e Maranhão*”, sendo que qualquer mudança só poderia ser realizada com a autorização de Sua Majestade.

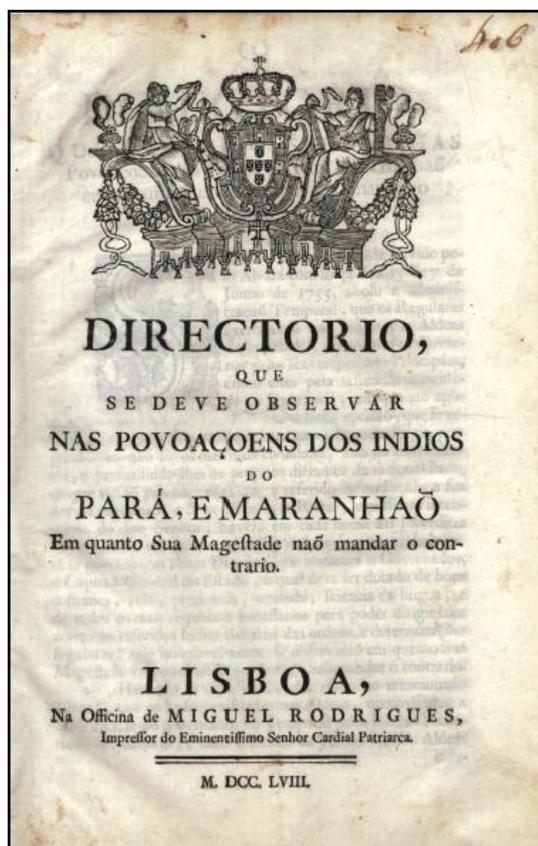


Figura 2: Folha de Rosto do Diretório para povoações dos índios do Pará e Maranhão.

Na proposta do diretório o ensino continuava marcado pelo predomínio das letras, especialmente pela difusão e aprendizado da língua portuguesa, por ser considerada eficaz no processo de civilização do nativo e transformação dele em súdito. Essa proposta pretendia “introduzir logo nos Povos conquistados o seu próprio idioma”, pois considerava que seria “um dos meios mais eficazes para desterrar dos Povos rústicos a barbaridade dos seus antigos costumes”; “ao mesmo passo que se introduz neles o uso da Língua do Príncipe, que os conquistou, se lhes radica também o afeto, a veneração, e a obediência ao mesmo Príncipe” (PORTUGAL, 1758, p 3). Com isso, um dos principais cuidados dos “Diretores das Povoações” seria o de proporcionar a ampla educação da Língua Portuguesa, proibindo aos pertencentes à Escola o uso das línguas nativas:

Será um dos principais cuidados dos Diretores, estabelecer nas suas respectivas Povoações os uso da Língua Portuguesa, não consentindo por .modo algum, que os Meninos, e Meninas, que pertencerem às Escolas, e todos aqueles Índios, que forem capazes de instrução nesta matéria, usem da Língua própria das suas Nações, ou da chamada geral; mas unicamente da Portuguesa, na forma, que Sua Majestade tem recomendado em repetidas Ordens, que até agora se não observaram com total ruína Espiritual, e Temporal do Estado. (PORTUGAL, 1758, p4)

Como vimos até aqui, o Diretório pretendia aumentar o controle da Coroa sobre a educação, para isso determinou o amplo ensino da língua portuguesa e a inibição das línguas nativas e da Língua Geral. A Doutrina Cristã deveria continuar a ser ensinada, desde que não fosse pelos Jesuítas. Recomendavam-se, ainda, as aulas de contar.

Em 1760 Manoel Bernardo Mello e Castro assumiu o governo da Capitania do Grão Pará Maranhão. A educação da Amazônia esteve entre os anseios desse governador, que idealizou um “projeto de Construção de Seminários, que seriam denominados de ‘Colégio dos Nobres’”. Quando o projeto ficou pronto tornava-se “bastante evidente que o propósito era proporcionar uma educação integral aos filhos dos ‘nobres’, ou seja, dos Principais, Sargentos-mores e demais oficiais indígenas” (CUNHA, 2012, p 154). O projeto foi enviado à corte, recebendo do rei autorização para construção de dois seminários no ano seguinte, ou seja, em 1761, sendo um na cidade de Belém e outro na vila de Gurupá. É importante notar que a autorização dessa proposta ocorreu no mesmo ano em que se criou o “Colégio dos Nobres” na Metrópole, ou seja, 1761. Essa proposta, entretanto, não saiu do papel.

As Reformas de 1772 instituíram no Pará três Aulas Régias, sendo uma, Ler, escrever e contar; e as outras duas Latim e Retórica, como se pode ver na tabela abaixo:

Tabela 1

Distribuição das Escolas Menores no Brasil ordenada pela lei de 6 de novembro de 1772

| | <i>Ler, escrever, contar</i> | <i>Latim</i> | <i>Grego</i> | <i>Retórica</i> | <i>Filosofia</i> |
|-----------------|------------------------------|--------------|--------------|-----------------|------------------|
| Rio de Janeiro | 2 | 2 | 1 | 1 | 1 |
| Bahia | 4 | 3 | 1 | 1 | 1 |
| Pernambuco | 4 | 4 | 1 | 1 | 1 |
| Mariana | 1 | 1 | - | 1 | - |
| São Paulo | 1 | 1 | - | 1 | - |
| Vila Rica | 1 | 1 | - | - | - |
| S. João del Rei | 1 | 1 | - | - | - |
| Pará | 1 | 1 | - | 1 | - |
| Maranhão | 1 | 1 | - | - | - |
| Total | 17 | 15 | 3 | 6 | 3 |

Quadro elaborado a partir dos dados contidos em anexo à lei de 6 de novembro de 1772
 Fonte: Cardoso (2011, p. 185)

De acordo com Saviani (2010, p. 107) tão logo se promulgou a reforma do Marques de Pombal em 1759, no Brasil houve concursos na Bahia para aulas de Latim e Retórica, bem como se nomeou os primeiros professores régios de Pernambuco. Saviani aponta, ainda, que o desenvolvimento das aulas régias se deu em ritmo lento por razões financeiras, mas ganhou um novo impulso a partir de 1772, quando se criou o “Subsídio Literário”, que era um imposto que seria voltado para arrecadar recursos para financiar a instrução pública¹².

A tabela também mostra que as Aulas Régias criadas no Brasil eram em grande parte, constituídas por cursos que ensinavam ao mesmo tempo Ler, Escrever e Contar e,

¹² SAVIANI (2010, p. 99) aponta que “de acordo com a proposta da Real Mesa Censória, o “Subsídio Literário” destinava-se a suprir todas as necessidades financeiras da instrução pública, abrangendo os estudos menores e maiores e garantindo não apenas o pagamento de salários e demais despesas dos professores. Além disso, atenderia também a outras necessidades com a aquisição de livros, organização de museu, criação de laboratório de física, de jardim botânico, instalação de academias de ciências físicas e de belas-artes”.

ainda, por aulas de Latim, Grego e Filosofia. As Ciências, como se pode constatar, não estavam presentes nas aulas paraenses e nem de outras partes do Brasil. Em consequência, o aprendizado das ciências, para residentes da região, era realizado apenas pelos que tinham condições de viajar para Portugal, sobretudo para Universidade de Coimbra, que oferecia os Estudos Maiores, ou para outro país.

A Instrução Pública paraense passou por acentuadas transformações em 1841, a partir da Lei que regulou a Instrução Primária e Secundária e criou a Diretoria da Instrução Pública e o Liceu Paraense, primeira escola de ensino secundário, criada na Região. Essas transformações foram precedidas pelas propostas, nos anos anteriores, pelos relatórios e outros documentos enviados pelos governantes à Assembleia Legislativa. Documentação essa, que será analisada a partir desse momento.

O Relatório de 1838, do Presidente da Província do Pará Soares D'Andréa apresentou um breve panorama da Instrução Primária. Esta seria composta por trinta e uma Aulas Avulsas de Primeiras Letras. Isso mostra que o número de aulas primárias aumentou em relação ao cenário instituído pela Reforma Pombalina de 1772, que tinha criado apenas uma aula primária. Com isso, vemos que seriam trinta aulas a mais. As Aulas primárias continuavam a ensinar a ler, escrever e contar, e sem incluírem os saberes científicos. Conforme esse Presidente a tarefa de ensinar as Primeiras Letras deveria ser realizada por pessoas que soubessem Gramática Latina, pois, com isso, saberiam “ensinar gramaticalmente a língua vulgar”; também que soubessem aritmética “para ensinar bem a contar” (D'ANDREA, 1838, p 35). Isso demonstra que o estudo da língua Latina e de aritmética gozavam prestígio na mentalidade desse governante.

O Presidente D'Andréa também versou considerações e propostas com relação à formação dos professores. Conforme ele não haveria uniformidade de método na prática docente exercida na Província. Isso seria um inconveniente causado pela ausência de uma “escola central ou de norma” que formasse os mestres. Mesmo reconhecendo que não competia às províncias a criação de instituições com tal perfil, ele sugeriu que a Assembleia Provincial Paraense autorizasse a criação de uma instituição normalista na Amazônia, onde professores de Primeiras Letras ou das Aulas Maiores pudessem ser formados. Consta, ainda, no discurso do Presidente D'Andrea, a insinuação que seria mais útil para o Brasil formar mais professores de Primeiras Letras e Humanidades do que bacharéis em direito ou “homens de lei”:

Há ainda outro inconveniente, e é a falta de uniformidade de método, pela falta de uma escola central, ou de Norma, aonde se preparem os Mestres por um só sistema, e mesmo d'onde saiam com as suas cartas e informações dadas por um Corpo Científico, poupando-se a formalidade inútil de concurso, aonde não há quem concorra.

Tem o Brasil duas universidades de Direito, e talvez fosse mais útil produzirem-se anualmente menos homens de Leis e mais alguns Professores de primeiras letras e humanidades. Não depende isto das Administrações Provinciais, mas poderia ao menos estabelecer-se nesta Capital uma Escola Normal, aonde se apurassem mais os Indivíduos que se destinassem a ser Professores das primeiras Letras ou das Aulas maiores. (D'ANDREA, 1838, p 34)

Sobre a Instrução Secundária, o Relatório de 1838, de Soares D'Andrea propôs que as Aulas Avulsas oferecidas na Província fossem Filosofia, Retórica e Gramática Latina. É válido ressaltar que as duas primeiras eram previstas desde a reforma pombalina de 1772, enquanto que a Gramática Latina era novidade no ensino paraense, mostrando que foram poucas as mudanças neste ramo de ensino.

Conforme observamos no relatório de Soares D'Andréa o número de cadeiras da instrução primária havia aumentado em relação ao cenário instituído pelas Reformas Pombalinas, além disso, mantinha a função de ensinar a ler, escrever e contar. Surgiu, também, o discurso de interesse em habilitar os professores por meio de uma instituição específica, como uma escola normal. Quanto a instrução secundária, esta continuava a ser oferecida em aulas avulsas, aumentando em uma cadeira em relação a Reforma de Pombal.

No ano seguinte, 1839, Bernardo de Souza Franco assumiu a presidência da Província. Havia se formado bacharel em direito, quatro anos antes, ou seja, em 1835, em Olinda, onde obteve destaque acadêmico e fora premiado ao longo do curso. Desde a juventude demonstrou inclinação para a política, chegando, com 23 anos de idade, a lutar pela independência do Pará, sendo por causa disso levado preso a Portugal. Ao ser libertado, Souza Franco retornou ao Pará e se envolveu na política, assumindo cargos de Deputado, Senador e Presidente de Províncias, como Pará e Alagoas; foi, ainda, redator de jornais pernambucanos, como a Voz do Beberibe e Diário de Pernambuco¹³.

Souza Franco criticava a instrução paraense por ofertar somente as Primeiras Letras, Latim, Lógica e Retórica, independentemente da profissão que os discentes

¹³ A consulta ao livro Galeria dos Brasileiros Ilustres (os contemporâneos), de 1861, de S.A. Sisson, digitalizado e disponibilizado na internet pela Brasiliana Digital (USP) nos permitiu extrair essas informações sobre Bernardo de Souza Franco.

fossem seguir. Esse governante argumentava que não se poderia fazer uso desses saberes no mundo do Comércio, da Agricultura, das Artes. Também apontava que os saberes ofertados eram simplesmente “preparatórios para ciências mais sublimes”, os quais não teriam “aplicação alguma na vida ativa e laboriosa”. Para ele, nas “nações cultas” os jovens aprenderiam lições conforme os conhecimentos que teriam de “empregar em sua projetada vida futura”, ou seja, lições que pudessem ser aplicadas à vida cotidiana (FRANCO, 1839, p 5.).

As Ciências Naturais estavam incluídas nos saberes recomendados, em 1839, pelo Presidente da Província, com o objetivo de contornar essa situação. A “Botânica Descritiva e Aplicada” era recomendada aos discentes que fossem atuar na lavoura; “Geometria, Línguas Estrangeiras, Princípios da Escrituração e Direito Mercantil”, para os que almejassem ser negociantes; “Arte Veterinária”, aos que pretendessem ser criador de gados; e “Geometria aplicada às Artes”, que seria voltada para os artistas. A ausência desses conhecimentos configurava-se, para Souza Franco, como uma lacuna:

Faltam-nos, portanto, na Província além das Cadeiras de Geometria, que é da primeira necessidade, *uma de Botânica descritiva e aplicada* – uma de Geometria aplicada as Artes – uma de Arte veterinária, indispensável para ver se se descobrem meios de extinguir a epidemia terrível que tem morto o gado Cavalari quase todo da Província – e um pequeno curso de Comércio. O estabelecimento de uma Biblioteca Pública também seria de muita vantagem como complemento destas medidas, e eu vos proponho que auxilies os patrióticos esforços de alguns Cidadãos, que o promovem e tem para isso tirado uma subscrição. (FRANCO, 1839, p 5).

A sugestão de criação dessas cadeiras, que incluía uma científica, eram positivadas pelo discurso que seriam “melhoramentos” que cooperariam para “um estado de sossego e tranquilidade”. Nesse momento a Província estava imersa em conflitos conhecidos na historiografia como Cabanagem, que iniciaram em 1835 e finalizaram em 1840¹⁴.

A habilitação de professores também esteve no discurso de Souza Franco, que apontou como caminho para formação docente a criação de uma escola normal no Pará. Conforme ele, para o estabelecimento de uma instituição com tal perfil, sugeri contratar alguém formado na Escola Normal de Niterói, criada cerca de quatro anos antes, em 1835 ou mandar algum paraense estudar nesta escola:

¹⁴ Sobre o movimento da Cabanagem, ver Magda Ricci, Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840.

Mas esta providência do momento e provisória deve ser acompanhada de outra, que habilitem e criem para o futuro Professores hábeis para se encarregar do ensino da mocidade, e eu vos lembro a instituição de uma escola normal nesta Cidade para cuja direção podeis autorizar o Governo para engajar no Rio de Janeiro algum aluno hábil da escola normal criada na Cidade de Niterói pela Lei Provincial de quatro de abril, de mil oitocentos e trinta e cinco, ou para mandar aplicar-se nesta a algum jovem da Província, que dê provas de capacidade, e aplicação. (FRANCO, 1939, p 5.)

Alguns meses depois, ainda na gestão de Souza Franco, os discursos favoráveis a criação de uma escola normal no Pará surtiram efeitos. A lei de 1839 autorizou a criação de uma instituição que formasse os professores paraenses. Como meio de fazê-la sair do papel, a lei previa que fosse contratado alguém formado na Escola Normal de Niterói ou que algum paraense fosse enviado para se formar nesta instituição.

O Doutor Bernardo de Souza Franco, Presidente da Província do Grão-Pará &.
Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembleia Legislativa decretou, e eu sancionei a Lei seguinte:

Art 1º. Fica autorizado o Presidente da Província a instituir nessa cidade uma Escola normal, e a engajar na Corte do Império algum aluno hábil da escola ali criada, ou a mandar aplicar-se nele algum paraense, que dê provas de capacidade e aplicação. (PARÁ, 1839)

O Relatório de Bernardo de Souza Franco se referiu à Instrução Secundária, queixando-se da falta de candidatos para concorrer a concursos realizados para preencher cadeiras vagas; como de Retórica e Latim. Neste momento este ramo da instrução era composto por quatro cadeiras: Filosofia Racional e Moral; Retórica; Latim; Língua Francesa. Quando comparamos esse cenário com o panorama anterior, percebemos que a Língua Francesa era novidade, demonstrando que a educação começava a materializar a influência de outras nações da Europa, que despontavam na difusão dos valores modernos, nesse caso a França (Franco 1839, p. 5).

Outra proposição apresentada no relatório do presidente provincial Souza Franco foi centralização administrativa da instrução pública. Para ele as Aulas deveriam ser ministradas num lugar comum, sob a coordenação de um diretor, que também iria assistir aos exames dos alunos e ser o principal canal comunicativo entre as instituições e o Governo.

Convém muito, Senhores, à regularidade do ensino, que tenham as Aulas todas um centro comum, e que se crie para esse fim um Diretor, que as inspecione, assista aos exames dos alunos, de parte ao Governo de todas as ocorrências para as providenciar, e exponha, e requeira as reformas precisas para dar aquele as que estiverem ao seu alcance, e requerer-vos as que lhe não competirem. (FRANCO, 1939, p 5.)

Percebemos, assim, que tal proposição se deu no sentido de emergir a figura de uma diretoria que coordenaria os diversos ramos da instrução, como ensino primário, secundário e normal.

No ano posterior, 1840, o Presidente da Província era João Antônio de Miranda, o qual também emitiu relatório à Assembleia Legislativa provincial. Esse presidente avaliava a instrução pública como imersa em estado doloroso, sem ânimo e mal dirigido. Contudo, eximiu a autoridade pública de ser responsabilizada por tal situação. Responsabilizou o passado conturbado, ou, como disse ele, “vertiginoso”, que por alguns anos a Província teria atravessado. É importante destacar que a revolução da Cabanagem, que marcou um período conturbado na região, se encerrou nesse ano. Antônio Miranda afirmou ainda que a instrução pública seria filha da paz e da tranquilidade de espíritos:

Eu disse, Senhores, que a instrução nem se acha animada, nem bem dirigida. É esta uma verdade dolorosa, mas por este incidente não é responsável a Autoridade pública. A instrução é filha da paz pública e da tranquilidade dos espíritos, e não era possível, que no estado vertiginoso, que por algum tempo desgraçou a Província, se curasse de mais do que de restituir-lhe esse descanso, que produz as ciências, e as fortunas. (MIRANDA, 1840, p 20)

Os dados numéricos apontados em 1840, no Relatório de João Miranda, mostram que as Aulas Avulsas de Primeiras Letras continuavam sendo constituídas por trinta e sete cadeiras, das quais oito estavam sem funcionar devido à ausência de docentes para regê-las. Essa ausência não tinha números maiores, porque cinco clérigos haviam sido designados interinamente para cumprir o papel docente, sob a justificativa de neles ser reconhecidas habilitações e não haver homens que pudessem ocupar as cadeiras vagas, circunstância que demonstra que os clérigos continuavam atuando no ramo educacional¹⁵.

“É tal nossa situação, que nem homens temos para ocupar esses lugares, o que fez necessário empregar Párocos interinamente, em alguns dos quais, suposto eu reconheça alguma habilitação para o regime, não encontro contudo uma vida isenta de outras distrações, qual se quer para o magistério (MIRANDA, 1840, p 20).

As Aulas de Primeiras Letras continuavam, de modo geral, a ensinar a Ler, Escrever e Contar. Entretanto, o Presidente José Miranda queria que outros saberes fossem acrescentados, sugerindo, assim, que incluíssem “leitura da História do Brasil e

¹⁵ Esses números foram extraídos dos dados numéricos informados no Relatório de Antônio Miranda.

o ensino corográfico do cidadão Baena”, provocando a adequação da instrução da Província à ordem discursiva da Lei do Império de 1827, que regulava o ensino primário do Rio de Janeiro, corte brasileira¹⁶:

Minha intenção é, enquanto essa deliberação não apareça, por em prática entre nós esses compêndios, fazer executar, quanto se possa, o Art. 6 da Lei de 15 de Outubro de 1827, e ordenar que se anexe à leitura da História do Brasil o ensino corográfico do cidadão Baena, com o qual se devem familiarizar os nossos Provincianos, por lhes oferecer ideias luminosas sobre as circunstâncias da Província. Expedirei finalmente algumas instruções que me pareceram exequíveis, atento o estado lastimoso dos recursos, com que contamos, a fim de ver, se, enquanto não desaparece esse provisório tão prejudicial, podemos sempre colher algum resultado em vantagem da instrução (MIRANDA, 1840, p. 23)

O relatório do presidente João Miranda também apontou os passos que estavam sendo dados para que propostas para o campo educacional, realizadas na gestão anterior, saíssem do papel. Assim, afirmou que uma comissão havia se formado para conduzir a instalação de uma Biblioteca. Contudo, essa comissão não se restringiu ao trabalho de dar um parecer sobre essa instalação, sinalizando, também, como importante a criação de um Gabinete de Física e História Natural:

Entendendo a Comissão, que uma biblioteca só por si não pode dar à instrução o alento necessário, lembra-se da criação de um gabinete de Física e de História Natural, e aponta diferentes providências, que concorrerão a manter essas fontes dos conhecimentos humanos. (MIRANDA, 1840, p. 24)

Outras continuações da gestão anterior foram os encaminhamentos para a instalação da escola normal no Pará, prevista pela já mencionada anteriormente Lei nº 33. Nesse sentido, afirmou que designara um Paraense, cujo nome era Silvestre Tenreiro Aranha, para estudar na Escola Normal de Niterói, o qual já estava no Rio de Janeiro estudando Comércio e era conhecedor das Primeiras Letras e Línguas Latina, Inglesa e francesa, aparentando, deste modo, ao governante, mediante as qualidades, ser um moço habilitado para a função de diretor da escola normal que seria criada:

Para execução da Lei Provincial de 30 de Setembro sob nº 33 engajei interinamente um Paraense, de nome Silvestre Tenreiro Aranha, o qual reúne o conhecimento das primeiras letras o das línguas Latina, Francesa e Inglesa,

¹⁶ A Lei de 15 de outubro de 1827 previa que: “Os professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática de língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil” (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-15-10-1827.htm).

achando-se à frequentar no presente ano o segundo da Aula do Comércio. Ele se acha no Rio de Janeiro e deverá começar o seu estudo em o próximo ano, havendo o Governo com este contrato economizado à Província quatro centos mil réis, que despenderia, se daqui fosse um outro remetido, e não com tantas habilitações talvez. As qualidades do agraciado me afiançam, que não teremos para a nossa escola normal um mestre unicamente, que, adstrito ao *ipse Dixie*, se abandone à uma miserável rotina com prejuízo de seus discípulos, mas ao contrário um moço habilitado a estudar, à pesar e à desenvolver-se (MIRANDA, 1840, P. 21)

Nesse momento o currículo da Escola Normal de Niterói era composto por Princípios de Aritmética e Noções Gerais de Geometria; Gramática da Língua Nacional; Elementos de Geografia; e Princípios de Moral Cristã e da Religião do Estado. Não previa o ensino científico. O docente formado nesta instituição aprenderia a aplicar o método Lancasteriano ou método mútuo (Villela, 1990, p 161)

Para o presidente João Miranda a criação de uma escola normal no Pará se situaria nos “alicerceies para a nossa pública instrução, e conseqüentemente para o esclarecimento da razão pública Provincial, e impulso da nossa indústria”. Contudo, na concepção desse governante isso ainda não era suficiente e careceria de melhorias. Estas versariam sobre a formulação de uma lei, cujo fim seria “prover de hábeis mestres as escolas da Província” e que regulasse a escola normal que estava sendo gestada. Essa lei deveria balizar os deveres e as funções do diretor da futura instituição normalista¹⁷. Além disso, a Lei regulamentaria as obrigações dos professores primários e daqueles que almejassem se tornar professores de Primeiras Letras:

Uma Lei se faz necessária, que dê maior desenvolvimento à de nº 33 do ano findo, que prescreva os deveres, e funções do diretor da Escola, que marque as obrigações, a que ficam sujeitos não só os mestres atuais e então existentes das escolas da Província, mas também aqueles, que aspirarem à ocupar um lugar de tanta consequência, estabelecendo as garantias, que lhes deverem competir, determinando o modo prático dos exames etc. (MIRANDA, 1840, P. 21)

Com esses encaminhamentos dados à criação de uma instituição que formasse professores, é importante percebermos que desde 1838 os discursos de governantes da Província se apresentaram favoráveis à criação de uma escola normal no Pará. A criação de uma instituição com esse perfil foi autorizada em 1839 e começou a se materializar no ano seguinte, em 1840, com a designação de um paraense para se formar na Escola

¹⁷ Nesse momento da história da educação brasileira, as Escolas Normais constituíam-se como instituições de um único professor, que também era o diretor, acumulando, assim, as responsabilidades de ensino e burocráticas (Villela, 2005, p 105)

Normal de Niterói, que, nos discursos de Souza Franco e João Miranda, fora apresentada como referência a ser seguida.

Mediante esse panorama é possível analisar que as condições ainda não eram favoráveis para a contemplação de saberes científicos na escola normal que se pretendia instalar no Pará, pois as ciências ainda não eram previstas no currículo da principal instituição normalista do país, que era tomada como referência na Província do Pará, ou seja, a Escola Normal de Niterói, onde se formaria o aluno Paraense, que seria responsável por disseminar o ensino normalista na Província.

Quanto a instrução secundária, o Relatório de João Antônio Miranda apontou que era constituída por aulas de Filosofia, Retórica, Francês, Latim, e, pela, recém-criada, no ano anterior, Aula de Geometria, conforme a “Lei nº 41 de 1839” (MIRANDA, 1840 p 19). O relatório aponta, ainda, que o Seminário Episcopal, hoje museu de Arte Sacra do Pará e Igreja de Santo Alexandre, criado pelos jesuítas, continuava exercendo papel educacional na região, também no ramo do ensino secundário, oferecendo aulas de “Latim, Teologia e Musica Vocal”:

No fim deste Relatório encontrareis o mapa das escolas públicas da Província. A escola de Geometria decretada pela Lei nº 41 de 1839 acha-se provida na forma do § 2º do Art. 2º dela. Conta hoje a Capital um Seminário Episcopal, em que ensina Latim, Teologia, e Música Vocal, uma aula de Filosofia, uma de Retórica, uma de Geometria, uma de Francês, uma de Latim, e três públicas de primeiras letras para um e outro sexo. (MIRANDA, 1840, p 19)

O Presidente da Província Miranda, semelhantemente ao que a administração anterior da Província propusera, endossava que a administração do ensino no Pará fosse centralizada numa diretoria da instrução pública, que cumpriria funções como receber as requisições das escolas, os mapas educacionais e quadros estatísticos, em resumo, uma diretoria que gerenciasse a burocracia, especialmente da instrução primária, que contava com trinta e sete eram as escolas:

Trinta e sete escolas de primeiras letras, senhores, necessitam de um centro, que não seja o Governo, ao qual dirijam todas as suas requisições, manifestem as suas necessidades, enviem os mapas, e quadros estatísticos exigidos pelo Governo por intermédio desse mesmo centro. No passado relatório se vós mostrou a necessidade desse ponto de unidade, pedindo-se vos a criação de um Diretor da Instrução primária (MIRANDA, 1840, p 22).

Pela proposta, essa diretoria cumpriria um papel regulador do funcionamento escolar, seria um canal entre as escolas e a Presidência provincial. O diretor deveria

inspecionar e fiscalizar as escolas, observar os regulamentos, a organização, a metodologia de ensino, as escolhas dos compêndios didáticos, com o fim de submeter à aprovação da Presidência da Província:

A esse Diretor deve competir por si, ou por intermédio de delegados, a inspeção e fiscalização das escolas, a organização dos seus regulamentos internos, o regime e método prático do ensino, a escolha dos compêndios, e modelos Etc. submetendo tudo à aprovação do Presidente da Província. (MIRANDA, 1840, p 22)

Em 1840, conforme o Relatório do presidente da Província do Pará João Miranda, as Ciências Naturais foram citadas no momento em que uma comissão organizada para apresentar um parecer sobre a implantação de uma biblioteca pública, afirmou ser importante a criação de um gabinete de Física e História Natural. Quanto a instrução primária, continuava sem prever o ensino de disciplinas científicas e mantendo o propósito dos anos anteriores de ensinar a leitura, escrita e contagem. Entretanto, nesse ano houve sugestões para a introdução de saberes do campo da História e Geografia. Além disto, os passos para a implantação de uma escola normal no Pará estavam sendo dados, de modo que engajaram um paraense para estudar no centro de referência em formação normalista no país, que era a Escola Normal de Niterói. No que diz respeito a instrução secundária, esta não incluiu as Ciências em seu currículo, currículo, mas que sofrera aumento com a inserção da Aula de Geometria. João Miranda, presidente da Província, também era adepto da ideia de se criar uma diretoria para coordenar a instrução pública.

No ano de 1841 a Província do Pará contava mais uma vez com a participação administrativa de Bernardo de Souza Franco, que era o Vice-Presidente e discursara perante a Assembleia Provincial. Nesse discurso citou alguns dos encaminhamentos na instrução pública, que considerava como melhoria. Com isso, apresentou o envio de três jovens paraenses à países que despontavam na difusão das Ciências Naturais, como a Inglaterra, com a finalidade de cursarem Engenharia, Mineralogia e Veterinária, que eram cursos ligados à atividade científica:

Foi cumprida a Lei nº 69 de 23 de Setembro do ano passado, e tendo sido escolhido os jovens Paraenses Fernando Maximo Gonçalves Campos para ir estudar Engenharia Civil, Manoel Lourenço de Souza, Mineralogia, e Ignacio Joze Garcia, Veterinária, já todos seguiram viagem, e há notícia de ter o 2º chegado à Inglaterra. (FRANCO, 1841, p. 19)

Nos relatórios dos presidentes provinciais, vimos que houve a proposta de se inserir o ensino de botânica, houve a inserção do ensino da Língua Francesa, o que representa a influência da educação fora de Portugal.

Ainda em 1841, foi aprovada a Lei nº 97, que visou dar nova regulamentação a instrução primária, prescrevendo que fosse destinada a todos os cidadãos, a ambos os gêneros, e, ainda, dividida em “duas classes”. A “Primeira Classe” continuaria a cumprir o papel de ensinar a ler, escrever e contar, que era exercido desde as Reformas Pombalinas. Este ensinamento seria realizado por meio da “Leitura e Escrita ou Caligrafia”, “Gramática da Língua Nacional, e Elementos de Ortografia”; “Princípios de Aritmética com o perfeito conhecimento das quatro operações aritméticas em números inteiros, fracionados, complexos e proporções” (PARÁ, 1841, p).

Quanto a “Segunda Classe” da Instrução Primária, esta era constituída pelos saberes da religião cristã, em que se determinava o ensino de “Princípios de Moral Cristã e da Religião do Estado”. Também estaria presente saberes relacionados à civilidade, representados por “Noções de Civilidade e Leitura da Constituição”. Além disso, foi inserido “Noções Gerais de Geografia, e da História do Brasil”, se assemelhando, assim, ao que deveria ser cumprido nos municípios regidos pela Lei Geral de 1827, o qual já foi salientado na nota de roda pé nº6. Além de esses saberes, as estudantes do gênero feminino receberiam o ensino do “uso da agulha de cozer, e de meia; o bordado, as regras de talhar e cozer os vestidos, e os mais misteres próprios da educação doméstica”.

O Método de Ensino que deveria ser aplicado na instrução primária paraense foi proposto por Barão Degerando. Esse Método foi escrito na França e se difundiu pelo mundo, chegando ao Rio de Janeiro, onde foi traduzido e daí distribuído para várias Províncias do Brasil, ganhando condições circular no Pará em 1839, quando a lei que estabelecia diretrizes para a educação paraense determinou que o Método do Barão Degerando fosse distribuído aos professores primários do Pará.

Art. 2º. Também fica autorizado para mandar reimprimir o curso normal para os professores primários de Mr. Degerando, já traduzido no Rio de Janeiro, o qual será distribuído pelo professor da Escola Normal aos seus alunos, e o será também a todos os professores de primeiras letras da província. (PARÁ, 1839, p 71)

Regina Cason fez uma análise historiográfica do Método de Ensino do Barão Degerando. Conforme a autora, o Método tinha “por objetivo formar o cidadão consciente de seus deveres, obediente à lei e capaz de submeter seus interesses individuais aos da nação”. Para isso o Barão escrevera dezesseis conferências, traduzidas para o português como: “*Curso Normal Para Professores de 1^{as} letras ou Direções Relativas a Educação Physica, Moral e intelectual. Nas Escolas Primárias* (CASON, 2015, p 195).

Na sétima conferência o Barão Degerando tratou da Educação Intelectual, Cultivo da Atenção, Imaginação e Memória. Nesta seção ele defendera que a Instrução Primária deveria ser composta por dois ramos: conhecimentos e artes. O primeiro ramo seria constituído pelo ensino de “máximas de moral, princípios religiosos, geografia, história, elementos de história natural, de geometria, pesos”. O segundo ramo seria composto por “instrumentos de leitura, escrita, gramática e cálculo, desenho, cantoria, agrimensura e ginástica”. (Cason 2015, p.199)

A História Natural constava entre os saberes propostos pelo Barão Degerando para o ensino primário. Ela era difundida nos impressos do Método, criando a possibilidade de que os leitores paraenses, do Método do Barão Degerando, entrassem em contato com a História Natural. Entretanto, esta ainda não era prevista no ensino.

Quanto a Instrução Secundária, a referida Lei de 1841 previu que seria ensinada em liceus, o qual teria sua sede na capital e a denominação de Liceu Paraense, instituição esta, que no próximo capítulo, analisaremos com profundidade. Além disso, previa que na capital da Província haveria uma Aula de Ensino Normal e ampliação da Instrução Secundária fora de Belém, criando cadeiras de Latim em Bragança e mantendo as já existentes de Cametá, Macapá e Santarém:

Art. 11°. Haverá um só Liceu que terá a sua sede na Capital, com denominação de Liceu Paraense.

Art 12°. Fica criada uma Cadeira de Latim na Vila de Bragança, e conservada as de Cametá, Macapá e Santarém.

Art 13°. Haverá também nesta Capital uma aula de Ensino Normal. (PARÁ, 1841, p 74)

Com isso, a lei pretendia expandir a instrução secundária para a Província do Pará, com a proposta de criar na capital um Liceu e uma aula de ensino Normal, mantendo, com isso a proposta de instituir um espaço de formação de professores enquanto que na capital. Fora de Belém seria providenciado a criação de Aulas Avulsas.

Em síntese, nesse capítulo, observamos que os documentos analisados entre 1838 e 1841, como relatórios e discursos dos presidentes provinciais e as leis, apontaram que houve propostas de se introduzir no Pará, em espaços ligados a educação, ciências como a Física, História Natural e Botânica. Em 1839, o presidente Provincial Souza Franco sugeriu introduzir a Botânica Descritiva e Aplicada no ensino secundário. Além disso, nesse mesmo ano, a História Natural poderia vir a circular no Pará, nas cópias do Método de Ensino do Barão Degerando, que continha uma parte dedicada a essa ciência e se previu encomendar para ser distribuído aos docentes primários. No ano posterior, em 1840, o relatório presidencial de João Miranda sugeriu a criação de um Gabinete de Física e História Natural. Em 1841, quando a Província novamente contou com a administração de Souza Franco, a Lei que regulamentou a Instrução Pública paraense manteve o interesse na circulação do Método do Barão Degerando para professores primários.

Estas propostas de introdução das Ciências Naturais no Pará, enquanto condicionantes, ampliaram as possibilidades de introdução do saber científico na instrução pública paraense. Entretanto, ainda não foi nesse período de 1838 a 1841 que isto aconteceu. A Instrução Primária continuou cumprindo o principal objetivo de ensinar a ler, escrever e contar. Houve, também, a proposta de introduzir uma escola normal, proposta essa que não ofereceria muitas condições para a inserção das ciências no currículo, caso chegasse a ser constituído, pois não se previa o ensino científico na Escola Normal de Niterói, que fora tomada por referência na gestação da instituição normalista paraense, onde fora comissionado a estudar o futuro diretor da escola normalista do Pará. A Instrução Secundária, mesmo sendo ampliada, inclusive com a criação do Liceu Paraense, continuou sem prever uma cadeira científica. Mas o Liceu fora introduzido no cenário educacional local com a finalidade de exercer um papel destacado, uma vez que o seu corpo docente teria responsabilidades no conselho da instrução pública, nas mudanças curriculares do ensino primário e secundário paraense, entre outras. Mediante isso, dedicaremos o próximo capítulo a estudá-lo, no sentido de verificar até que ponto esta instituição cooperou para introdução das Ciências Naturais no Pará.

Capítulo 3

O Liceu Paraense e a Introdução das Ciências Naturais do Pará

O Liceu Paraense, atualmente denominado Colégio Estadual Paes de Carvalho, foi criado em 1841, portanto quase um século após as Reformas Pombalinas, inspiradas no Iluminismo, que pretendia introduzir em todo o Reino de Portugal um ensino controlado pelo estado e fundado na racionalidade científica. Entretanto, pelo menos, até o surgimento do Liceu, o currículo das escolas do Pará era dominado pelas letras e humanidades. O Liceu, sobretudo pela introdução das ciências nos seus currículos, contribuiu significativamente para mudar esse panorama.

França (1997, p 126) na dissertação de mestrado, intitulada *Raízes Históricas do Ensino Secundário Público na Província do Grão-Pará: o Liceu Paraense* apresenta os primeiros currículos do Liceu Paraense, que foram elaborados a partir de 1841. Observamos que em 1851 foi criada a “cadeira” *Elementos de Física, Química e Princípios Gerais de Botânica*, portando, dez anos após o Liceu ter sido criado. A autora, entretanto, não centra suas investigações nas ciências, porque seu objetivo era outro: “compreender o processo de criação e desenvolvimento do ensino secundário público na Província do Grão-Pará, na segunda metade do século XIX, através da história do Liceu Paraense”.

No capítulo anterior dessa pesquisa vimos que eram as letras e humanidades que dominavam os currículos do sistema das escolas no Pará, portanto a inserção das ciências no currículo do Liceu Paraense indica que é fundamental analisar essa instituição quando o objetivo é analisar a emergência das ciências nos currículos das escolas do Pará, com isso ela que será o foco principal desse capítulo.

Nesse capítulo, perscrutaremos a introdução das ciências no sistema de ensino do Pará, por meio do Liceu Paraense. Para alcançar esse objetivo, analisaremos as seguintes questões: as ciências introduzidas no currículo do Liceu como disciplinas autônomas; as influências que as permearam e os discursos que as promoveram ou criaram obstáculos para que constassem nos currículos dessa escola; ou seja, para usar uma terminologia foucaultiana, identificar as condições de emergência das ciências no currículo, enquanto disciplinas autônomas.

Antes de analisarmos as ciências no Liceu Paraense, indagaremos sobre as Ciências nos Liceus da França, pois foi neste país que os liceus nasceram, tornando-se um modelo educacional adotado em diversas partes do globo, incluindo o Brasil. Em seguida, de modo semelhante, questionaremos sobre as ciências no Colégio Dom Pedro II, porque foi a principal instituição do ensino secundário brasileiro, criado para ser modelo para instituições congêneres do país.

3.1. As Ciências nos Liceus Franceses.

Para analisar as influências que contribuíram para a criação e trajetória do Liceu Paraense voltaremos à origem dessas instituições, sobretudo no que se refere a presença das ciências nos seus currículos. Elas nasceram na França em 1802, com a perspectiva de centralização, como reação ao espírito liberal. O regime dos primeiros liceus eram de internatos, por serem “estritamente regulamentados e controlados” e “providos de um corpo, nacional, de administradores e de professores, nas carreiras perfeitamente codificadas” (LUC 2007, p. 195). Voltados para formação de elites, foram integrados à instrução secundária francesa, que já contava com as Escolas Centrais, além de outros estabelecimentos privados, que poderiam ser laicos ou eclesiásticos. Os Liceus tinham primazia¹⁸, na ordem das instituições secundárias, podendo, inclusive, dar pleno acesso ao nível superior (Luc 2007, p. 197).

As ciências eram previstas na instrução secundária francesa, principalmente nas Escolas Centrais, criadas por volta de 1795 e que eram de perfil liberal. Bruno Belhoste (1989, p 10-11), no artigo intitulado *Les caractères généraux de l'enseignement secondaire scientifique: de la fin de l'Ancien Régime à la Première Guerre mondiale*, informa que as Escolas Centrais previam o ensino da Física, Química e História Natural, como disciplinas autônomas e com espaço privilegiado no programa de ensino, especialmente por causa da influência das correntes de pensamento de Condorcet, que era iluminista, e dos enciclopedistas. Entretanto, o sistema de ensino secundário, existente antes dos

¹⁸ (LUC, 2007, p 200) aponta que “a primazia do liceu no sistema escolar – e nas memórias – não deve nos fazer esquecer que não possui o monopólio da instrução secundária. Depois da lei de 1802, como depois dos textos orgânicos da universidade imperial, em 1806 e 1808, essa instrução é ministrada, simultaneamente, pelas “escolas secundárias” comunais (chamadas colégios no decreto de 1808, depois colégios comunais em 1815), pelas escolas secundárias privadas (chamadas institutos ou pensões em 1808) e pelas escolas diocesanas preparatórias ao estado eclesiástico”.

Liceus, entrou em decadência, criando condições para o surgimento dessas novas instituições, de perfil centralizador.

A Física, a Química e a História Natural foram introduzidas no currículo dos Liceus criados na França, desde o início, porém com um espaço curricular menor do que gozavam nas Escolas Centrais. Reformas posteriores, como em 1809 e 1814, reduziram o espaço das Ciências, retirando, inclusive, o caráter de disciplinas autônomas, vinculando-as à Matemática, com a finalidade de serem destinadas somente à alunos que pretendessem ingressar na Escola Politécnica. Os Liceus, inicialmente, não só reduziram o espaço das disciplinas científicas no ensino secundário francês, como marcaram o retorno às “humanidades clássicas e ao reino do latim” ARRIADA (2012, p 191),

Em síntese, podemos dizer que a criação do Liceu foi de caráter centralizador, manteve o ensino científico, com a Física, Química e História Natural, porém com um espaço menor no currículo em relação às humanidades clássicas e do Latim.

3.2 – A influência francesa do Ensino Secundário Francês no Brasil e o Colégio Pedro II

O modelo educacional de ensino secundário Francês se difundiu para o mundo, inclusive para o Brasil. Em 1837 a educação francesa inspirou a criação, no Rio de Janeiro, da principal instituição de ensino secundário brasileiro, que pretendia ser referência para a instrução secundarista do país, o Imperial Colégio Dom Pedro II, cujo regulamento seguiu o padrão dos colégios franceses, com devidas modificações, conforme afirmou o idealizador dessa instituição, o Ministro do Império Brasileiro, Bernardo Pereira de Vasconcelos:

o discurso era meu mas o Regulamento é alheio; quase todas as disposições são copiadas dos Regulamentos dos Colégios de França, apenas modificado por homens que gozam a reputação de sábios, e entendem o que deve alterar-se nas disposições desses Estatutos (VASCONCELOS, 1838, apud HAIDAR, 98)

A criação do Colégio Dom Pedro II foi fruto da extinção do Seminário São Joaquim, ou melhor, este foi convertido no Colégio Pedro II¹⁹. Esta instituição inseriu uma nova ordem educacional, que pretendia modificar a feição do ensino secundário do

¹⁹ BRASIL, Decreto de 2 de Dezembro de 1837

Rio de Janeiro e servir de referência para as instituições congêneres do país, como mencionado anteriormente. Sob a influência dos colégios franceses, o Colégio Pedro II constituiu um curso de Bacharel em Letras, cujas disciplinas que formavam a grade curricular eram oferecidas em séries, ao longo de oito anos. Isto se diferenciava do momento anterior, em que o ensino secundário era ofertado por meio de aulas avulsas²⁰, que consistiam em disciplinas ofertadas isoladamente.

Haidar (2008, p.94) referindo-se as aulas anteriores ao Colégio Dom Pedro II, que eram avulsas, faz uma avaliação negativa, pois considera que eram “espalhadas pela cidade, ao alvitre dos professores que viviam entregues a si mesmos, totalmente isolados e sem inspeção alguma”, escolhendo os horários de suas lições, permitindo a matrícula e o trancamento da mesma, a qualquer época do ano, o que “impedia a realização de cursos regulares”. O método adotado era, sobretudo o se designava por Ensino Mútuo, pelo qual alunos de diferentes idades e graus de aproveitamento frequentavam, conjuntamente, as mesmas aulas.

Haidar (2008, p 94) aponta, ainda, que antes da criação do Colégio Pedro II, o ensino secundário do Rio de Janeiro era composto, em sua maior parte, por aulas de línguas e humanidades clássicas, como Latim, Grego, Retórica e Filosofia. A Matemática era representada pela Geometria e as línguas modernas por Francês e Inglês. Também havia uma aula de cunho profissionalizante, que era a de Comércio.

As aulas com a criação do Colégio Pedro II, além de passarem a fazer parte de um conjunto seriado, ampliou o número de disciplinas ofertadas no ensino secundário da corte, instituindo “o predomínio das letras clássicas no primeiro plano de estudos”, mas que, também, foram “bem aquinhoadas as matemáticas, as línguas modernas, as ciências naturais e físicas e a história” Haidar (2008, p 100). Mas quais foram as ciências que integraram o programa de ensino do Colégio Pedro II?

O decreto que criou o Colégio Dom Pedro II, em dezembro de 1837, previu o ensino de Zoologia, Mineralogia, Botânica, Química e Física²¹. Cerca de um mês depois, já no ano seguinte, em 1838, foi promulgado os estatutos da instituição, o qual

²⁰ A função das Aulas Avulsas, via de regra, era preparar os discentes para os exames “Preparatórios”, que eram pré-requisitos para se adentrar nas Academias. Os Preparatórios, por sua vez, eram exames que ocorriam junto aos cursos acadêmicos, em que os discentes aprovados receberiam uma certidão de aprovação.

²¹ BRASIL. Decreto de 2 de Dezembro de 1837

definiu a distribuição da carga-horária para cada disciplina. Destinaram-se quatro horas semanais para o conjunto formado por Zoologia, Mineralogia e Botânica, denominado nesse documento de História Natural. Também se previu quatro horas semanais para Física e Química, intitulada no estatuto de Ciências Físicas. Além disso, esse estatuto previu a aquisição de “um gabinete de Física, um laboratório de Química e uma coleção elementar dos produtos dos três reinos vegetal, mineral, e animal” (ver o currículo integral, anexo 1)²².

Três anos depois, no currículo de 1841²³, foi incorporada a Geologia na cadeira de História Natural que já abrangia conteúdos de Zoologia, Botânica e Mineralogia. Posteriormente o currículo do Colégio Pedro II passou por outras mudanças em 1854 e 1879, mas sem que observássemos acentuadas alterações no que diz respeito ao campo das Ciências Naturais.

Vimos que o Colégio Dom Pedro II, desde o primeiro currículo, previu o ensino de Física, Química e História Natural. Além disso, sinalizamos que essa instituição foi criada para ser o modelo a ser seguido por instituições congêneres no Brasil. A partir desse momento, nos dedicaremos a perscrutar a trajetória das Ciências no Liceu Paraense.

3.3 - O Liceu Paraense e a introdução das Ciências Naturais no Pará.

O Liceu Paraense foi criado em 1841, com o objetivo de proporcionar a instrução secundária na Província do Pará. Nele eram oferecidos dois cursos, um Humanidades, que era ministrado em seis anos e o outro de Comércio, com duração de dois anos²⁴. Foi uma instituição projetada para ser referência na educação local e ter participação direta nas deliberações da Instrução Pública do Pará. O Diretor do Liceu seria o mesmo da Instrução Pública e os docentes do primeiro integrariam o conselho da segunda. O conselho tinha a função de reorganizar, quando fosse necessário ou conveniente, a instrução primária e secundária, por meio da formulação de regulamentos, bem como de integrar as bancas de concurso de seleção de candidatos ao magistério primário.

²² BRASIL. Regulamento nº 8 de 31 de Janeiro de 1838.

²³ BRASIL. Decreto nº 62, de 1º de Fevereiro de 1841.

²⁴ Na Lei nº 97, de 28, de junho, de 1841, o artigo 8º previa que “a Instrução Secundária será ensinada em Liceus e compreenderá dois cursos, um de Humanidades e outro de Comércio”. (PARÁ, 1841, p.77)

Como anunciamos no início desse capítulo, nosso objetivo é analisar a inserção das Ciências no Liceu Paraense, com o propósito de observar o papel dessa instituição na emergência das Ciências nos currículos da instrução pública do Pará, entre 1841 e 1871. Antes, entretanto, consideramos importante mostrar que a introdução das ciências nessa escola não era um caso isolado, mas fazia parte de um contexto em que esse conhecimento começava a penetrar na região, como atesta alguns acontecimentos.

O Jardim Botânico é um exemplo. Ele foi instalado no período colonial, em 1798, para ser o “centro de um complexo científico e comercial” local. Além disso, foi parte de um projeto da Coroa Portuguesa, que visava “institucionalizar a ciência botânica e agrônômica” nos domínios portugueses, a partir da implantação de uma rede de jardins. Este mesmo projeto também almejava “fortalecer a orientação pragmática das pesquisas e das instituições científicas criadas em Portugal no período”, e promover a “renovação da agricultura colonial por meio da introdução de novas espécies, exóticas ou nativas, e também de novas técnicas rurais” (SANJAD, 2001, 71, 62 e 3).

Na trajetória do Jardim Botânico começou a entrar em decadência foi sendo na década de 1810, devido alguns fatores; como a morte de Dom Rodrigo de Souza Coutinho, Ministro da Marinha e Ultramar, que era um fomentador da política de incentivo a manutenção de jardins botânicos no reino português. Outro fator foi a crise econômica que atingira fortemente o Pará nessa década, fazendo com que os governantes destinassem menos recursos a manutenção do Jardim Botânico paraense, produzindo um estado de má conservação. A decadência se ampliou, atingindo um estado de imensa degradação nas décadas seguintes, entre 1820 e 1840, instigando o historiador Nelson Sanjad a interpretar como um momento de demarcação da “falência do complexo comercial-científico de Belém”, que tinha o Jardim Botânico como centro. Nesse sentido um exemplo narrado pelo historiador aponta que em 1839, o governo regencial do Brasil transferiu a responsabilidade de manter o salário do administrador do Jardim para o governo da Província do Pará. Isso significou “a conversão do jardim botânico do Pará numa instituição provincial, passando a Assembleia Legislativa local a ser responsável pelos seus rumos”. Esta resolveu dar continuidade ao Jardim, contudo com novos moldes, transformando-o no ano seguinte em Jardim Público (SANJAD, 2001, p. 51, 105, 153).

Outro acontecimento que mostra o interesse científico das elites locais nesse momento situa-se no campo da educação. Em 1839, como mostramos no capítulo

anterior, o Presidente da Província Souza Franco, sugeriu a criação de aulas avulsas que incluíssem o ensino da “Botânica Descritiva”, como uma possibilidade de ser aplicado, especialmente por discentes que fossem se dedicar a lavoura. Outra atividade constituía-se no envio de moradores locais para estudarem em centros como a Europa e o Rio de Janeiro. Em 1841, por exemplo, três jovens foram enviados a Europa; um, estudaria Engenharia; o outro, Mineralogia; e o seguinte, Veterinária, todos esses cursos ligados à atividade científica (FRANCO, 1841, p5).

Dezoito anos depois, em 1859, a prática de enviar paraenses para estudar em instituições de nível superior, dentro do país e em outras nações, foi prevista no planejamento orçamentário da Província nesse ano. Nove alunos recebiam recursos financeiros provinciais, para cursarem em centros como França, Rio de Janeiro, Bahia e outros. Pelo menos três dos cursos escolhidos pelos estudantes paraenses estavam ligados à atividade científica. Destacamos que destes, um aluno foi cursar Química Industrial, na França; e outros dois cursarem engenharia, no Rio de Janeiro, como podemos ver no Quadro 1, abaixo.

Quadro 1 – Gastos provinciais com paraenses enviados para estudo a outras cidades do Brasil e da Europa

| | | |
|--------------------------------------|------------------------|-------------------------|
| Antonio Manoel Tocantins | Química Industrial | Paris, França |
| Silvestre Frederico Pereira da Serra | Engenharia Militar | Rio de Janeiro |
| Mariano Alves de Vasconcellos | Engenharia Civil | Rio de Janeiro |
| Manoel Emilio de Oliveira Pantoja | Escola Normal da Bahia | Bahia |
| Adolpho Barreau | Não especificou curso | Nantes |
| Rodrigo Augusto da Gama e Costa | Não especificou curso | Em Academias do Império |
| Antonio Coustantino do Valle | Não especificou curso | Bahia |
| José Joaquim Rodrigues dos Santos | Não especificou curso | Rio de Janeiro |
| Henrique Eulalio Gurjão | Música | Gênova |

Fonte: Jornal *Gazeta Oficial*, edição 1, p 1, de 02, de janeiro, de 1860.

Podemos ainda citar outro exemplo do interesse científico, a contratação do naturalista francês L. J. Brunet, no ano de 1859, pelo governo provincial. Ele chegou em Belém comissionado pela Província de Pernambuco, com o propósito de percorrer o rio Amazona e os seus principais afluentes, “com o fim de fazer coleções de objetos de

história natural, dos três reinos”, que seriam destinadas ao Museu daquela Província. Ele foi noticiado na Gazeta Oficial (ed. 99, p2. 1860) como um homem inteligente, ilustrado e amante da ciência. A notícia informa, ainda, que ele foi contratado pelo governo da Província do Pará para realizar serviços que seriam uteis, como o desenvolvimento de estudos sobre minerais; gêneros alimentícios locais e integrados à indústria agrícola do Brasil, como a goma elástica; entre outros.

Outro acontecimento foi a formação da Associação Filomática em 1866, com a finalidade de criar um Museu de História Natural e de artefatos indígenas, que se denominaria Museu Paraense e é atualmente o Museu Emílio Goeld (Sanjad, 2005, p. 412). Essa instituição pretendia, além da pesquisa científica, ministrar lições de História Natural. O Museu foi um dos “protagonistas da institucionalização das ciências e do desenvolvimento da educação científica” Machado (2010, p. 101).

Em meio a esse contexto de acontecimentos vinculados a atividade científica, que permeavam a sociedade paraense, é importante ver a trajetória das ciências no currículo do Liceu Paraense. Inicialmente este continuou constituído predominantemente pelas Letras, Humanidades e Matemáticas. Entretanto, algumas cadeiras representavam novidades, como a intitulada *Língua Inglesa*; pois, entre as línguas modernas, praticamente só a *Francesa* era ensinada; outra era a denominada *História Universal, Geografia Antiga e Moderna, História do Brasil*, esta no campo das Humanidades. E, ainda, a cadeira *Escrituração Mercantil e Contabilidade*, que era voltada para as práticas comerciais. Desse modo se introduzia no sistema educacional do Pará uma escola que buscava se ajustar aos recentes padrões da escola francesa. Não é interesse fazer uma análise exaustiva desse currículo, apresentado a seguir, no quadro 1, mas apenas constatar que inseria inovações na educação local, embora não incluísse, ainda, as ciências:

Quadro 2 - Cadeiras que formaram o primeiro Currículo do Liceu Paraense de 1841

| Cadeiras |
|---|
| 1ª. Língua Latina. |
| 2ª. Língua Francesa |
| 3ª. Aritmética, Álgebra, e Geometria |
| 4ª. Filosofia Racional e Moral. |
| 5ª. História Universal, Geografia Antiga e Moderna, História do Brasil. |
| 6ª. Retórica, Crítica, Gramática Universal e Poética. |
| 7ª. Escrituração Mercantil e contabilidade |
| 8ª. Língua Inglesa. |

Fonte: Lei nº 97, de 28, de junho, de 1841

As cadeiras poderiam ser cursadas de modo avulso ou integradas a um dos cursos ofertados. Caso o aluno se matriculasse em Humanidades, cursaria num período de cinco anos as sete primeiras cadeiras do panorama curricular apresentado acima. Caso escolhesse o curso de Comércio, cursaria em dois anos seis cadeiras, em que das oito cadeiras mostradas acima, excluir-se-ia as cadeiras: 1ª - Língua Latina e 6ª – Retórica, Crítica, Gramática Universal e Poética. A composição deste curso, que formaria pessoas que poderiam atuar no Comércio, nos permite perceber um aspecto de urgência de obter formandos, pois durava somente dois anos. Era um curso que dispensava duas cadeiras difusoras de saberes clássicos, mas que dialogava bem com os saberes modernos, especialmente das línguas inglesa e francesa.

Em 1842 houve um esforço provincial para instalar o Liceu. Um prédio foi alugado para seu funcionamento, houve concurso para admissão de docentes, contratação funcionários e a abertura de matrículas. Sua inauguração oficialmente se deu em 17, de janeiro, portanto, cerca de seis meses após ser criado. O então presidente da Província Bernardo de Souza Franco se pronunciou, em tom elogioso e com boas expectativas, afirmando que o Liceu seria um estabelecimento vantajoso, porque reunia “Aulas em um só local”, submetida “à maior fiscalização e zelo no ensino”, o que produziria “adiantamento em grande parte dos alunos” (FRANCO, 1842, p 12).

Esse elogio condiz com o discurso que, três anos antes, em 1839, o próprio Souza Franco, quando era o presidente da Província, pronunciara a Assembleia Legislativa Paraense, em que afirmou ser importante a criação de uma instituição em

que as aulas fossem mais regulares, de modo a serem supervisionadas por um diretor e controladas pelo Governo:

Convém muito, Senhores, a regularidade do ensino, que tenham as Aulas todas um centro comum, e que se crie para esse fim um Diretor, que as inspecione, assista aos exames dos alunos, dê parte ao Governo de todas as ocorrências, para as providenciar e exponha, e requeira as reformas precisas para dar a que estiverem a seu alcance e requerer-vos as que lhe não competirem (FRANCO, 1839, p 5)

Para promover a obra que construíra no próprio governo, Souza Franco afirmou que assistiu a algumas aulas, no recém-inaugurado Liceu Paraense, enaltecendo esta instituição em relação ao aumento do número de discentes matriculados na instrução secundária, em comparação aos anos anteriores:

Tenho assistido a algumas lições e visto com prazer, que as Aulas de Frances e Geometria em grande nº de discípulos, e alguns com muito bons desejos de aprender; que na de Latim continua a se esforçar muito o Professor; e que as outras, bem que pouco frequentadas, prometem ser úteis para o futuro (Franco, 1842, p 12.).

Em 1851 o Liceu Paraense reformou o currículo, inserido, dessa vez, a cadeira²⁵*Elementos de Física, Química e Princípios Gerais de Botânica*’²⁶. A inserção dessa cadeira foi considerada pelo presidente da província Fausto D’aguilar como um ponto de extrema importância, inclusive por ter utilidade prática, configurando-se como um desenvolvimento no programa:

Tratando da reforma do Liceu, comecei por dar mais algum desenvolvimento ao seu programa de estudos adicionando-lhe o ensino – dos elementos de física e química; - dos princípios gerais de botânica (...). A falta destes ramos de instrução, de tanta importância e utilidade prática, no plano de estudos do Liceu, era quanto a mim, uma lacuna, que cumpria preencher.(D’Aguiar, 1852, p 22)

Ainda que o discurso do presidente D’aguilar atribuísse importância à cadeira científica, o mesmo relatório apontou que não havia docente para regê-la. No ano seguinte, 1853, ela continuou vaga. Esta vacância foi considerada pertinente, pelo presidente provincial, Joaquim Cunha, pois admitia não haver professores habilitados para ocupá-la e nem discentes interessados em cursá-la:

²⁵A Cadeira poderia constituir uma ou mais disciplinas. Por exemplo, a cadeira Física e Química continha duas disciplinas, que eram ensinadas em anos diferentes do curso

²⁶Pará. *Lei nº 203, de 27, de outubro, de 1851*. Reforma a Instrução Primária e Secundária, incluindo Elementos de Física e de Química, e princípios gerais de Botânica.

O plano de estudos do Liceu, posto que incompleto, assim o deve ser por ora sob pena de se pagar a professores inábeis e não haver discípulos que queiram aprender; por isso julgo ainda supérflua a cadeira, felizmente vaga, de noções de Física, Química e Botânica. (CUNHA. 1853, p 12)

Como efeito, a cadeira foi retirada em 1853²⁷, permitindo-nos perceber que ela não saiu do papel, de modo que as Ciências Naturais ficaram novamente ausentes do currículo do Liceu.

Enquanto as Ciências estavam ausentes, emergiram discursos que reivindicavam o retorno delas. Em 1857 o relatório do Presidente Henrique Rohan sugerira a criação de cadeiras científicas, que abrangessem conhecimentos das “Ciências Naturais”, “Química” e “Ciências Físicas”. Para ele, a abundância de recursos naturais da região seria uma condição favorável.

Também me parece mui conveniente de mais duas cadeiras: uma em que se ensinem os elementos de Ciências Naturais; e outra de Química aplicada as artes. Nesta província, onde abundam os produtos naturais, seria muita vantagem que o estudo das Ciências Físicas despertasse o gosto de ensaios neste gênero (ROHAN, 1857, p 17-18)

Em 1861 o Liceu Paraense foi transformado no Colégio Paraense. Não foi apenas o nome que alterou, mas o próprio objetivo da instituição, que passou a ser de instrução primária e secundária. O ensino secundário continuou sendo ofertado em dois cursos, um de Humanidades, previsto para ser cursado em seis anos, e o outro de Comércio, pensado para ser cursado em três.

O currículo do ensino secundário no Colégio Paraense foi dividido em seis anos seriados. Os três primeiros formariam o discente em Comércio, enquanto que todos os seis em Humanidades. Ele oferecia disciplinas do campo das Línguas Clássicas e Modernas, Humanidades, Matemáticas, e da Contabilidade, conforme podemos ver no quadro 3, abaixo:

²⁷ Lei n° 237, de 28 de dezembro, de 1853 retirou a cadeira ‘Elementos de Física, Química e Noções Gerais de Botânica

Quadro 3 - Programa de ensino do Colégio Paraense dividido em seis anos em 1861

| | |
|--------|--|
| 1° ano | <i>Gramática Filosófica, Aritmética e Francês</i> |
| 2° ano | <i>Francês, Álgebra, Geometria e Trigonometria</i> |
| 3° ano | <i>Inglês, Latim, Contabilidade e Escrituração Mercantil</i> |
| 4° ano | <i>Latim, Inglês e Geografia</i> |
| 5° ano | <i>Latim, Filosofia e História</i> |
| 6° ano | <i>Latim, História e Retórica</i> |

Fonte: PARÁ. Regulamento do Colégio Paraense da Província do Grão Pará, de 11 de setembro de 1861, p.19-20, Apud FRANÇA (2001, p 6)

Nesse panorama curricular as ciências se mantiveram ausentes, o curso de Comércio, que já era oferecido anteriormente, continuou dialogando bem com as línguas modernas Francês e Inglês, com a novidade de ter no seu escopo o Latim. Quanto ao curso de Humanidades, as letras clássicas e humanidades continuaram predominantes.

A Física e a Química retornaram à instrução secundária do Pará quando foram previstas no currículo do Colégio Paraense em 1868. O retorno foi fruto da discussão e aprovação de um projeto de lei, na Assembleia Legislativa provincial, que objetivava alterar o regulamento da Instrução Pública²⁸ Foram necessárias cinco sessões legislativas para discuti-lo e aprová-lo. Na dinâmica de discussão do projeto havia possibilidade de que novos artigos fossem sugeridos para compor a Lei. Com isso, se propôs a inserção da cadeira denominada *Física e Química*, na quarta seção de discussão, realizada pelo deputado Antonio Gonçalves Nunes, que, além de legislador, do partido conservador, acumulava o cargo de Diretor da Instrução Pública. Os registros que consultamos mostram que essa proposta não gerou discussões contrárias. O projeto foi aprovado, tornando-se a Lei nº 564, de 10 de outubro, de 1868, que além de reformar a instrução pública, marcou o retorno de uma cadeira científica ao currículo do Colégio Paraense²⁹.

²⁸ Esse projeto, identificado pelo número 846 visava alterar o regulamento da Instrução Pública, que era a portaria de 1° de Março, de 1864.

²⁹ Em 1868, as edições 53, 66, 79, 81, 86 e 89 do jornal *O Diário de Belém* registraram o debate do projeto de N° 846, que alterou o Regulamento da Instrução Pública, inserindo, também, a cadeira de Física e Química.

Esse processo demonstra a íntima relação entre saber e poder. O proponente da cadeira, Antonio Gonçalves Nunes, integrante do Grêmio Conservador, gozava dos cargos de Deputado Provincial e de Diretor da Instrução Pública, pelo qual tinha competência de influenciar o sistema educacional local. Além disso, havia mais quatro deputados, que eram professores do Colégio Paraense e integravam o mesmo grêmio. Como se pode ver, o saber difundido pelas escolas e o poder político estavam intimamente relacionados³⁰. O quadro geral dos docentes que integravam o Colégio Paraense em 1868 pode ser visto no (Anexo 2)

Cinco dias depois da aprovação da lei que criou a Cadeira de Física e Química, foi aberto concurso para contratação de um docente para regê-la. Inscreveu-se nesse processo seletivo outro deputado e integrante do Grêmio Conservador, o médico Marcelo Lobato de Castro, que estudou na Escola de Medicina do Rio de Janeiro, integrou o corpo de saúde do Exército brasileiro e da Polícia paraense, atuou como inspetor de saúde pública no Pará e participou no início da década de 1860, em Alenquer, do combate ao surto de febre amarela que assolava o município³¹. Marcelo Lobato de Castro foi aprovado no processo seletivo e empossado em março de 1869, tornando-se o primeiro docente da Cadeira de Física e Química, do Colégio Paraense³².

Os concursos para preencher as cadeiras do Colégio Paraense, conforme a lei de 1864, deveriam ser abertos pelo diretor da Instrução Pública e a divulgação realizada nos jornais. Os temas a serem estudados eram disponibilizados na secretaria do Colégio. A banca de examinadores deveria ser composta por professores do Liceu, nomeada pelo presidente da Província, conforme sugestão do Diretor da Instrução Pública, o qual, também, tinha a atribuição de presidi-la. Ao Diretor caberia, ainda, a função de designar as matérias que cada examinador seria responsável por avaliar. No momento do concurso os examinadores poderiam arguir os concorrentes por até uma hora. Após findar a arguição, os examinadores, em secreto, votariam “1º Sobre o merecimento absoluto do candidato; 2º sobre o seu merecimento relativo”. O resultado era levado

³⁰ Os quatro professores do Colégio Paraense, que integravam o quadro de deputados da Assembleia Legislativa no ano em que se inseriu a cadeira de Física e Química eram: Conego Manoel José de Siqueira Mendes, professor de Latim; João Diogo Clemente Malcher, professor de Retórica; José Ferreira Cantão, professor de História. Era integrante, ainda, o capelão Conego Antônio Gonçalves da Rocha.

³¹ Essas informações sobre o Dr. Marcelo Lobato de Castro foram acessadas nos periódicos *Jornal do Comércio* (RJ, 1851, ed 253, p1), *Correio Mercantil* (RJ, 1862, ed 45, p 2.), *Jornal do Pará* (PA, 1874, ed 127, p 2)

³² *Diário de Belém*, 1869, ed 57, p 2.

pelo Diretor da Instrução ao conhecimento do Presidente da província. A aprovação não garantia a nomeação, pois a partir de então, o Presidente Provincial escolheria, de entre os aprovados, o que melhor lhe parecesse para ocupar o cargo de docente. (PARÁ, 1864, p 139).

Essa estrutura de realização dos concursos e a seleção que proveu a cadeira de Física e Química foram criticadas pelo jornal O Liberal do Pará (ver anexo 3), que fazia oposição aos integrantes do Grêmio Conservador, realizadores do concurso. Uma das críticas dirigia-se ao fato do regulamento prever que apenas docentes do Colégio Paraense poderiam compor a banca examinadora dos concursos. Conforme o Jornal poderia haver casos em que os examinadores não teriam capacidade para avaliar os candidatos, por não ter formação adequada na área do concurso:

Os fatos acabam de demonstrar que, mandando o regulamento que sejam examinadores os professores que servem no Colégio Paraense, pode dar-se, como efetivamente se deu, o caso de as matérias, em que tenham de ser examinados os candidatos ao professorado, não serem conhecidas dos outros professores; a consequência será a necessidade de uma infração no regulamento, chamando examinadores de fora (O LIBERAL DO PARÁ, 1869, ed. 3, p. 1)

O jornal O Liberal do Pará seguiu a crítica afirmando que, diante da possibilidade de não haver pessoas capacitadas para compor a banca examinadora dos processos seletivos de docentes, caso convidassem examinadores externos se infringiria o regulamento. Contudo, caso isso acontecesse, o Jornal recriminou, o fato de que não se daria a ao avaliador externo o direito “votar” pela aprovação do candidato, ou seja, participar do ato de indicar se o concorrente havia ou não merecimento da vaga:

(...)a consequência será a necessidade de uma infração no regulamento, chamando examinadores de fora; mas neste caso ainda há um contracenso, e é que mandando o regulamento que nas votações só tomem parte os membros da congregação que são os professores do colégio, os examinadores que não sejam lentes não podem votar, logo primeiro disparate: - aqueles que foram julgados capazes de examinar não são capazes de julgar – 2º disparate – aqueles que não tinham sido capazes de examinar são capazes de julgar (O LIBERAL DO PARÁ, 1869, ed. 3, p 1)

Para o Jornal, o Diretor da Instrução Pública, que era o Deputado Antonio Gonçalves Nunes, propositor da inclusão da Cadeira de Física e Química, no Colégio Paraense, deveria ter informado ao Presidente da Província sobre essas “contradições” do regulamento, com o fim de evitar a acusação de “patronato” nos exames. Entretanto,

isso não fora feito, permitindo a interpretação, por parte do periódico, de que as cadeiras seriam criadas com destinação pré-estabelecida:

Não é preciso comentar. O comentário está no próprio fato, e S. S. o Sr. Dr. Nunes, deveria ter bem exposto a S. Exc. o Sr. Presidente, as contradições que se manifestavam no regulamento com a prática que se ia seguir, mesmo para que se não pudesse dizer que havia patronato no exame, votando nele somente membros da congregação, cuja opinião S. S. mais ou menos podia prever, e tanto mais melindroso devia S. S. ser neste assunto, quando muito bem sabia que se dizia quando foram criadas as cadeiras, que aquelas cadeiras eram criadas já com destino a quem, estava decidido, as havia de preencher, e cujos nomes se indicavam. (O LIBERAL DO PARÁ, 1869, ed. 3, p. 1)

O jornal fez outra crítica, desta vez sobre o fato das matérias arguidas nos concursos não serem escolhidas na sorte, mas sim indicadas pelo Diretor. Para o periódico isso poderia gerar protecionismos, inclusive políticos, permitindo vantagens, como, por exemplo, falar aos protegidos, ou melhor, aos “candidatos quais os pontos sobre que tem de dissertar” (O LIBERAL DO PARÁ, 1869, ed. 3, p. 1)

Por duas vezes os encaminhamentos do concurso para cadeira de Física e Química foram criticados. A primeira foi com relação a argumentação exigida do candidato, que teria sido de nível baixo e em tempo insuficiente para aferir sobre a proficiência do concorrente:

Julgamos, contra a opinião que ouvimos manifestar a alguns, de que se as cadeiras eram elementares e portanto a argumentação não podia subir demasiado, cremos mesmo que o sr. Dr. Nunes o disse no caso do exame da cadeira de química e física; julgamos dizemos nós que a argumentação deve ser no que houver de transcendente, e em quinze minutos não é possível examinar-se um professor de maneira a ficar-se convencido de sua proficiência (O LIBERAL DO PARÁ, 1869, ed. 3, p. 1)

A segunda vez que o Jornal criticou o concurso de Física e Química, afirmou que um dos examinadores, Joaquim Pedro Corrêa de Freitas, que tinha vínculos semelhantes ao do candidato à vaga, Marcello Lobato, por ser Deputado e integrante do Grêmio Conservador, teria feito perguntas elementares, que bons estudantes se envergonhariam de responder:

Dizemos isto para que não aconteça como no exame do Sr. Dr. Lobato, em que um dos examinadores o Sr. Dr. Freitas, foi examinar em matérias que não estudou, vendo-se obrigado a em um exame de professores, perguntar cousas tão elementares que um bom estudante se envergonharia de ser arguido em pontos tais. (O LIBERAL DO PARÁ, 1869, ed. 3, p. 1)

Como podemos ver, a estrutura de realização do concurso, da Cadeira de Física e Química, oferecia condições políticas favoráveis a Marcello Lobato, pois era integrante do mesmo grupo político do Diretor da Instrução Pública, que tinha o poder de presidir o processo seletivo, indicar as matérias que seriam avaliadas e, também, de sugerir quem comporia a banca examinadora. Outra condição foi que um dos convidados a integrar a banca, o Dr. Freitas, também participava do mesmo ciclo político.

Em outra edição, o jornal *O Liberal do Pará* criticou as condições em que funcionaria a cadeira de Física e Química. Nesse sentido o periódico questionou como ela seria ensinada, uma vez que o Colégio não possuía “gabinete com aparelhos próprios” que as mencionadas ciências exigiriam. Questionou, também, se já haviam orçado o valor dos aparelhos necessários para o ensino científico e se tinham sido encomendados. Por fim, afirmou que o governo nada tinha feito, “a não ser ter posto a cadeira em concurso”.

Com relação à cadeira de Física e Química, o docente dela gozaria do mesmo ordenado que os outros professores do Colégio Paraense, sua ativação se deu cerca de cinco meses após ser criada, em março de 1869, com abertura das matrículas para quem tivesse condições e quisesse cursá-la. Além disso, a cadeira foi inserida no curso de Humanidades, gozava do mesmo espaço curricular que as outras matérias e tinha seu ensino previsto para o sexto ano do curso³³.

Quanto ao interesse por cursar a Cadeira de Física e Química, não encontramos registros de matrículas em 1869. No ano seguinte, 1870, momento em que o Colégio Paraense foi transformado em Liceu Paraense, o que extinguiu o ensino primário de sua estrutura, houve um discente que se matriculou; enquanto que no ano posterior, em 1871, não houve quem se matriculasse. Isso mostra que praticamente não havia interesse discente para cursar a cadeira de modo avulso³⁴.

Essa falta de interesse em cursar a Cadeira de Física e Química fez com que, em 1871, o jornal *O Liberal do Pará* se manifestasse criticamente, em relação ao trabalho do docente Marcelo Lobato, que seria de ir uma vez por semana ao Liceu para assinar o ponto.

³³ Regulamento de 12, de maio, de 1869, para o Colégio Paraense.

³⁴ Informações retiradas dos relatórios dos presidentes da Província, de Figueiredo (1869), OLIVEIRA (1870) GRAÇA (1870 e 1872).

O lente de Física e Química, percebe a pensão de 2:400\$000 reis pelo trabalho de ir de 8 em 8 dias assinar o livro do ponto, pois ainda (e está-se no oitavo mês do ano) não se lhe apresentou quem há de ser o seu primeiro discípulo (O Liberal do Pará, 1871, p 1).³⁵

A baixa procura discente foi condicionante para, mais uma vez, a Física e a Química, ainda em 1871, deixarem de fazer parte do currículo do Liceu Paraense. Entretanto, conforme o Relatório do Presidente da Província Abel Graça, essa cadeira continuaria a existir numa nova instituição, criada meses antes, nesse caso, a Escola Normal do Pará, cujo currículo previa uma cadeira semelhante, porém que ainda não estava provida:

A cadeira de Física e Química, que achava-se nas mesmas condições passei para a Escola Normal, a qual pelo regulamente deve ter uma cadeira semelhante. (GRAÇA, 1872, P.14)

A mudança da Cadeira *Física e Química*, do Liceu Paraense para a recém-criada Escola Normal do Pará significou, também, a transferência do docente Marcello Lobato para a instituição normalista, assumindo, assim, a cadeira científica na Escola Normal do Pará, que analisaremos no próximo capítulo.

Pelo que foi dito anteriormente, o Liceu foi criado com o propósito centralizador, para permitir uma fiscalização mais intensiva do ensino. Foi uma instituição pensada para ser referência tanto para o ensino secundário quanto para o primário, prevendo que o mesmo deliberasse sobre esses dois ramos de ensino, como, por exemplo, reformular regulamentos e ter participação direta na contratação de docentes.

Na trajetória das Ciências no currículo do Liceu Paraense, a Física e a Química estiveram presentes nos dois momentos que foram propostas. Primeiramente em 1851 e posteriormente em 1868. A Botânica foi inserida junto com elas no primeiro momento, entretanto sem retornar na segunda vez. A cadeira científica, de *Física e Química*, criada no segundo momento, saiu do papel, possibilitada por uma série de condições, especialmente políticas, que demonstraram a íntima relação entre saber e poder nesse processo. O propositor de inseri-la no currículo da instituição, os componentes da banca de concurso que selecionou o docente que iria regê-la, e o professor aprovado, que se tornou o primeiro docente de Física e Química do Liceu, integravam nesse momento a

³⁵ Esse jornal fazia oposição aos conservadores. Na nota crítica, emitida por esse periódico, foram criticados, além do docente de física e química, o Diretor da Instrução Pública, o professor de filosofia e o de Aritmética, todos conservadores.

câmara dos deputados provinciais e o Grêmio Conservador, o que fortaleceu a presença desse grupo na instituição. Essas condições políticas foram criticadas pelo jornal *O Liberal do Pará*, que foi o principal meio de comunicação dos que faziam oposição a esse Grêmio. O jornal interpretou a inserção e o provimento do docente da cadeira como um processo de apadrinhamento, criticando, inclusive, que a cadeira em questão foi provida sem que outras condições, como a construção de um Gabinete na instituição para que ocorressem as aulas, uma vez que, conforme o jornal, isso seria fundamental para o funcionamento. A cadeira enfrentou dificuldades de interesse discente para cursá-la, pois nos três anos em que passou ativa, apenas um docente cursou-a, circunstância que também foi criticada pelo jornal *O Liberal* e contribuiu para que fosse retirada da instituição, para ter continuidade em outra, recém-criada, denominada Escola Normal do Pará.

Capítulo 4

A Escola Normal do Pará e as Ciências Naturais

A Escola Normal do Pará, atualmente Instituto de Educação do Estado do Pará, foi criada em 1871, com o objetivo de formar professores para o ensino primário, acompanhando o modelo de formação de professores que surgiu na França, no final do século XVIII e, portanto, em um contexto social marcado pelo avanço da mentalidade moderna, estimulada pelo Iluminismo. Estamos designando de mentalidade moderna a que surgiu na Europa, na passagem para o século XVII, associada ao declínio do saber aristotélico e à ascensão das ciências modernas.

A partir desse acontecimento, as Ciências Naturais, como a Física e a Química, avançaram até se tornarem dominantes e autônomas, em relação aos demais conhecimentos, inclusive à Filosofia. Isso não ocorreu imediatamente, mas, no momento em que a Escola Normal do Pará foi criada, esse processo era visível. Hobsbawm afirma que no fim do século XIX “homens cultos do período não estavam apenas orgulhosos de suas ‘ciências’, mas, preparados para subordinar todas as outras formas de atividade intelectual a elas”, inclusive a filosofia, uma vez que, “as duas tendências filosóficas dominantes subordinavam-se, elas mesmas, à ciência: o positivismo francês, associado à escola do curioso Augusto Comte, e o empirismo inglês, associado a John Stuart Mill” (HOBSBAWM 2010, p. 379).³⁶

O reflexo da supremacia do conhecimento científico no campo da pedagogia é assinalado por Franco Cambi. Segundo ele, o conhecimento científico, após a Revolução Francesa, se tornou cada vez mais central, no campo pedagógico, até ultrapassar o campo da Filosofia, que antes ocupava este lugar:

A centralidade da especulação filosófica como direção da pedagogia foi substituída no pensamento contemporâneo pela centralidade da ciência e de uma ciência cada vez mais autônoma em relação à filosofia. (CAMBI, 1999, p.403)

Nas Escolas Normais francesas, no fim do século XVIII, as Ciências Naturais estiveram presentes desde o início. Schandeler (2013, p.391) assinala que, neste momento, o título de um dos quatro volumes escritos especialmente para reger as lições

³⁶ Hobsbawm (2010, p. 379) afirma, também que, em função de uma confiança nos métodos das ciências, homens instruídos, como “William Tompson, Lord Kelvin, o célebre físico, pensavam que todos os problemas básicos da física haviam sido resolvidos, e só alguns menores ainda precisavam ser solucionados”.

previstas para essas Escolas, era *Leçons de physique, chimie, d'histoire naturelle*. As Ciências Naturais, portanto, estavam representadas pela Física, a Química e a História Natural nesse modelo de escola que surgiu com determinação de formar professores, ou seja, pessoal com a missão de passar adiante os conhecimentos e valores do mundo moderno, sobretudo para as novas gerações.

Esse modelo de instituição se originou na França, mas se difundiu para outras partes do mundo, inclusive para a província do Pará. Saviani (2009, p 144) assinala que esse modelo de escola criado, na França em 1775, foi introduzido na Itália em 1802, e ao longo do século XIX, na Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos. Ele assinala, ainda, que no Brasil esse processo iniciou em 1835, com a criação da Escola Normal de Niterói e prosseguiu, em 1836, com a escola da Bahia; em 1842, a de Mato Grosso; em 1846, a de São Paulo; em 1864, a do Piauí; em 1869, a do Rio Grande do Sul; em 1870, a do Paraná e Sergipe e em 1871, a do Pará.³⁷

Em todo o reino de Portugal, que incluía a Província do Pará, as Reformas Pombalinas, desencadeadas no fim do século XVIII, portanto, cerca de um século antes da criação da Escola Normal do Pará, criaram condições mais favoráveis para a recepção dos conhecimentos científicos, pois estas Reformas tinham o pretexto de difundir no Império Português a racionalidade científica, que já estava em curso na França, Inglaterra e outros países da Europa. As Reformas Pombalinas deviam romper com a hegemonia do conhecimento aristotélico, em prol da razão iluminista:

Defendiam o desenvolvimento cultural do Império português pela difusão das novas ideias de base empirista e utilitarista; pelo “derramamento das luzes da razão” nos mais variados setores da vida portuguesa; mas voltaram-se especialmente para a educação que precisaria ser liberada do monopólio jesuítico cujo ensino se mantinha, conforme entendiam, preso a Aristóteles e avesso ao método moderno de fazer ciência (Saviani, 2010, p.80).

Isto não quer dizer que as Ciências Naturais tenham sido introduzidas imediatamente nas escolas da Província do Pará e conforme o modelo original criado na França, pois como diz Arboleda (1887, p.8) os conhecimentos vindos de fora, em contacto com as culturas nas quais se introduzem adquirem novas configurações. Além

³⁷ SAVIANI (2009, p 143 - 144) Afirma que “após a promulgação do Ato Adicional de 1834, que colocou a instrução primária sob responsabilidade das províncias, estas passaram a criar Escolas Normais, para a formação dos professores, seguindo, assim, o padrão que tinha surgido na Europa.

VILLELA (1990, p 91) aponta que as Escolas Normais da França, no início do século XIX, foram as que mais exerceram influência no Brasil.

disso, o currículo das escolas se modifica no decorrer do tempo, pois como diz Silva (2008, p.7), ele é “um artefato social e histórico, sujeito a flutuações e tal como o conhecemos atualmente ‘não foi estabelecido de uma vez por todas em algum ponto privilegiado do passado’, ele ‘está em constante fluxo e transformação’”.

Nesse capítulo nosso objetivo é compreender o papel e a especificidade da Escola Normal no processo de introdução das Ciências Naturais no Pará, desde o momento em que foi criada, em 1871, até 1890, quando as Ciências Naturais retornaram, com vigor, ao currículo dessa instituição, após uma longa ausência.

4.1 - As Ciências Naturais na Fase Inicial da Escola Normal

A Escola Normal do Pará surgiu, em 1871, portanto na fase inicial da *Belle Époque*, na Amazônia, como ficou conhecido o período iniciado em torno desta década e se estendido até o final da primeira década do século XX (Sarges, 2000). Neste momento, a comunicação entre a Amazônia e os países difusores do ideário moderno se estreitou devido a fatores políticos, econômicos e tecnológicos que se conjugaram: políticos, como o ato de 1867 que decretou a abertura dos grandes rios da Amazônia à navegação estrangeira; econômicos, pelos lucros derivados da exportação do látex; e tecnológicos, pela chegada do barco a vapor, diminuindo o tempo de ida e vinda à Europa. Daou (2000) acentua que o aumento expressivo da circulação de pessoas entre o Pará e a Europa é enfatizado pelo comentário de um ilustre contemporâneo, José Coelho de Gama Abreu, o Barão do Marajó.

Era surpreendente a quantidade de pessoas que deixavam a Amazônia e o Pará para viajar pela Europa e o número daqueles que vindos do Velho Continente visitaram o norte do Brasil. Para o Barão era graças a navegação que numerosas crianças nascidas na Amazônia eram educadas no Rio de Janeiro, na França, na Alemanha e na Inglaterra. Os periódicos de Manaus e Belém sempre anunciavam a chegada e a partida de filhos de famílias de renome para estudos ‘fora’ (ABREU, ap. DAOU, 2000, p.14).

Os historiadores, como os anteriormente citados, que analisam o período da Belle-Époque, mostram que, com o estreitamento das comunicações com a Europa, os produtos materiais e ideológicos sob o signo da modernização invadiram os centros mais urbanizados da Amazônia. Luz elétrica, bondes e ferrovias chegavam juntos com a mentalidade moderna invadindo a cultura nativa. As transformações nos hábitos de lazer, consumo e higiene, decorrentes dessa invasão tem sido enfatizadas, mas pouco se tem dito sobre as escolas. Neste sentido, a Escola Normal do Pará é um exemplo

significativo, pois ela é criada no início desse período, com o intuito de introduzir o modelo de formação de professores nascido no mundo moderno, que ainda não havia chegado nessa província.

A Escola Normal do Pará mudava o processo de formação do professor primário. Antes, este se habilitava por meio da prática, auxiliando um docente que atuava no ensino primário e adquiria autonomia para lecionar mediante concurso; modo de formação denominado de Adjunto. Com a criação da Escola Normal, a formação, a habilitação e o direito de ensinar passavam a ocorrer por meio de um curso regular, seriado, constituído de aulas teóricas e práticas.

As Ciências Naturais podem ser vistas no primeiro currículo da Escola Normal. A Física e a Química estavam associadas à Agricultura na *cadeira* intitulada *Noções Gerais de Física, Química e Agricultura*, Souza (1972).³⁸ Em 1872, ou seja, um ano depois de ter sido criada, a Escola Normal do Pará deixou de ser uma instituição autônoma, pois foi “anexada” ao Liceu Paraense³⁹ que assim passou a ser constituído por três cursos: Humanidades, Comércio e Normal. A Física e a Química foram mantidas e, ainda houve o acréscimo da História Natural com a criação de uma nova *cadeira* intitulada *Noções Gerais de Física, Química, História Natural e Agricultura*⁴⁰.

A extinção da Escola Normal, enquanto instituição autônoma, e a reinserção das ciências no Liceu, teve participação do Médico Marcello Lobato de Castro, que havia assumido a regência da *cadeira* científica da Escola Normal do Pará em 1871, quando veio transferido do Liceu Paraense. Em dezembro de 1872 esse docente, que também exercia o cargo de Deputado na Assembleia Provincial, propôs um projeto de Lei que

³⁸ Souza (1972) escreveu o livro denominado *Apontamentos para História do IEEP*, que é resultado de um levantamento de dados para organizar anais da Escola Normal do Pará focalizando as reformas regulamentares, atas de reuniões, admissão e exoneração de professores, entre outros fatos. Ver também o *Jornal do Pará*, 22 de abril, de 1871, Ano IX, Edição 88, p 1-2.

³⁹ Em 19 de dezembro de 1872 a Escola Normal do Pará foi extinta por meio da Lei n° 757. Entretanto, esta Lei deu o direito dos discentes regularmente matriculados de concluí-lo. A dinâmica das aulas continuaria com os rapazes assistindo as lições no Liceu Paraense e as moças no Colégio do Amparo. Além disso, a referida Lei criou um curso Normal no Liceu Paraense, de modo que a partir de então essa instituição passaria a oferecer três cursos: Humanidades, Comércio e o, recém-criado, Curso Normal. Quanto ao número de discentes que estudava em 1872, o Relatório Provincial de Presidente da Província o Sr. Barão Vila da Barra apresentou que em novembro do referido ano estavam matriculados na Escola 10 moças e 8 rapazes.

⁴⁰ *Jornal do Pará*, 1873, Ed 76, p 2, *Instrução Pública: Regulamento do Curso Normal do Liceu Paraense*.

tinha o propósito de extinguir a autonomia da Escola Normal, criar no Liceu um Curso Normal, onde continuou regendo uma cadeira científica⁴¹. Isso foi aprovado, dando uma nova configuração ao ensino normal no Pará.

Docentes do ensino primário cursaram Física e Química no Curso Normal, tanto da Escola Normal, antes de ser extinta, quanto no Liceu Paraense, quando passou a oferecer tal Curso. Tinham o objetivo de se atualizarem, pois o currículo do ensino primário previa uma disciplina denominada *Rudimentos de Ciências Físicas e Naturais*, como mencionado anteriormente. Além disso, a busca por essa atualização era motivada por outras condições, como a possibilidade de ascender um degrau no plano de carreira docente e adquirir um aumento de salário. Isso pode ser atestado no anexo 4 e no deferimento do governo em relação ao pedido de professores que cursaram na Escola Normal as disciplinas exigidas para ascensão na carreira, entre elas Física e Química:

Ao diretor geral da instrução pública – Em resposta ao ofício de “vmc.” de hoje datado, informando sobre a pretensão dos professores públicos do ensino primário que requereram exame das generalidades de Física, Química, desenho linear, pedagogia e música, acrescidas no ensino primário pelo regulamento vigente a fim de serem considerados professores de 3ª entrância, com os vencimentos equivalentes, tenho a dizer-lhe que resolvi deferir a petição dos ditos professores. (...). Fique, pois, estabelecido que os indivíduos que há eram professores quando baixou o regulamento de 16, de abril, de 1870 e que obtiveram licença para estudar na escola normal as matérias acrescidas ao ensino primário, tem o direito de serem considerados de 3ª entrância, com os vencimentos correspondentes, uma vez que façam exame e sejam aprovados em tais matérias (JORNAL DO PARÁ, ed 260, 1872).

Em 1874, as Ciências Naturais foram eliminadas do currículo da Escola Normal, quando esta instituição voltou a ser autônoma⁴². Pelo fato do Liceu Paraense não apresentar demanda discente para essa cadeira, ela foi eliminada da educação paraense nesse mesmo ano:

O presidente da província tendo pelo regulamento desta data criado uma escola normal (...) ficando desanexada do Liceu Paraense as cadeiras que já pertenciam ao curso normal resolve (...) suprimir por falta de alunos e porque não foi contemplada no curso da escola normal a cadeira de Física e Química, também vaga. (PARÁ, 1874, p. 65)

⁴¹ Uma matéria do jornal O Liberal do Pará, publicada em 10/12/1872, Ed. 278, p 1, criticou esse projeto, em especial o artigo que transferiria a cadeira científica da Escola para o Liceu, salientando que isso seria interesse pessoal do proponente, ou seja, o Dr Marcelo Lobato, que era o docente da referida cadeira. A crítica se acentua mais ainda porque somente a cadeira que contemplava as Ciências Naturais gozaria desse privilégio de transferência.

⁴² Com a recriação da escola normal autônoma é provável que o curso normal que funcionou no Liceu tenha sido extinto, porém não encontramos informações a esse respeito.

Onze anos depois, em 1885, essas ciências continuaram ausentes, momento em que a Escola voltou a ser anexada ao Liceu. Para Tristão Araripe, presidente da Província, essa anexação da Escola traria economia à Província e benefícios ao ensino.

Reunidas as precisas aulas no Liceu, poder-se-ia dispensar a Escola Normal com economia dos cofres provinciais e com vantagem do ensino, tornando-se este promiscuo para ambos os sexos nas mesmas aulas, e regularizando-se as suas matérias por via de mais acertada e metódica distribuição das cadeiras. (ARARIPE 1885, p 10)

4.2 - O Retorno das Ciências Naturais

As Ciências Naturais voltaram ao currículo da Escola Normal do Pará em fevereiro de 1890 de modo bem mais expressivo, pois constavam em três cadeiras e não apenas em uma⁴³. A que se denominava *Física e Química* diferia da anterior, porque nesta, estas ciências apareciam associadas à Agronomia. As outras duas cadeiras incluíam novas ciências, como a Biologia e a Fisiologia. Uma delas, denominada *Biologia vegetal e animal*, que, como indica o próprio nome, era ocupada exclusivamente pela Biologia. Outra, intitulada *Fisiologia Humana, Higiene, Higiene Escolar, Noções de Ciências Naturais*, incluía a Fisiologia e ainda a Higiene que, embora não fosse um conhecimento considerado científico, propriamente dito, nos discursos científicistas da época era enfatizada como um campo do saber ancorado no conhecimento científico⁴⁴.

Cerca de três meses depois dessas determinações curriculares, em maio de 1890, assumiu a diretoria de Instrução Pública, José Veríssimo que merece destaque pelo profundo conhecimento e envolvimento com os campos da ciência e da educação. Em relação ao envolvimento de Veríssimo com o campo científico é importante destacar que ele estudou na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, de 1874 a 1876, momento em que a Escola era um lugar principal de penetração da mentalidade científica no Brasil. No ano em que ele ingressou nessa escola foram criadas secções de Ciências Naturais e de Ciências Físicas e Matemáticas, dirigidas por professores europeus (Veríssimo, ap.

⁴³ Nesse momento houve a recriação da Escola Normal do Pará, com uma para o sexo masculino e outra para o feminino. As Ciências Naturais foram previstas para ambas as instituições. Veríssimo (1890, p 118).

⁴⁴ Para compreender melhor o estatuto de cientificidade do projeto de Higienização, nesse momento, ver Alves (1997, p. 184).

Silva, 1988, p.56). Em 1889, no *X Congresso de Antropologia e Arqueologia Pré-Histórica*, realizado em Paris, Veríssimo apresentou a comunicação científica, intitulada “O Homem do Marajó e a Antiga História da Civilização Amazônica”. Portanto, em 1890 quando assumiu a Instrução Pública ele tinha formação e bastante familiaridade com a visão de mundo científica. Nesse mesmo ano, Veríssimo publicou o livro intitulado *A Educação Nacional* analisando a educação brasileira e, inclusive fazendo comparações com a educação dos Estados Unidos.

José Veríssimo, então diretor da Instrução Pública do Pará, concordava com a volta da autonomia da Escola Normal, bem como, com a presença das disciplinas científicas no currículo⁴⁵. Isto é compreensível, pois, suas atividades profissionais e intelectuais atestam que ele era profundamente receptivo aos conhecimentos e valores da sociedade moderna, tal como o que enaltecia a avanço das ciências no campo da educação. Assim, ao sugerir mudanças para a Escola Normal do Pará⁴⁶, não só concordava com o acréscimo da Biologia e da Fisiologia Humana, como achava que ainda era insuficiente, pois, lhe parecia lógico que o estudo dessa ciência devia ter como pré-requisito o conhecimento da Anatomia, que ainda não era contemplada pelo currículo:

A disposição destas matérias no Regulamento também não me parece lógica. O estudo da Fisiologia exige o da Anatomia, de que o programa não trata, e o da Biologia vegetal e animal, requer o das ciências naturais, Botânica e Zoologia, Veríssimo (1890, p.121).

As Ciências eram requeridas por Veríssimo, inclusive como base para o estudo da Pedagogia. Esta além de ser uma arte do raciocínio, estaria se tornando científica e, portanto, para ser compreendida exigiria o conhecimento das ciências Físico-Químicas:

⁴⁵ Para José Veríssimo, a fusão da Escola Normal ao Liceu Paraense em 1885 foi um “ato absurdo”, pois o Liceu estaria em estado organizacional mais precário que a Escola Normal. Veríssimo criticou ainda, que a fusão proporcionaria a aquisição dos beneméritos de um normalista se sujeitando a “mera formalidade de exames no Liceu”, passando a gozar dos mesmos direitos de professores que “haviam enfrentado o tirocínio da antiga Escola”. (VERÍSSIMO 1890, p 118). Além disso, José Veríssimo discursava que a formação de professores na Escola Normal seria condição para melhoria do ensino primário: “pouquíssimo será o que se possa fazer pelas melhorias e progressos do ensino primário, enquanto não tivermos bons professores; e a primeira condição para termos bons professores é possuímos uma boa Escola Normal.” (VERÍSSIMO 1890, p 122).

⁴⁶ Cerca de dois meses como diretor da Instrução Pública Paraense, em 12 de julho de 1890, José Veríssimo sugeriu mudanças para a Escola Normal do Pará, que versavam sobre três pontos: fundir a Escola Normal masculina à feminina, modificar o plano de estudos e reduzir as atividades escolares para um turno. VERÍSSIMO (1890, p. 119).

A Pedagogia também, que assenta na psicofisiologia e que após os trabalhos de Spencer, de Bain, de Preyes, de Perez, procura com o socorro daquela ciência se tornar científica, deve logicamente vir depois do ensino das ciências físico-químicas. Sendo, além disso, uma ciência, uma arte de raciocínio e de observação, na qual tem ainda de ser aproveitados já no ensino teórico, já no ensino prático, elementos de outras ciências e disciplinas, parece-me que devia ser colocada apenas nos dois últimos anos. (VERÍSSIMO, 1890, p 121)

Poucos dias depois dessas sugestões, o currículo da Escola Normal foi alterado assemelhando-se ao que José Veríssimo sugeriu. A Zoologia e a Botânica foram incluídas na cadeira denominada *Física e Química, Ciências Naturais (noções de zoologia, botânica, mineralogia e geologia)* e a Anatomia incluída na cadeira, *Biologia (noções de anatomia e fisiologia humana, leis da organização e atos dos seres vivos, higiene e higiene escolar)*.⁴⁷

No que se refere aos destinatários destes conhecimentos, a Escola Normal teve um alcance mais amplo no processo de difusão das Ciências Naturais no Pará, pois estas eram ensinadas também para as mulheres. No Liceu Paraense o ensino era exclusivamente para o sexo masculino. Quanto ao Ensino Primário, embora este previsse rudimentos de ciências, estas não se estendiam ao público feminino, pois conforme a lei de outubro de 1870⁴⁸:

O ensino primário para o sexo feminino compreenderá a leitura, escrita, às quatro operações sobre números inteiros, gramática portuguesa, moral civil e religiosa e costura. (PARÁ, 1870).

Na Escola Normal a presença feminina foi significativa desde o início. Na primeira turma, de 1871, por exemplo, se matricularam 11 mulheres e 8 homens. Em 1890, quando a Escola foi reaberta, a matrícula das alunas aumentou para 93, enquanto que a dos alunos somente para 14 (Veríssimo, 1890, p 120). Neste momento, como se

⁴⁷ No mesmo ano dessas modificações, previstas no Decreto N° 165, de 23 de Julho, de 1890, Veríssimo sugeriu novas mudanças no currículo normalista. Para ele, a cadeira de Biologia deveria ser suprimida, mas não os conhecimentos biológicos, pois estes seriam inseridos no interior de outras ciências constituintes do currículo. Ele justifica essa proposta referenciando o estudioso da fisiologia Paul Bert (1833-1886), que escreveu o livro *Leçons de Zoologie*, que seria adequado para o ensino da Biologia na Escola Normal. “Proponho também a supressão da Biologia e Anexos, com a reunião das duas cadeiras de História e Geografia. À cadeira de Física (quase puramente experimental) e a de Química (geral e analítica) e de Ciências Naturais (estudo concreto) juntar-se-ia o estudo das generalidades que forçosamente decorrem dessas ciências e das suas leis, determinando os programas circunstanciados que os fatos de ordem biológica fossem principalmente postos em evidência. “Paul Bert escreveu um agradável livro, *Leçons de Zoologie*, que é realmente um livro de biologia, dando um exemplo de generalização que apoia no asserto”. (VERÍSSIMO, 1890, P 126)

⁴⁸ PARÁ, Lei N° 664, de 31, de outubro, de 1870, que reformou o ensino primário.

pode ver, o número de mulheres era cerca de seis vezes maior que o de homens. José Veríssimo, que era o diretor da Instrução Pública, prescrevia a Física, a Química e as Ciências Naturais deviam ser ensinadas às mulheres além de outros conhecimentos:

Formar mestras de escola e dar uma instrução geral às mulheres (...) quer num, quer noutro caso, a base do ensino devia ser a matemática, um pouco além das elementares, a Física, a Química, e as Ciências Naturais, a Língua e a Literatura nacionais. (VERÍSSIMO, 1976,126)

Com a reabertura de maneira autônoma da Escola Normal do Pará as Ciências retornaram ao currículo, de modo mais expressivo, com a Física e a Química, que estiveram presentes no primeiro currículo. Além destas houve a inserção dos saberes constituintes da História Natural, da Biologia, da Fisiologia e Higiene, que eram saberes que estavam na ordem da cientificidade da época. Estas ciências foram ensinadas principalmente ao público feminino, que era majoritário na instituição.

CONSIDERAÇÕES

Nesta pesquisa tivemos o objetivo de analisar o processo inicial de institucionalização das Ciências Naturais no Pará por meio das escolas. Neste sentido, procuramos identificar as primeiras escolas que introduziram as Ciências nos currículos e as condições sociais que possibilitaram essa introdução, não apenas, condições contemporâneas, como também, antecedentes.

Constatamos que as Reformas Pombalinas no Pará, iniciadas na segunda metade do século XVIII, embora não tenham introduzido imediatamente as Ciências Naturais nas Aulas Régias criadas para suprir a lacuna inserida no sistema escolar, após a expulsão dos Jesuítas, melhoraram as condições para a recepção dessas Ciências, por adotarem a mentalidade iluminista, propagadora da racionalidade científica moderna e centralizarem a educação no Estado. Nesse momento essa região, denominada Capitania do Grão-Pará, ainda pertencia ao Império Português. Na Metrópole, as Reformas do Marquês de Pombal inseriram as Ciências Naturais na Universidade de Coimbra e no Colégio dos Nobres, que tinham o propósito de formar elites para ocupar cargos de direção no Império. No Pará, entretanto, não foi implantada as ciências e nem houve escolas para a formação de elites, pelo menos até meados do século XIX.

Em meados do século XIX as Ciências Naturais podem ser vistas no currículo do Liceu Paraense, de 1851, portanto, dez anos depois dessa instituição ter sido criada. A Física, Química e Botânica se faziam presentes no título da cadeira *Elementos de Física, Química e Botânica*. No currículo de 1873 a História Natural foi proposta pela disciplina *Elementos de Física, Química, História Natural e Agricultura*. Até 1889, final do período imperial brasileiro, as Ciências tiveram uma trajetória bastante instável, sendo retiradas do currículo em alguns momentos, pela dificuldade de contratar docentes para ministrá-las, de alunos interessados em cursá-las ou por outros motivos.

Em 1870, as Ciências Naturais foram introduzidas no ensino primário paraense, por meio da disciplina *Rudimentos de Ciências Físicas e Naturais*. Por causa dessa inserção, alguns docentes, que já atuavam no ensino primário, tiveram necessidade de se matricular nos cursos de Física e de Química oferecidos no Liceu Paraense e na Escola Normal do Pará. As Ciências podiam ser estudadas na cadeira *Física e Química*, do curso de Humanidades, do Liceu até 1871, ano que foi extinta provisoriamente ou na cadeira *Elementos de Física, Química e Agricultura* da Escola Normal, criada nesse ano.

A Escola Normal do Pará, portanto, deu continuidade ao processo de introdução das Ciências Naturais no Pará. A Física e a Química estavam presentes no primeiro currículo da instituição, com a disciplina *Elementos de Física, Química e Agricultura*. Nessa escola a trajetória inicial das ciências, do mesmo modo que no Liceu, foi instável. As vésperas de 1890, elas estavam ausentes, mas nesse ano a Física e a Química retornaram, sendo, ainda, acrescentadas a História Natural, a Biologia, a Anatomia e a Fisiologia. Essas Ciências foram introduzidas em duas cadeiras, constituintes do currículo, a primeira denominada *Física e Química, Ciências Naturais (noções de zoologia, botânica, mineralogia e geologia)* e a segunda cadeira era *Biologia (noções de anatomia e fisiologia humana, leis da organização e atos dos seres vivos, higiene e higiene escolar)*.

As Ciências Naturais começaram a serem propostas pelas Reformas Pombalinas e pelos discursos de governantes e institucionalizadoras, por exemplo, com a implantação do jardim Botânico de São José. Contudo essas iniciativas não foram suficientes para que fossem introduzidas imediatamente nas Escolas, tendo que esperar até meados do século XIX, para serem integradas ao currículo do Liceu Paraense. Com a aceleração da modernidade e, portanto, da valorização das ciências no Pará, em torno do início da década de 1870, início da Belle-Époque, surgiram outras instituições associadas a propostas científicas, com a Associação Filomática, que deu origem ao Museu Paraense de História Natural e Etnografia. Esse contexto favoreceu a ampliação do espaço das ciências nas escolas, ou, pelo menos, foi nele que as ciências começaram a ser implantadas no ensino primário e na Escola Normal.

É fato que a presença científica nas escolas nesse início foi bastante instável, apresentando dificuldades de encontrar professores e alunos para os cursos de ciências. Isso é compreensível e, ao mesmo tempo, atesta que a recepção do processo modernizador, pela cultura local, ainda não tinha tornado a aprendizagem das Ciências Naturais, uma necessidade imperativa. Essa necessidade se tornou acentuada da década de 1890, quando as Ciências passaram a se ampliar nos currículos escolares.

BIBLIOGRAFIA

ABREU JUNIOR, José Maria de Castro. *A Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará: da Fundação e Federalização: 1919 – 1950*. Rev. Pan. Amazônica de Saúde, 1(4), 2010, p. 11-16.

ALEXIS LAMA T, DAGMAR van WIJNGAARDEN , Boerhaave: una mente brillante, un carácter virtuoso, *Revista Médica do Chile*, v.130 , n°9, Santiago, 2002. http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-98872002000900016

ALMEIDA, Ruy Guilherme de Castro. *A Física nas Instituições de Ensino do Pará (1904-1961)*. 120 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Física, Centro de Ciências Exatas e Naturais, Universidade Federal do Pará, Belém, 1997.

ALVES, José Jeronimo de Alencar. O Cientificismo da França para a Amazônia: O Positivismo de Lauro Sodré. In ALVES, José Jerônimo de Alencar (org) *Múltiplas faces da história das ciências na amazônia*, Belém, EDUFPA, 2005.

ALVES, J. J. A. A Ciência Pasteuriana e o Projeto Dominante de Higiene e Modernização na Primeira República. In DIAS, EL-HANI, SANTANA e FREIRE JR.(orgs). *Perspectivas em epistemologia e história das ciências*. Bahia, UFBA/UEFS, 1997, p.181-193.

ARARIPE, Tristão Alencar. *Peças Complementares da Fala com que o Excelentíssimo Conselheiro Cristão Alencar Araripe, Presidente da Província abril a Seção Extraordinária da Assembléia Legislativa Provincial no dia 5 de novembro de 1885*. Tipografia do Diário de Notícias, 1886. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1024/> , consultado em 10/08/2010.

ARBOLEDA, L. C. A. Acerca del problema de la difusion em la periferia”. El caso de la física newtoniana em la Nueva Granada (1740-1720). *Quipu: Revista Latino Americana de História de las Ciéncias y la Tecnologia*, v.4, n.1, p.7-30, 1987.

ARRIADA, Eduardo. Documento: As Reformas Napoleônicas e a Lei do 11 Floreal Ano 10 (1° de Maio de 1802). *Revista História da Educação*, v 16, n° 37, Maio/Agosto, 2012, p 189 -196

AZEVEDO, Pedro Vicente de. *Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa Provincial na Primeira Sessão da 19ª Legislatura pelo Presidente da Província do Pará, o Excelentíssimo senhor doutor Pedro Vicente de Azevedo, em 15 de fevereiro de 1874*. Pará, Typ. do Diario do Gram-Pará, 1874. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/541/> , Consultado em 10/08/2010.

BALLE, Antonio. *Aos Reverendíssimos Padres Mestres, da Venerável Companhia de Jesus, no Reino e Domínio de Portugal*. In PADRE BARBADINHO, *Verdadeiro Método de Estudar, para ser Útil à República e à Igreja, ao Estilo e Necessidade de Portugal*. Valensa, 1746.

BARBOSA, J. A. José Veríssimo, Leitor de Estrangeiros. In JOSÉ VERÍSSIMO, *Homens e Coisas Estrangeiras: 1899-1908*, Rio de Janeiro, Topbooks Editora, 2003.

BARRA, Barão da Vila da. *Relatório Apresentado pelo Sr. Barão da Vila da Barra em 05/11/2872 por ocasião de passar a administração da Província ao Excelentíssimo Senhor Barão de Santarém, 2º Vice-Presidente da Província do Gram Pará*. Pará, Typ. de Santos & filhos, 1852. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1223/> , consultado em 25/03/2014.

BARROS, J. B. *A Escola Normal do Pará e a Introdução do Ensino das Ciências Naturais no Pará (1870 – 1930)*. 2010. 120f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências), Programa de Pós Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas, Instituto de Educação Matemática e Científica, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

BELHOSTE, Bruno. Das Ciências Instituídas às Ciências Ensinadas, ou como Levar em Conta a Atividade Didática na História das Ciências. Trad. OLIVEIRA, Bernardo Jefferson de. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 11, n. 3 27), p. 47-61, set./dez. 2011.

BELHOSTE, Bruno. Les caractères généraux de l'enseignement secondaire scientifique: de la fin de l'Ancien Régime à la Première Guerre mondiale. *Histoire de l'éducation*, n° 41, 1989. p. 3-45

CAMBI, F. *História da Pedagogia*. São Paulo, Editora Unesp, 1999.

CARDOSO, T. F. L. As Aulas Régias no Brasil, in STEPHANOU, BASTOS, M. H. (orgs.), *Histórias e Memórias da Educação no Brasil (sec. XVII, XVIII)*, Petrópolis, Vozes, 2004 (p.179-191).

CARVALHO, L. R. de. *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo: Saraiva/Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

CARVALHO, Rómulo de. *História do Ensino em Portugal: desde a Fundação da nacionalidade até o fim do Regime de Salazar-Caetano*. 3ª ed., Lisboa-Portugal, Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

CASON, Silvia Regina. As Conferências do Curso para Professores do Barão Degerando – 1839, *Revista Iberoamericana Patrimônio Histórico-Educativo*, Campinas (SP), v. 1, n. 1, p. 186-217, jul./dez. 2015.

COIMBRA, O. *Engenharia-militar na Amazônia no século XVIII: As três décadas de Landi no Grão Pará*. Belém, Prefeitura Municipal de Belém, 2003, 190p.

CRISPINO, L. C. B. *As origens do Museu Paraense Emílio Goeldi. Aspectos Históricos e Iconográficos, 1860-1921*. Belém, Paka-Tatu, 2006.

CRUZ, Ernesto. *História de Belém, 2º Volume, Edição Comemorativa do Sesquicentenário da Adesão do Pará à Independência Política do Brasil*, UFPA, Coleção Amazônica, 1973.

CUNHA, José Joaquim da. *Fala que o Excm^o Sr. Dr. José Joaquim da Cunha, Presidente desta Província, Dirigiu à Assemblia Legislativa Provincial, na Abertura da Mesma Assembleia, no dia 15, de Agosto, de 1853*. Pará, Typ. de Santos & filhos, 1853.

CUNHA, Jonas Araujo da. *Os Povos Indígenas e o Ensino da Língua Portuguesa na Amazônia Pombalina (1751-1763)*. 183 f, Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2012.

D'ANDREA. Francisco José de Souza Soares. *Discurso com que o Presidente da Província do Pará Fez a Abertura da 1ª Sessão da Assembleia Provincial, no dia 2 de Março, de 1838*. Tipografia de Santos e Santos Menor, Pará, 1838.

D'AGUIAR, Fausto Augusto. *Relatorio Apresentado ao Excelentíssimo Senhor. Dr. José Joaquim da Cunha, Presidente da Provincia do Gram Pará, pelo Comendador Fausto Augusto d'Aguiar por Ocasião de Entregar-lhe a Administração da Província no dia 20 de agosto de 1852*. Pará, Typ. de Santos & filhos, 1852. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/513/> , consultado em 10/08/2010.

DAOU, A. M. *A Belle-époque Amazônica*. Rio de Janeiro, Zaar, 2000.

DIAS, E. M. *A Ilusão do Fausto: 1890-1920, Manaus, Valer, 2007*.

DUARTE, Dércio Pena. *Bases para o Espírito: Ferreira Penna, Ciência e Educação na Província do Grão Pará (1866-1891)*. 53f, Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências), Programa de Pós Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas, Instituto de Educação Matemática e Científica, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

FIGUEIREDO, José Bento da Cunha. *Relatório com que o Excm^o Snr. Presidente da Província, Conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo, Entregou a Administração da Província do Gram-Pará, ao Excm^o Snr. 2º Vice-Presidente Coronel Miguel Antonio Pinto Guimarães, em 16 de Maio, de 1869*. Pará, Typ. de Santos & filhos, 1869.

FRANÇA. Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de. *Raízes Históricas do Ensino Secundário Público na Província do Grão-Pará: O Liceu Paraense 1840-1889*, Dissertação de Mestrado, Departamento de Filosofia e História da Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

FRANÇA. Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de. ***Raízes Históricas do Ensino Secundário Público na Província do Grão Pará: o Liceu Paraense 1840-1889***. V Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas: História, Sociedade e Educação no Brasil. Transformações do Capitalismo, do Mundo do Trabalho e da Educação. Campinas, 2001.

FRANCO, Bernardo de Souza. *Discurso Recitado pelo Excm^o. Sr. Doutor Bernardo de Souza Franco, Presidente da Província do Pará, quando Abriu a Assembleia Legislativa, no dia 15, de Agosto, de 1839*. Pará, Typ. de Santos & filhos, 1839. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/498/>

FRANCO, Bernardo de Souza. *Discurso Recitado pelo Excm^o. Sr. Doutor Bernardo de Souza Franco, Vice-Presidente da Província do Pará, na Abertura da Assembleia Legislativa, no dia 14, de Abril, de 1841*. Pará, Typ. de Santos & filhos, 1841.

FRANCO, Bernardo de Souza. *Discurso Recitado pelo Excm^o. Sr. Doutor Bernardo de Souza Franco, Vice-Presidente da Província do Pará, na Abertura da Assembleia Legislativa, no dia 14, de Abril, de 1842*. Pará, Typ. de Santos & filhos, 1842.

FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas*. 8^a Ed., São Paulo, Martins Fontes, 1999.

FONSECA, Maria Rachel Fróes da. Ciência e educação na *Escuela Nacional Preparatoria* (México, 1867) *História Unisinos*, vol. 18, n^o 1 - janeiro/abril de 2014, p 56-67.

GRAÇA, Abel. *Relatório Apresentado á Assembléia Legislativa Provincial na Primeira Sessão da 17^a Legislatura pelo Quarto Vice-Presidente, Dr. Abel Graça*. Pará, Tipografia. do Diário do Gram-Pará, 1870. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/535/>, Consultado em 10/08/2010.

GRAÇA, Abel. *Relatório Apresentado á Assembléia Legislativa Provincial na Primeira Sessão da 18^a Legislatura pelo Presidente da Província, Dr. Abel Graça*. Pará, Tipografia. do Diário do Gram-Pará, 1872.

H AidAR. Maria de Lourdes Mariotto. *O Ensino Secundário no Brasil Império*. Edusp, São Paulo, 2008.

HOBSBAWM, Eric j. *A era dos impérios, 1875-1914*, 13^a Ed. São Paulo, Paz e Terra, 2009.

_____ *A era do capital, 1848-1875*, 15^a Ed., São Paulo, Paz e Terra, 2010

_____ *Era dos Extremos: o breve século XX : 1914-1991*,

HULIN, Nicole. Science qui se fait, science qui s'enseigne. À propos d'un document sur l'agrégation de sciences physiques, depuis 1869. *Rev. Histoire de l'éducation*, n^o 21, 1984. pp. 37-58.

JESUS. Eduardo Juan de. Memorial da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará, TRAJETÓRIA DAS PRISÕES EM BELÉM E ORIGEM DO PRÉDIO (SEDE) DA SUSIPE, on line, http://www.susipe.pa.gov.br/sites/default/files/memorial_final.pdf, 2010

Kuhn, Thomas S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. 9^a Ed., São Paulo – SP, 2006

LORENZ, Karl M. *A Influência Francesa no Ensino de Ciências e Matemática na Escola Secundária Brasileira no Século XIX*. In II Congresso Brasileiro de História da Educação, 2002, Natal- RN. *História e Memória da Educação Brasileira (Anais)*.

Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema3/0306.pdf>
Consultado em 18/08/2014

LUC, Jean-Noël. *Permanências e Mutações dos Liceus Franceses: Do Primeiro Império ao Início do Século XXI*. Tradução BASTOS, Maria Helena Camara. LUZ, Sabina Ferreira Alexandre. *Revista Brasileira de História da Educação*, n° 13, p 193-216, Jan/Abril, 2007.

LUZ, Madel T. *Natural, Racional, Social: Razão Médica e Racionalidade Científica Moderna*. Rio de Janeiro - RJ, Editora Campus, 1988.

MACHADO, Diego Ramon Silva. *A Lição de Coisas: o Museu Paraense e o Ensino da História Natural (1889 – 1900)*. Dissertação (Mestrado), Instituto de Educação Matemática e Científica, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

MAGALHÃES, Lauro. *Faculdade de Medicina, Relatório do Ano de 1839, Apresentado à Congregação pelo Diretor Dr. Lauro Magalhães, em Sessão de 08, de Janeiro, de 1840*. Belém, Tip. Da Liv. Gillet, 1940.

MIRANDA, João Antonio de. *Discurso Recitado pelo Exm^o. Snr. Doutor João Antonio de Miranda, Presidente da Província do Pará na Abertura da Assembleia legislativa provincial no dia 15 de agosto de 1840*. Pará, Typ. de Santos & menor, 1840.
Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/499/> , consultado em 20/09/2016

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. SILVA, Tomaz Tadeu da. *Sociologia e Teoria Crítica do Currículo: uma Introdução*. In MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa & SILVA, Tomaz Tadeu da. *Currículo, Cultura e Sociedade*, São Paulo, 2008.

OLIVEIRA, João Alfredo Corrêa de. *Relatório do Presidente da Província do Pará, Doutor João Alfredo Correa de Oliveira, Passando a Administração da Mesma ao 4º Vice-Presidente, Doutor Abel Graça*. Pará, Typ. de Santos & filhos, 1870.

PADRE BARBADINHO, *Verdadeiro Método de Estudar, para ser Útil à República e à Igreja, ao Estilo e Necessidade de Portugal*. Tomo 1, Valensa, 1746.

PADRE BARBADINHO, *Verdadeiro Método de Estudar, para ser Útil à República e à Igreja, ao Estilo e Necessidade de Portugal*. Valensa, Tomo 2, 1746.

PORTUGAL, *Directorio, que se Deve Observar nas Povoações dos Indios do Pará, e Maranhão : em quanto Sua Magestade não Mandar o Contrario*. Miguel Rodrigues – Impressor Eminentíssimo Senhor Cardial Patriarca, Lisboa-Portugal, 1758. Disponível em <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/1929> , consultado em 01/06/2016.

POLANCO, Xavier. *Une Science-Monde. La mondialization de la science européenne et la creation de traditions scientifiques*. In POLANCO (Org) *Naissance et developpement de la sciencr-monde production et reproduction des communautes scientifiques em europe et en Amerique Latina*. Paris. La Découverte, p.10-52, 1989

POLANCO, Xavier . World Science: “How the history of World science to be written?”. In PETITJEAN, JAMI and MOULIN (orgs), *Science and Empire*. London: Kluwer Academic, 1992, p.225-42

RIBEIRO, Erick Elisson Hosana. *As Condições de Emergência da Escola de Engenharia do Pará (1870-1931)*, 111f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências), Programa de Pós Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas, Instituto de Educação Matemática e Científica, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

RICCI, Magda. Cabanagem, Cidadania e Identidade Revolucionária: o Problema do Patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. Dossiê Cidadania e Pobreza. **TEMPO**, v 11, n° 22, 2007, Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/tem/v11n22/v11n22a02>

ROHAN, Henrique de Beaurepaire. *Relatório Apresentado á Assembleia Legislativa Provincial do Pará no dia 15 de agosto de 1857, por ocasião da abertura da Segunda Sessão da 10ª Legislatura da mesma Assembléia, pelo presidente, Henrique de Beaurepaire Rohan*. Tipografia de Santos & filhos, 1857. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/519/> , Consultado em 10/08/2010.

SANCHES, António Ribeiro Sanches, Universidade da Beira Interior, Covilhã-Portugal, 2003. Disponível em: http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rsanches_obras/cartas_educacao_mocidade.pdf consultado em 06/01/2016.

SANJAD, Nelson Rodrigues. *Nos Jardins de São José: uma História do Jardim Botânico do Grão Pará, 1796-1783*. Dissertação (Mestrado em Geociências), 216f, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, 2001.

SANJAD, Nelson Rodrigues. *A Coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República, 1866-1907*. Tese (Doutorado em História das Ciências). Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um Discurso Sobre as Ciências*, Porto-Pt, Edições Afrontamentos, 13ª Ed. 2002.

SANTOS, Irineu. *Os Fundamentos Sociais da Ciência*. São Paulo, Polis, 1979.

SANTOS, José Arimatéa Gouveia dos. *O Papel das Escolas Agrícolas na Introdução da Racionalidade Científica no Pará (1860-1912)*, 125f. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências), Programa de Pós Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas, Instituto de Educação Matemática e Científica, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

SANTOS, José Arimatéa Gouveia dos. ALVES, J. Jerônimo. A. O Curso Regente Agrícola como Introdutor das Ciências e Técnicas Modernas na Amazônia. **Rev. História da Ciência e Ensino: Construindo Interfaces**, v. 10, 2014, p 19-38.

- SARGES, M. N. *Belém: Riquezas Produzindo a Belle-Èpoque (1870–1912)*, Belém, Paka-Tatu, 2000.
- SARGES, M. N. *Memórias do Velho Intendente Antônio Lemos (1869-1973)*. Belém, Paka-Tatu, 2002.
- SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Educação*, v.4, n.40, jan-abr. 2009.
- SAVIANI, Dermeval. *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*, São Paulo, Autores Associados, 2010.
- SCHANDELER, Jean-Pierre. L'École Normale de l'an III et la reconfiguration des savoirs sous la Révolution. *Revue des Synthèses*, tome 134, 6^a série, n.3, 2013, p.391-398.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. et.al, *A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis: do Terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.,
- SILVA, L. V. A. Ciência e educação feminina no discurso de José Veríssimo (1857-1916). *História da Ciência e Ensino: construindo interfaces e Ensino: V 6*, 2012 – pp. 49-70.
- SILVA, T. T. Apresentação, In GOODSON, Ivor F. *Currículo: teoria e história*, 8ed, Tradução de Atílio Bruneta, Petrópolis, Editora Vozes, 2008.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. “Currículo e identidade social: territórios contestados”. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Alienígenas na sala de aula*. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 190-207
- SISSON. S.A. *Galeria dos Brasileiros Illustres (os contemporâneos): Retratos dos Homens mais Illustres do Brasil na Política, Sciencias e Letras, desde a Guerra da Independência até os Nossos Dias*. Lithographia de S. A. Sisson, Editor, Rio de Janeiro, 1861.
- SOUZA, A. *Apontamentos para a história do Instituto de Educação do Pará*, Belém, Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1972.
- SOUZA JUNIOR, José Alves de. *Tramas do cotidiano: religião, política, guerra e negócios no Grão-Pará do setecentos*. Belém, Edufpa, 2012.
- TAVARES JUNIOR, Raimundo Willian. *Um Viveiro de Mestres: a Escola Normal da Cidade de Belém do Pará em Tempos de Modernização (1800-1920)*. Tese (Doutorado), Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012

VECHIA, Ariclê. *O Ensino Secundário no Século XIX: Instruindo as Elites*. in STEPHANOU, Maria. e BASTOS, Maria Helena (orgs.), *Histórias e Memórias da Educação no Brasil (Vol 2 – Século XIX)*, Petrópolis, Vozes, 2005 (p.78-90).

VERÍSSIMO, José. *A Instrução Pública do Estado do Pará em 1890, Relatório apresentado ao Exm^o Sr. Dr. Justo Leite Chermont, Governador do Estado*. Tipografia de Tavares Cardoso & COMP. Disponível no Acervo de Obras Raras da Biblioteca central da Universidade federal do Pará. 1892.

VERÍSSMO, José, *Notícias gerais sobre o Colégio Americano. Pará*, Tipografia de Pinto Barbosa & C, 1888.

VERISSIMO, José. *Estudos Brasileiros (1877-1885)*, Pará, Tavares Cardoso & Ciência, 1889.

VERÍSSIMO, José. *A Educação Nacional*. 3^a Ed, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985.

VIELLA, Heloisa de Oliveira Santos. *A Primeira Escola Normal do Brasil: uma contribuição à história da formação de professores*, 1990, 286 p, Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

VILELA, Heloisa de Oliveira Santos. *Do artesanato à profissão: Representações sobre a formação docente no século XIX*. In: STEPHANOU, M. BASTOS, M. H. C. (orgs). *Histórias e Memórias da Educação*, Petrópolis, Vozes, 2004, p.104-115.

VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos. *Do Artesanato À Profissão: Representação sobre a Institucionalização da Formação Docente no Século XIX*, Editora Vozes, Petrópolis – Rj, 2005.

LEIS E DECRETOS

BRASIL. Decreto de 2 de Dezembro de 1837

BRASIL. Regulamento n° 8 de 31 de Janeiro de 1838.

BRASIL. Decreto n° 62, de 1° de Fevereiro de 1841.

BRASIL, Lei n° 9394, de 20 de Dezembro, de 1996.

PARÁ, *Lei n° 33, de 30 de Setembro, de 1839*. In. MELO, Clarice Nascimento de. Et Al. *Documentos da Educação do Pará Imperial*, SBHE, 2012.

PARÁ. *Lei n° 97 de 28 de Junho de 1841*. In. MELO, Clarice Nascimento de. Et Al. *Documentos da Educação do Pará Imperial*, SBHE, 2012.

PARÁ. *Lei nº 203, de 27, de outubro, de 1851, Reforma a Instrução Primária e Secundária.* In. MELO, Clarice Nascimento de. Et Al. *Documentos da Educação do Pará Imperial*, SBHE, 2012, p 79-92.

PARÁ. *Lei nº 237, de 28 de dezembro, de 1853, Altera os Regulamentos da Instrução Pública.* In. MELO, Clarice Nascimento de. Et Al. *Documentos da Educação do Pará Imperial*, SBHE, 2012, p 100- 102.

PARÁ. *Regulamento do Colégio Paraense da Província do Grão Pará, de 11 de setembro de 1861*, p.19-20. Apud FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de. ***Raízes Históricas do Ensino Secundário Público na Província do Grão Pará: o Liceu Paraense***1840-1889. V Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas: História, Sociedade e Educação no Brasil. Transformações do Capitalismo, do Mundo do Trabalho e da Educação. Campinas, 2001

PARÁ. *Portaria de 1º de Março, de 1864. Regulamento da Instrução Primária e Secundária.* In. MELO, Clarice Nascimento de. Et Al. *Documentos da Educação do Pará Imperial*, SBHE, 2012, p 134-141.

PARÁ. *Regulamento de 12 de maio de 1869, para o Colégio Paraense*, In. MELO, Clarice Nascimento de. Et Al. *Documentos da Educação do Pará Imperial*, SBHE, 2012, p 156-168.

PARÁ, *Lei Nº 660, de 31 de outubro, de 1870. Cria o Instituto de Educandos Paraenses.* In. MELO, Clarice Nascimento de. Et Al. *Documentos da Educação do Pará Imperial*, SBHE, 2012, p 170-172.

PARÁ, *Lei Nº 664, de 31, de outubro, de 1870*, In. MELO, Clarice Nascimento de. Et Al. *Documentos da Educação do Pará Imperial*, SBHE, 2012, p 172-173.

PARÁ. *Lei Nº 757, de 19 de dezembro, de 1872 – Extingue a Escola Normal do Pará e anexa o respectivo curso normal no Liceu Paraense.* *Jornal do Pará*, Ano X, Ed 292, 25/12/1872

PARÁ, *Portaria de 9, de Junho, de 1874, Suprime a Cadeira Vaga de Química e Física do Liceu Paraense.* In. Coleções das Leis da Província do Gram Pará. Disponível no Setor de Obras Raras da Biblioteca Artur Viana (CENTUR).

PARÁ. *Decreto nº 165, de 23 de Julho, de 1890, Altera o Regulamento das Escolas Normais.* Tipografia da Província do Pará, 1890.

PARÁ. *Decreto Nº 809, de 25 de Janeiro de 1900 – Reforma a Escola Normal do Pará.* *Imprensa Oficial do Estado do Pará*. CENTUR, setor de obras raras.

PARÁ. *Decreto Nº 1925, de 28 de Agosto de 1912 – Dá nova organização a Escola Normal.* *Imprensa Oficial do Estado do Pará*. CENTUR, setor de obras raras.

SITES

http://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rs_biografia.html - Centro de Estudos Judáicos.

PERIÓDICOS

Gazeta Official, de 02, de janeiro, de 1860, ed. 1, p 1.

Gazeta Official, , de 02, de Maio, de 1860, ed 99, p2.

O Liberal do Pará, de 13, de Janeiro, de 1869, ed. 3, p. 1.

O Liberal do Pará, de 10, de Janeiro, de 1871, ed. 7, p 1.

O Liberal do Pará, de 10, de Dezembro, de 1872, ed. 278, p 1.

Jornal do Pará, de 09, de Junho, de 1874, ed 127, p 2.

O Diário de Belém, de 10, de Outubro, de 1868, ed. 53, p. 1.

O Diário de Belém, de 26, de Outubro, de 1868, ed. 66, p 3.

O Diário de Belém, de 11, de Novembro, de 1868, ed 79, p 1-2.

O Diário de Belém, de 17, de Novembro, de 1868, ed 86, p 1-2.

O Diário de Belém, de 21, de Novembro, de 1868, ed. 89, p.2.

O Diário de Belém, de 13, de Março, de 1869, ed. 57, p 2.

Jornal do Pará, de 16, de Novembro, de 1872, ed. 260, p1.

Jornal do Pará, de 04, de Abril, de 1873, Ed. 76, p 2.

Jornal do Comércio, Rio de Janeiro, 14, de Setembro, de 1851, ed 253, p1.

Correio Mercantil, Rio de Janeiro, 14, de Fevereiro, de 1862, ed. 45, p 2.

ANEXO 1

Distribuição de Carga Horária do Colégio Dom Pedro II em 1838

NAS DIVERSAS AULAS DO COLLEGIO, E A QUE SE REFEREM AS TABELLAS, DE QUE TRATA O ARTIGO 117.

| MATERIAS ESTUDADAS. | 1. ^a AULA. | 2. ^a | 3. ^a | 4. ^a | 5. ^a | 6. ^a | 7. ^a | 8. ^a | TOTAL. |
|--|------------------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|--------|
| Grammatica Nacional..... | | | | | | | 5 | 5 | 10 |
| Latin..... | | | 10 | 10 | 10 | 10 | 5 | 5 | 50 |
| Grego..... | | | 5 | 5 | 5 | 3 | | | 18 |
| Francez..... | | | | 2 | 2 | 1 | | | 5 |
| Inglez..... | | | 1 | 2 | 2 | | | | 5 |
| Geographia..... | | | | | | 1 | 5 | 5 | 11 |
| Historia..... | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 | | | 12 |
| Rhetorica e Poetica..... | 10 | 10 | | | | | | | 20 |
| Philosophia..... | 10 | 10 | | | | | | | 20 |
| Mathematica | Arithmetica..... | | | | | 1 | 5 | 5 | 11 |
| | Geometria..... | | | 2 | 2 | | | | 4 |
| | Algebra..... | | | 5 | | | | | 5 |
| | Trigonometria } Mecanica..... } | 3 | 6 | | | | | | 9 |
| Astronomia..... | 3 | | | | | | | 3 | |
| Historia natural { Zoologia.... } { Botanica... } { Mineralogia. } | | | | 2 | 2 | | | | 4 |
| Sciencias Physicas { Chimica. } { Physica. } | 2 | 2 | 2 | | | | | | 6 |
| Desenho..... | | | | | | 4 | 2 | 2 | 8 |
| Musica vocal..... | | | | | | 2 | 2 | 2 | 6 |
| | 30 | 30 | 25 | 25 | 25 | 24 | 24 | 24 | 207 |

Fonte: BRASIL. Regulamento n° 8 de 31 de Janeiro de 1838

ANEXO 2

Quadro dos Docentes do Colégio Paraense em 1868

| Cargo no Liceu | Nome | Cargo na Assembleia Legislativa Provincial | Partido |
|---------------------------|--|---|----------------|
| Reitor | Padre Eutychio Pereira da Rocha | | |
| Capelão | Conego Antonio Gonçalves da Rocha | Deputado | |
| 1º Censor | Fabriciano Alves de Menezes | | |
| 2º Dito | Raimundo Martins da Silva | | |
| Economista | Antonio Heliodoro da Costa e Souza | | |
| | | | |
| Lentes | | | |
| Francês | Dr. Joaquim Pedro Corrêa de Freitas | Deputado | Conservador |
| Inglês | Carlos Kitynger | | |
| Matemáticas | Dr. José Felix Soares | | |
| 1ª de Latim | Conego Manoel José de Sequeira Mendes | Deputado | Conservador |
| 2ª de Latim | Padre Eutychio Pereira da Rocha | | |
| Contabilidade | Joaquim Rodrigues Roxo | | |
| Geografia | Dr. João Batista Passos | | |
| Filosofia | Conselheiro Tito Franco de Almeida | | |
| Gramática Filosófica | Dr. Américo Marques de Santa Rosa | | |
| História | Dr. José Ferreira cantão | Deputado | Conservador |
| Retórica | João Diogo Clemente Malcher | Deputado | Conservador |
| Desenho | Costantino Pedro Chaves da Motta | | |
| Piano e Canto | Henrique Eulalio Gurjão | | |
| Música Instrumental | Teodoro Orestes | | |
| 1ª Letras | José Miguel da Costa Rocha | | |
| | | | |
| Lentes Substitutos | | | |
| Francês | Luiz alfredo Monteiro Baena | | |
| Inglês | Padre Benedicto Thomé da Cunha e Mello | | |
| Matemática | Manoel Maria Duarte | | |
| 1ª e 2ª de Latin | Padre Joaquim Antonio da Silva Egues | | |
| Geografia | Filippe Nery Penna Moraes | | |
| Filosofia | Dr. Heraclito Vespasiano Feock Romano | | |
| Gramática Filosófica | Padre Felixe Vicente de Leão | | |
| Retórica | Conego Ismael de Senna Ribeiro Nery | | |

Fonte: Almanak Administrativo, Mercantil e Comercial para o ano Bissexto de 1868, primeiro Ano, Edição de Carlos SEIDL & Cª.

O Liberal do Pará, de 13 de Janeiro, de 1869 – Os Concursos no Colégio Paraense

ANNO I. BELEM DO PARA, 13 DE JANEIRO DE 1869. NUMERO 5.

O LIBERAL DO PARÁ.

Res publica, res populi.
(C. de Republica.)

Publico-se todos os dias a excepção das seguintes horas:
 Proseleção e Admissão:
 1 anno..... 20\$000
 6 meses..... 10\$000
 3 meses..... 5\$000

Assigna-se no travessa das Mercês n. 23.
 Capital:
 1 anno..... 15\$000
 6 meses..... 8\$000
 3 meses..... 4\$000

O LIBERAL DO PARÁ.

BELEM, 13 DE JANEIRO DE 1869.

Após a abertura do dia 31 de janeiro, dia marcado para eleição de electores, e parece no entanto que muito distante está esse dia: não se vê a menor sombra de que se vá por auctoridade da representação da época em que a nação se acha no exercício da sua soberania.

Está a governa a situação? Parece que sim, mas pelos seus organos de elle que não.

Não comprehendemos senão duas negativas: manobras, e praveis-nos para que tenhamos.

Em cima do mais o escaramoço!

O nosso director do partido liberal na corte, comprando o estado a que nos vemos reduzidos, amonesta aos seus amigos que para não entrar em uma luta, em que tudo ha a perder, e com um milil a ganhar, deixemos o campo livre aos contrarios.

Freguesia e covardia, pyritas os honores da situação. Mas se em vez de abstenção, nos dispussemos a tomar parte na luta, dirão: revolucionarios! cidadão com os revolucionarios! A politica talhe elle!

Fora da terra legal as pás não nos embarcarão, mas fosse terreno não queramos saber, o em virtude do propósito consideramos-nos impotentes para tomar parte na luta.

Consideramos-nos manobras, em outros termos, podendo não queremos ganhar as eleições com que se nos preta. Por isso mesmo o sacrificio que fazemos é maior; merito da nossa abstenção ninguém não pode negar.

E esse estado do que entendemos não deve sair, a não é em pura perda, na sua urnas, ou nas camaras, será inutilizado tudo que tivemos.

Circumstancias-nos, porém, a provincia do Pará.

O partido liberal aqui, forte pelo seu numero, forte pela causa que sustenta, fomos parte nas eleições ultimas, e estas allas ha dois annos segramente oposto do poder e do partido liberal a norte do theatro, e na maior parte dos municipios, e freguesias da provincia as suas pronunciaram-se em seu favor.

Assombrava a nossa victoria; de toda a parte recebiamos as mais lisonjeiras felicitações, mas tanto bastou para que se jurasse o nosso aniquilamento.

O cidadão, que havia sido consagrado no lugar de 1.º vice presidente da provincia, honrou intimamente allado a nossa lida politica, que tanto prestou a causa do partido durante todos os quatro annos que se foram sollicitado, moço e de violenta a liberdade do voto como se pretendia, e inutilizado deusa lugar, sendo para elle nomeado, quem 1.º sr. padre Manoel José de Siqueira Moser, indistincta e contra a sua vontade, mas que nunca tivera sido indicado para semelhante cargo.

O sr. padre Siqueira vingou o seu partido, e ali se tornou que foi muito além do que elle se esperava; o sr. padre Siqueira, em poucos dias mostrou o quanto se podia fazer na obra da destruição, e planejou um sistema, que, com toda a auctoridade de suas convicções pedidas ao partido liberal não o aproveitou, não o adopte por forma alguma quando vier a reverter do poder.

Se algum dia vier a administração do sr. padre Siqueira de receber uma denominação, elle será — a administração do terror.

A nossa victoria, a nossa decantada victoria, a victoria que as provincias do sul acharam assombrosas, foi pouco para uma simples portaria de vice presidente substituido o voto popular pela vontade do poder.

Até agora os governos haviam-se contentado em fazer deputados, e sr. padre Siqueira, ensinou-lhes que tambem se podem, e devem-se fazer verdadeiros e justos do país.

Honras de lidaes e honras-nos em a minima medida do liberalismo, não ha maior trabalho para elle que o elemento popular em a nossa forma de governo: mas como convenem não combater de frente a esse elemento, e o meio de o neutralizar.

Decretou, dizeis não, mas é preciso saber se antes, ou depois d'ello, ha esse sistema posto em pratica pelo sr. São Lourenço, li na Bahia.

O resultado a que não queremos chegar é o seguinte: partido liberal, no fim de conta, perde o seu tempo, perde o seu trabalho, e acaba victoria fora de propósito porque dentro do gabinete, ter simples acto do poder, a victoria das urnas transformou-se em vencião torcedora e remota.

Allas nos em menos annos e estrado dos foguetes no meio de qual tomamos assento nas cadeiras da municipalidade desta capital, se nos cidadãos que pelo voto popular não são mais que venciões, estranho que, por obra e graça do sr. conde Siqueira estão feitos verdadeiros el. Votivos.

Do que serve lutar em taes condições?

1.º Como lutar, quando não o governo arropo-o o poder de 1.º usar qualificações?

O sr. conde Siqueira para quem o direito administrativo é a coisa que mais significação tem, como lhe convém, fazer a eleição de freguesias da se, não pela qualificação com que lida sido feita a eleição municipal, eleição que, se allas não annullar, não deturba ter assignação ao seu pre. isto contra a sua validade, com um simples ruzo de pena? revoga um acto de um de seus antecessores, e manda que vigore uma assignação, que outro nome não merece, na qual tinha tomado parte, presidente-o, o juiz de paz da freg. de São Lourenço.

E ali mesmo, na freguesia de São Lourenço, o direito de votar, 179 li era!

Quem que já, a situação a eleição, e esse gravissimo atentado cometido, pelo sr. padre Siqueira, não foi ainda declarado sem effeito?

Admittamos o prin. isto que o presidente, hoje empossado da administração, por a revogar os actos dos seus antecessores, a que desgracia estado não ficará as provincias pedidas?

Logo que o presidente a provincia entender que deve annullar o processo de uma "qualificação e annuila, o seu acto deve, logo facto effeito na "anulação do governo geral em na sua qualidade de poder superior o que approva no "processo de um do presidente, e o presidente.

Vem porém um vice-presidente da provincia, da hinda do sr. conde Siqueira, e desobediendo estes principios, revoga o acto de seu antecessor, que deve considerarse effeito ao poder superior, e o successor do sr. conde não trata desde logo de collocar as cousas no pó em que estão, não antes de semelhante attentado!

E qualificação-nos, e praveis-nos-nos para que tomemos parte no pleito eleitoral!

Comprehendemos que a luta eleitoral é um dever de honra para os partidos; mas não se nos pôde negar tambem que se não pôde exigir dos partidos um sacrificio inutil e inutil será todo o sacrificio que os liberais ora fizeram.

A maxima de modo porque esta moçada, a qual, já completamento o partido liberal, se elle quiser lutar se deve.

Lutar, porém, se para simular uma luta, e dar occasião a que os contrarios collabam o trufos da victoria, e papel a que o partido liberal não deve em tempo algum praveis se a representar.

O Brazil na actualidade.

Quem diria que o Brazil, um paiz da America, que com tanto esforço procurou tornar-se independente de sua metropole, estaria no meado do seculo 19 reduzido a simples feitoria de meia duzia de garimpeiros politicos?

Quem diria que o estado desgraçado a que chegamos é devido a quem em sua allas sabedoria e candor criou uma politica sua, politica que se chama imperialismo?

Costa a crer-se, mas é a verdade.

Os dias que o Brazil atravessa são dias de luto; os horisontes estão cobertos de nuvens negras, que predizem a tempestade; só não a vêm aquelles que estão cegos, por lhes haver offuscado a vista os brillos do throno.

Estamos sobre um volcão, e o que está para adiante é que os "instituidos amigos da ordem e defensores do throno, não tratem de apagar as faiscas, á fim de que a erupção não se torne immediata!

As circumstancias do Brazil são tristes. No exterior estamos a braços com uma guerra, que nos tem custado sommas enormes, e, o que é mais, que nos tem roubado tanto sangue brasileiro, guerra que ainda não foi concluida pela inepcia do nosso em chefe, que apesar dos seus desatinos ainda continua a dirigir os exercitos!

No interior temos as nossas finanças arruinadas, e os nossos mais sagrados direitos conculcados; o asylo do cidadão invadido a qualquer hora; a segurança individual sem garantia; a tribuna parlamentar trancada aos liberes; a imprensa ameaçada de ser amordaçada; o recrutamento em conta as licenças legaes; os empregados publicos que não acompanham o governo da sagrada sabedoria demitidos, e em seu lugar nomeados os filholes da situação; os cargos policias occupados pelos Gervasios, e outros, verdadeiros typos da inepcia; as leis promulgadas só em beneficio dos adoradores da sagrada sabedoria; as eleições uma farça ridicula; finalmente o governo representativo uma mentira.

No meio de tantas calamidades, nas circumstancias supremas porque passa o Brazil, os pensadores profundos, os verdadeiros amigos do seu paiz perguntam entre si: não haverá um paradero a tantos desmandos? ou para a salvação não será possível? Sim, no dia em que o chefe supremo do estado se compenetrar de que não deve continuar a representar o inglorio papel de chefe "este ou d'aquelle partido; no dia em que se constituir chefe da nação.

Os concursos no Colégio Paraense.

Não espere o leitor que vamos tomar parte na discussão que tem havido na imprensa desta provincia sobre a maior ou menor proficiencia dos ultimos candidatos ao magisterio; é possível que a nossa opinião desagradasse a ambos, e com esse receio apenas diremos alguma cousa sobre a legislação, que rege, em materia de exames, o colégio paraense.

Dizemos, para que o exm. sr. presidente da provincia providencie se assim julgar conveniente, que o methodo usado não só é insufficiente para mostrar as habilitações dos candidatos, como tambem que é illogico em suas partes, e contradictorio o regulamento que o determina.

Os factos acabão de demonstrar que, mandando o regulamento que sejam examinadores os professores que servem no colégio paraense, pode dar-se, como effictivamente se deu, o caso de as materias, em que tinham de ser examinados os candidatos ao professorato, não serem conhecidas dos outros professores; a consequencia será a necessidade de uma infração no regulamento, chamando examinadores de fora; mas neste caso ainda ha um contrasenso, e é que mandando o regulamento que nas votações só tomam parte os membros da congregação que são os professores do colégio, os examinadores que não sejam leões não podem votar, logo, primeiro disparate:—Aquelles que foram julgados capazes de examinar não são capazes de julgar.—2.º disparate.—Aquelles que não tinham sido capazes de examinar são capazes de julgar.—

Não é preciso commentar. O commentario está no proprio facto, e s. s. o sr. dr. Nunes, deveria ter bem exposto a s. exc. o sr. presidente, as contradicções que se manifestavam no regulamento com a pratica que se lha seguir, mesmo para que se não podesse dizer que havia patrocínio de da congregação, cuja opinião s. s. mais ou menos podia previr, e tanto mais melindroso devia s. s. ser neste assumpto, quando muito bem sabia que se dizia quando muito creadas as cadeiras, que aquellas cadeiras era creadas já com destino a quem, estava decidido, as havia de preencher, e cujos nomes se indicava.

O methodo seguido no exame tambem é completamente defeituoso.

Ha em primeiro lugar uma argumentação entre os candidatos sobre um ponto tirado á sorte; é sabido que nestas arguições, quasi sempre o fim que tem em vista os arguentes, é apanharem em falso o adversario com uma pergunta particular em que elle menos pensou; este systema porém não pode apresentar aos examinadores, o grão de conhecimentos que possuem os proponentes ás cadeiras.

Depois, segue-se uma argumentação dos examinadores aos candidatos, quando o julguem necessario; em quinze minutos, que ella deve durar, não é possível avaliar um estudante, quanto mais os conhecimentos de um professor, que devem ser muito mais extensos, e de ordem muito mais elevada do que os de um estudante.

Julgamos, contra a opinião que ouvimos manifestar a alguns, de que as cadeiras era elementares e portanto a argumentação não devia subir demasiado, cremos que mesmo que o sr. dr. Nunes disse no

exame da cadeira de chimica e phisica; julgamos dizeis nós que a argumentação deve ser no que houver de transcendente, e em quinze minutos não é possível examinar-se um professor de maneira a ficar-se convencido de sua proficiencia.

Nas provas oraes e escritas, que não são tiradas á sorte, pode acontecer que a protecção, o filhotismo, a politica que tudo invade no Brasil, faça saber aos candidatos que os pontos sobre que tem de dissertar.

Para evitar falsas interpretações, declaramos que não fazemos nem por sombras allusões aos ultimos exames, mas se nestes se não deu facto algum desta ordem, pode dar-se em outra occasião ou com outros examinadores.

E mesmo quando taes factos se não deem, e os candidatos ignorem os pontos que lhes vão ser dados, ainda assim podem ser patrociniados, dando-se-lhes pontos, muito facéis.

Este systema portanto seguido nos exames não nos parece conveniente. S. exc. professor provento, neste assumpto pode fazer muito bom serviço ao colégio paraense, reformando muitos erros.

Em verdade não é risivel que o sr. Morata, que se occupa exclusivamente do seu desenho e pintura, vá julgar das habilitações de candidatos ás cadeiras em que uma se occupa de chimica, outra de assumptos como construcções e machinas?

O que poderá dizer o lente de latin sobre a matéria de telhados, a não grammatica philosophica sobre ordens de architectura?

Com que conhecimento de causa votará o lente de philosophia sobre materias, como a optica ou acustica?

E' preciso que, se ao menos não podemos fazer chegar a instrução publica tão alto como devemos, não contribuamos para a ridicularisar.

Dizemos isto para que não aconteça como no exame do sr. dr. Lobato, em um dos examinadores o sr. dr. Freitas, foi examinar em materias que não estudou, vindo-se obrigado a com um exame de professores, perguntar cousas tão elementares que um bom estudante se envergaria de ser arguido em pontos taes.

E para desesperar.

E' impossivel viver hoje em Irituia; não perdo-se aos liberes dessa localidade a sua firmeza de caracter.

Ha pouco os nossos principaes amigos daquella localidade foram envolvidos em um processo monstruoso por crime de revolução, de involta com outros amigos nossos de Ourem.

Ultimamente um outro amigo nosso é pronunciado em um crime imaginario de damno, e expede-se contra elle mandado de prisão antes de sustentada a pronuncia.

Agora entronca se e remette-se para esta capital, como criminosos por altos crimes a pacíficos cidadãos.

Do alto desta tribuna accusamos como indignos do nome de brasileiros ao professor Januario, padre Odorico e subdelegado Vivas.

Quem mette em troncos a cidadãos pacíficos, honestos e laboriosos paes de familia, merece o desprezo publico, e a

Figura 3 - O Liberal do Pará, de 13 de Janeiro, de 1869

ANEXO 4

Recorte de Jornal e Quadros que Apresentam Cursistas

Quadro 1: Professores primários que cursaram Física e Química na Escola Normal do Pará em 1872

| | |
|-----------------------------------|----------------------------------|
| Professores da Instrução Primária | Raimundo Nonato Ledo |
| | Manoel Vasques da Cunha e Couto |
| | Padre Julião Joaquim D'Abreu |
| | Alexandre José Pinheiro |
| | André Avelino Gomes Rocha |
| | Joaquim Severiano Alves da Cunha |

Fonte: Jornal do Pará, ed. 268, de 26/11/1872

Recorte do Jornal do Pará, ed 19, de 1873, que designa o professor Marcello Lobato, de Física e Química, para avaliar nessas disciplinas o Professor José Teodoro Saraiva da Costa, da Instrução Primária.

Ao diretor da Instrução Pública. Em execução ao meu despacho desta data proferido na petição do professor do ensino primário da capital, José Theodoro Saraiva da Costa, e nos termos da sua informação de ontem, haja “vcm” de mandar examinar o dito professor nas matérias acrescidas ao ensino primário, pelo regulamento de 20, de abril, de 1871, ficando marcado o dia 11 do corrente (11/02/1873) para ter lugar o respectivo exame, e nomeados para examinar em Química e Física o professor Dr. Marcello Lobato de Castro (JORNAL DO PARÁ, ed. 29, p. 1, 1873 – parênteses meu)

Quadro 2 – Alunos e Alunas do Curso Normal, que estudavam no Liceu Paraense e no Colégio Nossa Senhora do Amparo, respectivamente, e que foram aprovados no exame de Física e Química em 1873.

| | |
|--|-------------------------------------|
| Curso Normal que Funcionava no Colégio do Amparo | Ernestina Ferreira Pinheiro |
| | Raymunda Maria Reis |
| | Maria José Barros |
| Curso Normal do Liceu Paraense | Bernardino de Senna Pinto Marques |
| | Cezar Augusto de Andrades Pinheiro |
| | Damaso José d'Oliveira |
| | João Gualberto de Vilhena de Moraes |

Fonte: Jornal do Pará, ed. 262, p 2, 21/11/1873.

ANEXO 5

Fotografias do Liceu Paraense, atualmente Colégio Estadual Paes de Carvalho

Figura 4: Largo do Carmo em 1867. Reporta o convento do Carmo, que abrigou em suas dependências o Liceu Paraense, de 1855 a 1869, que nesse momento chamava-se Colégio Paraense. (CRUZ, 1973)

Autor: Joseph Léon Righini (Turin, Itália 1820 – Belém, Pará, 1884)

Fonte: J.L. Righini, 1867. In Centro de Memória da Amazônia, Acervo da Biblioteca Guita e José Mindlin.

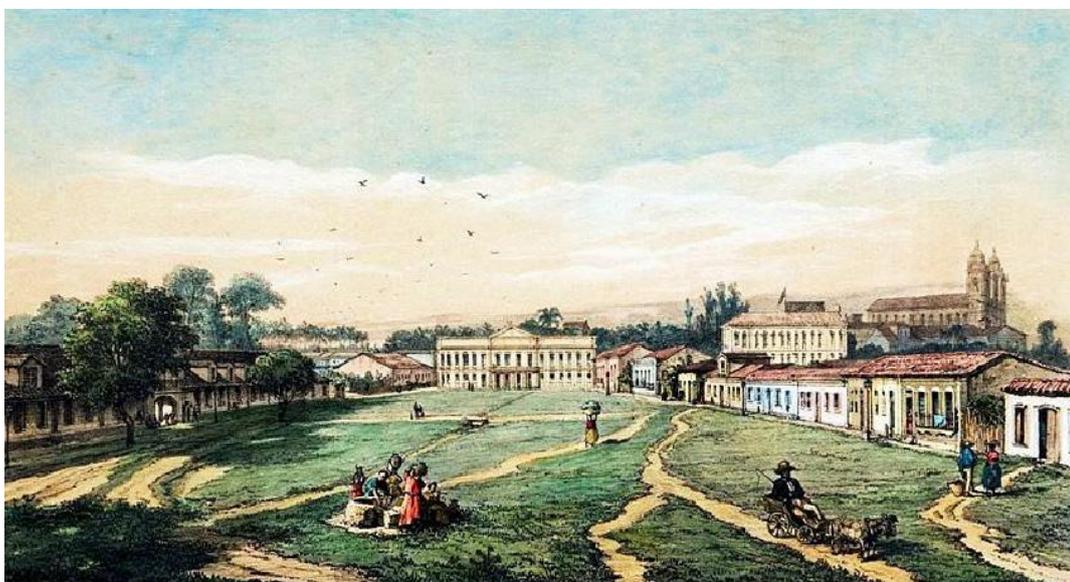


Figura 5: Largo do Quartel em 1867. Ao fundo, centralizado, vemos retratado do prédio que abrigou o Liceu Paraense a partir de 1869, sobressaindo-se em relação as edificações vizinhas.

Autor: Joseph Léon Righini (Turin, Itália 1820 – Belém, Pará, 1884)

Fonte: J.L. Righini, 1867. In Centro de Memória da Amazônia, Acervo da Biblioteca Guita e José Mindlin.



Figura 6: Fotografia de 1875, do prédio do Liceu Paraense.

Fonte: REGO, Clóvis Moraes. *Memórias Especiais I- Subsídios para a História do Colégio Estadual Paes de Carvalho*. Belém, Edufpa/L&A editora, 2002, p 273.



Figura 7: Fotografia que apresenta a arborização da Praça fronteiriça do Liceu Paraense, no final do século XX. Coleção do Monsenhor Jamil Nassif Abib. IN CRISPINO (2006, p. 57)



Figura 8: Fotografia do Liceu Paraense, no final do século XIX, onde podemos ver traços modernos, como poste de luz elétrica, rua com paralelepípedos e calçamentos.
Fonte: F. A. Fidanza: Álbum do Pará, 1899, p 51.

As imagens mostram o prédio do Liceu Paraense, atualmente Colégio Estadual Paes de Carvalho, como testemunha das transformações que a sociedade paraense atravessou. Destacamos a importância representativa dessa instituição. Na figura 4 o Liceu ainda funcionava em dependências alheias, nesse caso, no convento do Carmo, atualmente Colégio do Carmo, permanecendo nesta de 1855 a 1869 (CRUZ, 1973). Ao ser transferido em 1869 para o Largo do Quartel, atualmente Praça da Bandeira, onde, ainda hoje abriga o Colégio Estadual Paes de Carvalho, a figura 5 mostra a suntuosidade do Prédio em relação as edificações vizinhas. Essa suntuosidade fica mais evidente nas Figuras 6 e 7. Esta última mostra o Liceu testemunhando o processo de arborização da praça fronteiriça. A Figura 8, datada do final do século XIX, destaca a edificação como testemunha do predomínio de componentes oriundos da modernidade, como o calçamento, a rua com paralelepípedos e o poste de Luz Elétrica. Além disso, apresenta as árvores em processo de crescimento, que nesse momento eram tidas como fundamentais para a salubridade da cidade.

ANEXO 6

Fotografias onde funcionou a Escola Normal Do Pará

Figura 9: Imagem registrada em 2012, do prédio onde funcionou o Colégio Nossa Senhora do Amparo, que acolheu em suas dependências as meninas da Escola Normal do Pará, de 1871 até 1893, situado na Rua Santo Antônio, esquina com a Travessa Frei Gil de Vila Nova. Os meninos passaram a estudar nesse prédio somente a partir de agosto de 1890, quando a Escola Normal propiciou que discentes de ambos os sexos estudassem na mesma sala de aula, pois até esse momento, eles estudavam nas dependências do Liceu Paraense. (Jesus, 2010; Tavares Jr, 2012)

Fonte: Imagem registrada em 2012, pela empresa Google, para compor o Google Maps



Figura 10: Foto captada em 2012, do prédio onde em 1893 foi instalada a Escola Normal do Pará, situado na Rua 28 de Setembro, esquina com a Travessa Frei Gil de Vila Nova, Bairro da Campina, Belém – Pará. (Tavares Jr., 2007, p)

Fonte: <https://www.google.com.br/maps/@-1.4491747,-48.4965037,3a,75y,270h,97.03t/data=!3m6!1e1!3m4!1sm7GRXzwCR RKm91d06DAFFQ!2e0!7i13312!8i6656>



Figura 7: Fachada Esquerda do Prédio que abrigou a Escola Normal do Pará, de 1893 até 1833..

Fotógrafo: Raimundo Willian Tavares Junior, 2007.

Fonte:Tavares Junior (2012)



Figura 12: Foto captada em 2012, que mostra o encontro dos fundos do Prédio pintado de amarelo e laranja, onde funcionou o Colégio Nossa Senhora do Amparo, com os fundos do prédio Azul, onde em 1893 foi instalada a Escola Normal do Pará.

Fonte: <https://www.google.com.br/maps/@-1.4488337,-48.4968408,3a,75y,294.54h,93.79t/data=!3m6!1e1!3m4!1suICNYCaj2tjkiwzPIM6SLg!2e0!7i13312!8i6656>



Figura 13: Edificação do Jornal A Província do Pará, em 1908. Em 1933 a Escola Normal do Pará foi transferida para esse prédio, sendo atualmente o Instituto de Educação do Estado do Pará.

Fonte: BELÉM, Intendência Municipal de. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém pelo intendente Senador Antônio José de Lemos*. Belém: A. A. Silva, 1908. IN Sarges (2002, p 100)

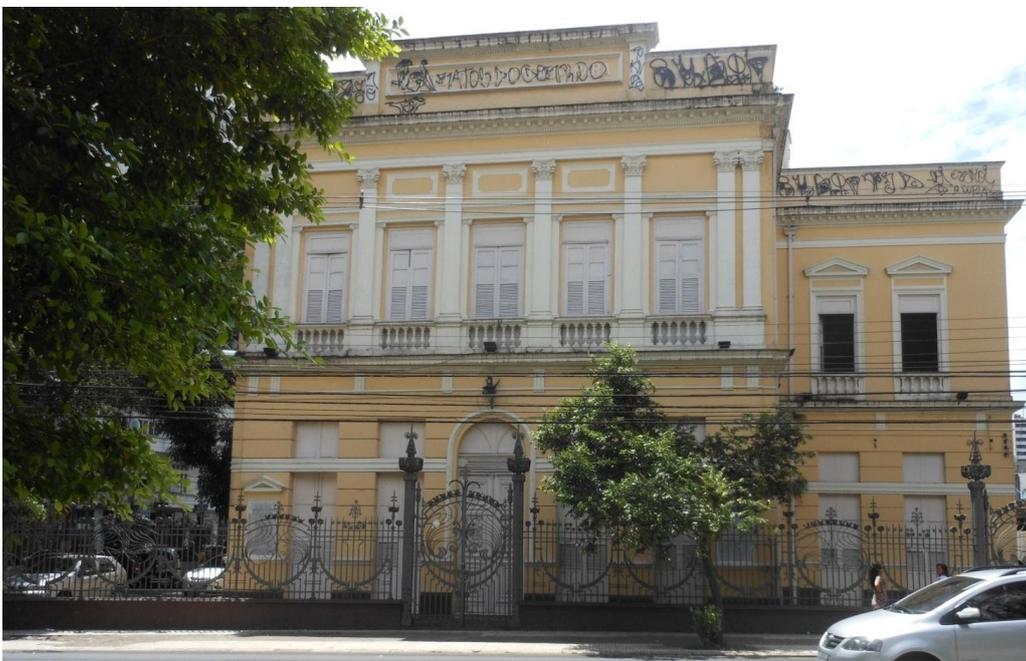


Figura 14: Instituto de Educação do Estado do Pará, que de 1833 a 1946 era denominado Escola Normal do Pará.

Autor: Jerônimo Alves, 2015

ANEXO 7

Imagens de Belém Registradas em 1867

Ao pesquisar imagens que ilustrassem Belém ao longo do período que abrangeu nosso estudo, encontramos a obra *Panorama do Par em Doze Visitas*, de 1867, de autoria de Joseph Léon Righini, desenhista italiano que residiu no Pará, que ilustrou doze pontos da Cidade, que hoje integram o patrimônio Histórico Cultural de Belém.

A introdução das Ciências na Educação do Pará começou a acelerar em 1868, com a Física e a Química sendo reinseridas no currículo do Liceu Paraense, portanto um ano depois que a obra *Panorama do Pará* foi publicada. Com isso, achamos importante reproduzirmos nesse anexo dez imagens dessa obra, pois duas já foram registradas anteriormente. As gravuras mostram cenários da cidade de Belém na fase inicial do processo de introdução, não apenas das Ciências, mas, da modernidade de modo mais amplo.

Essa obra encontra-se disponível em <http://www.ufpa.br/cma/imagens.html>, pertence ao Acervo da Biblioteca Guita e José Mindlin, que cedeu ao Centro de Memória da Amazônia. A digitalização foi realizada por Lucia Mindlin Loeb, com o apoio da Pró-Reitoria de Administração da Universidade Federal do Pará.

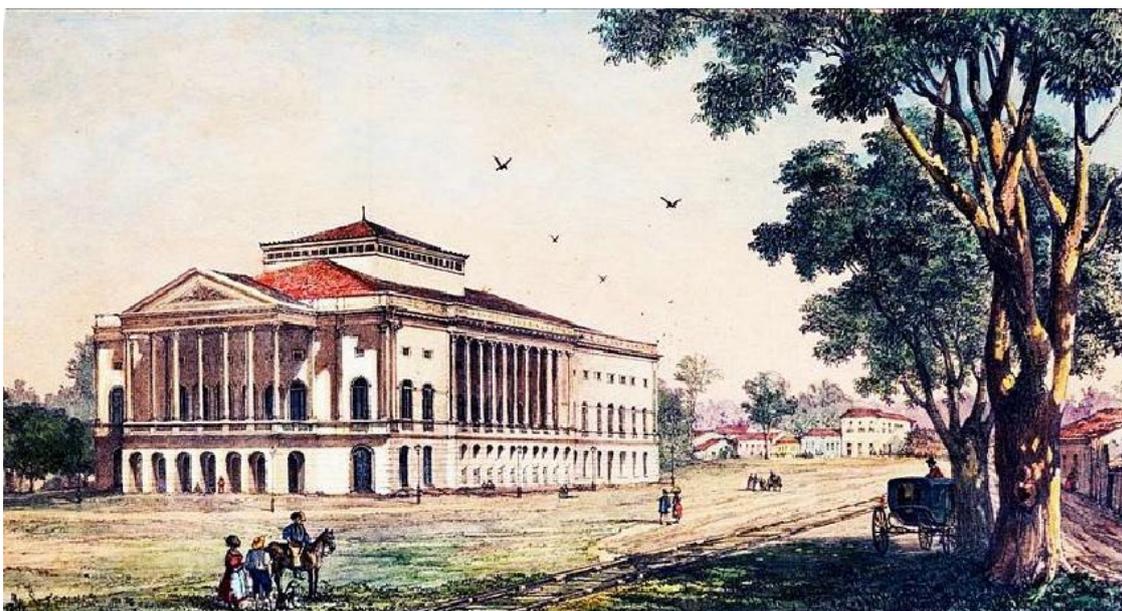


Figura 15: Teatro da Paz

Autor: Joseph Léon Righini (Turin, Itália 1820 – Belém, Pará, 1884)

Fonte: J.L. Righini, 1867. In Centro de Memória da Amazônia, Acervo da Biblioteca Guita e José Mindlin



Figura 16: Largo do Palácio

Autor: Joseph Léon Righini (Turin, Itália 1820 – Belém, Pará, 1884)

Fonte: J.L. Righini, 1867. In Centro de Memória da Amazônia, Acervo da Biblioteca Guita e José Mindlin

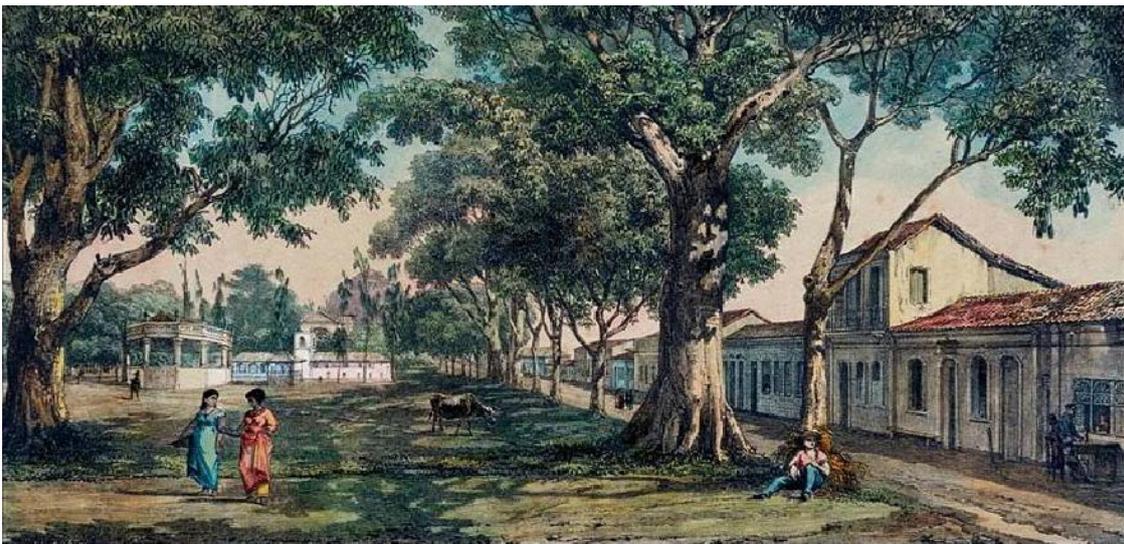


Figura 17: Largo de Nazaré

Autor: Joseph Léon Righini (Turin, Itália 1820 – Belém, Pará, 1884)

Fonte: J.L. Righini, 1867. In Centro de Memória da Amazônia, Acervo da Biblioteca Guita e José Mindlin



Figura 18: Largo das Mercês

Autor: Joseph Léon Righini (Turin, Itália 1820 – Belém, Pará, 1884)

Fonte: J.L. Righini, 1867. In Centro de Memória da Amazônia, Acervo da Biblioteca Guita e José Mindlin.



Figura 19: Largo da Trindade

Autor: Joseph Léon Righini (Turin, Itália 1820 – Belém, Pará, 1884)

Fonte: J.L. Righini, 1867. In Centro de Memória da Amazônia, Acervo da Biblioteca Guita e José Mindlin.

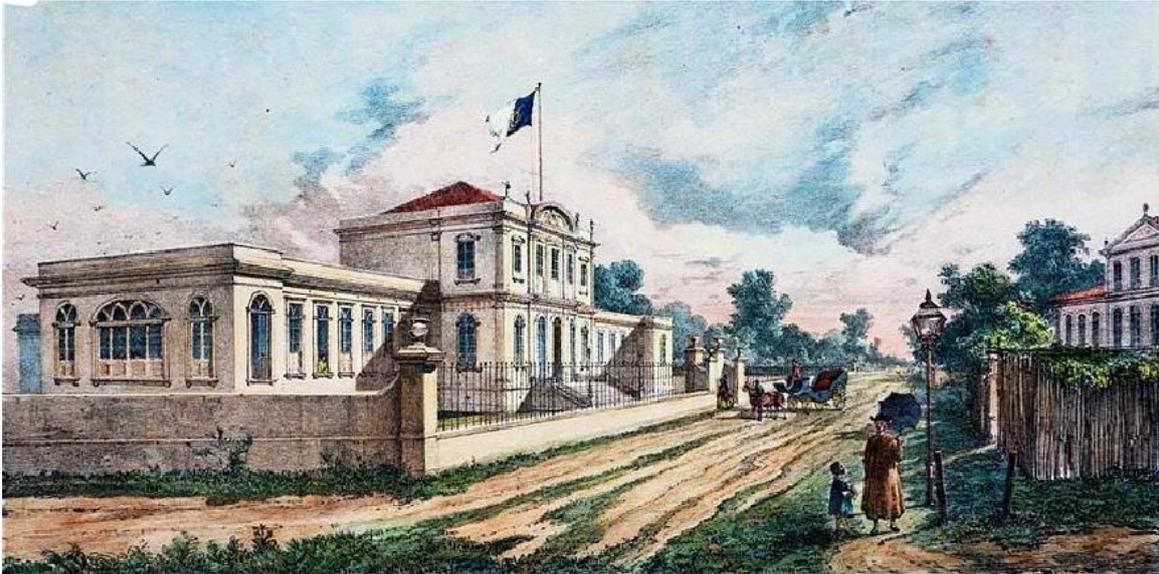


Figura 20: Hospital Dom Luiz I

Autor: Joseph Léon Righini (Turin, Itália 1820 – Belém, Pará, 1884)

Fonte: J.L. Righini, 1867. In Centro de Memória da Amazônia, Acervo da Biblioteca Guita e José Mindlin



Figura 21: Estrada de São José

Autor: Joseph Léon Righini (Turin, Itália 1820 – Belém, Pará, 1884)

Fonte: J.L. Righini, 1867. In Centro de Memória da Amazônia, Acervo da Biblioteca Guita e José Mindlin



Figura 22: Entrada do Arsenal de Marinha

Autor: Joseph Léon Righini (Turin, Itália 1820 – Belém, Pará, 1884)

Fonte: J.L. Righini, 1867. In Centro de Memória da Amazônia, Acervo da Biblioteca Guita e José Mindlin



Figura 23: Catedral de Belém

Autor: Joseph Léon Righini (Turin, Itália 1820 – Belém, Pará, 1884)

Fonte: J.L. Righini, 1867. In Centro de Memória da Amazônia, Acervo da Biblioteca Guita e José Mindlin



Figura 24: Banco Comercial

Autor: Joseph Léon Righini (Turin, Itália 1820 – Belém, Pará, 1884)

Fonte: J.L. Righini, 1867. In Centro de Memória da Amazônia, Acervo da Biblioteca Guita e José Mindlin



Figura 25: Capa

Autor: Joseph Léon Righini (Turin, Itália 1820 – Belém, Pará, 1884)

Fonte: J.L. Righini, 1867. In Centro de Memória da Amazônia, Acervo da Biblioteca Guita e José Mindlin

ANEXO 8

Edifício do Grupo Escolar Santa Luzia



Figura 26: Foto registrada em 1924, do prédio alugado anteriormente, em 1903, para funcionamento do *Grupo Escolar de Santa Luzia*. Em 1923 esse prédio foi comprado para o funcionamento da Escola de Medicina do Pará, começando a funcionar no ano seguinte (Abreu Jr., 2010, p 14. Montenegro, 1903, p 63.)

Fonte: ABREU JUNIOR, José Maria de Castro. 2010, p. 14.



Figura 27: Foto registrada em 1939. Nesse momento ele era ocupado pela faculdade de Medicina há 15 anos. Entretanto, anteriormente funcionou o Grupo Escolar Santa Luzia, de 1900 até 1923. Comparando com o prédio acima, é possível ver que a fachada passou por modificações (Abreu Jr., 2010, p 14. Montenegro, 1903, p 63.)

Fonte: Relatório de Dr. Lauro de Magalhães, 1840

ANEXO 9

Regulamento do Curso Normal do Liceu Paraense em 1873

| | |
|--|---|
| <p style="text-align: center;">INSTRUCÇÃO PUBLICA.</p> <p>Para conhecimento dos srs. professores e alumnos do curso normal ; e de ordem do illm. sr. dr. director geral Francisco Pereira de Souza se publica o seguinte regulamento, que rege o dito curso e foi approvedo pelo exm. sr. vice-presidente da provincia por officio de 21 de Março proximo passado.</p> <p><i>Copia—1.ª secção—O vice-presidente da provincia, dando execução a lei provincial n.º 767 de 19 de dezembro do anno proximo passado, e usando da autorisação que lhe confere o artigo 9 da dita lei, resolve additar ao regulamento do Liceo Paraense que com esta portaria baixa regulando o ensino do novo curso normal do mesmo Liceo,</i></p> <p style="text-align: center;"><i>Regulamento do curso normal do Lyceo Paraence.</i></p> <p>Art.º 1.º Alem dos cursos de humanidade e commercio haverá no Lyceo mais um curso normal para a habilitação das pessoas que se destinarem ao magisterio primario.</p> <p>Art.º 2.º O curso normal será de tres annos e comprehenderá as dez cadeiras seguintes.</p> <p>1.ª Instrução moral e religiosa.</p> <p>2.ª Grammatica da lingua portugueza, exercicios de leitura de classicos em proza e verso, redacção e exercicios caligraphicos.</p> | <p>exercicios caligraphicos.</p> <p>3.ª Arithmetica, systema metrico elementos de geometria.</p> <p>4.ª Noções geraes de geographia do Brazil particularmente do Pará.</p> <p>5.ª Noções geraes de historia, historia do Brazil particularmente do Pará.</p> <p>6.ª Noções geraes de physica e chimica, historia natural e de agricultura.</p> <p>7.ª Pedagogia e legislação d'ensino, leitura reflectida da constituição do imperio.</p> <p>8.ª Dezenho linear applicado a architectura e a machinas.</p> <p>9.ª Muzica.</p> <p>10.ª Uma escola primaria com a denominação de escola pratica, onde os alumnos mestres sejam obrigados a fazer exercicios praticos desde que se matricularem no 3.º anno do curso.</p> <p>Art.º 3.º O ensino das materias fica organizado da maneira seguinte:</p> <p>1.º anno. Instrução moral e religiosa, grammatica nacional, pedagogia, dezenho e muzica.</p> <p>2.º anno. Grammatica, arithmetica, geographia e pedagogia.</p> <p>3.º anno. Instrução moral e religiosa, geometria, historia, phisica e chimica, leitura reflectida da constituição e exercicios praticos do ensino primario.</p> |
|--|---|

Figura 28: Recortes do Regulamento do Curso Normal do Liceu Paraense, que no artigo 2º determina a Física, Química e História Natural como as Ciências que, juntamente com a Agricultura, integrariam a sexta cadeira.

Fonte: Jornal do Pará, de 05/04/1873, Ed 77., p 2.

ANEXO 9

Notícias sobre Posse de Marcello Lobato da Cadeira Física e Química

Instrucção publica.

Para devido conhecimento dos interessados manda o illm. sr. director da instrucção publica fazer constar, que no dia 15 do corrente, ás 4 1/2 horas da tarde será installada no collegio Paraense a nova cadeira de physica e chimica, da qual é professor o sr. dr. Marcello Lobato de Castro, que já prestou o juramento do estilo.

As pessoas que queirão matricular-se na mesma aula, e que ainda não o e-tejão em qualquer das disciplinas do mesmo collegio, dirigirão seus requerimentos ao referido sr. director, e nellos deverão declarar a idade, naturalidade e filiação, precedendo o pagamento da matricula na fórma do art. 5 da lei provincial n. 564 de 7 de outubro do anno passado.

Secretaria da directoria da instrucção publica do Pará, 11 de março de 1869. — O secretario, *Antonio Firmo Dias Cardoso.*

Figura 29: Anuncia a abertura de matrículas para a Cadeira Física e Química no Colégio Paraense, bem como a posse da mesma pelo Dr. Marcello Lobato.

Fonte: Diário de Belém, 13/03/1869, Ed. 57, p. 2.

GAZETILHA

Fallecimento. — Antehontem, pelas 2 horas da tarde, falleceu repentinamente de um ataque de apoplexia pulmonar o nosso distincto amigo dr. Marcello Lobato de Castro, deputado a assembléa provincial, professor de physica e chimica do lycêo paraense, medico do corpo de policia e inspector interino da saude publica.

Illustre pela sua linhagem, e ainda mais pelos seus dotes do espirito e do coração, o sr. dr. Lobato gozava entre os seus comprovincianos da mais subida estima e consideração.

Seu sahimento teve lugar hontem pelas 8 horas da manhã, e, segundo presenciamos, foi numerosissimo o concurso de pessoas de todas as classes, que o acompanharam até o seu ultimo jasigo.

Diversos cidadãos recitaram orações funebres junto ao cadaver.

A sua exm.^a familia apresentamos os nossos sinceros pesames.

Figura 30: Anuncia o falecimento do Dr. Marcello Lobato de Castro, professor da cadeira Física e Química.

Fonte: Jornal do Pará, 09/06/1874, Ed. 127, p. 2.